

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A EVOLUÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE SANTA
CATARINA NO PERÍODO 1929-2007**

MARIA ANTONIETA SANGALLI SILVA

Florianópolis, novembro de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**A EVOLUÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE SANTA
CATARINA NO PERÍODO 1929-2007**

Monografia submetida ao Departamento
de Ciências Econômicas da Universidade Federal
de Santa Catarina como requisito obrigatório
para obtenção do grau de Bacharelado.

Por: Maria Antonieta Sangalli Silva

Orientador: Prof. Dr. João Rogério Sanson

Área de pesquisa: Finanças Públicas

Palavras-chaves: 1. Santa Catarina

2. Finanças Públicas

3. Receita Tributária

Florianópolis, novembro de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca examinadora resolveu atribuir a nota _ _ _ _ para a aluna Maria Antonieta Sangalli Silva, matrícula 0410730-6, na Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora:

Prof. Dr. João Rogério Sanson
Presidente

Prof. Dr. Laércio Barbosa Pereira

Mestre Gustavo Namizaki

*À minha família,
em especial meus pais e minha irmã,
com todo o meu amor, orgulho e admiração.*

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais, Argemiro e Emilia, e à minha irmã, Maria Eduarda, pelo apoio e amor incondicional durante toda à minha vida. A distância às vezes machuca, mas o fato de saber que eles estarão lá quando eu precisar me conforta e me faz ter forças para seguir em frente. Apesar da distância, vocês estão bem próximos, dentro do meu coração e no meu pensamento todos os dias. Minha eterna gratidão.

À minha família, especialmente meus avós, Vô Eduardo (*in memoriam*), Vó Leo, Vô Elmo e Vó Nilse, por todo apoio, com muito amor e gratidão.

À Tati e Raquel, que são mais do que amigas, que são a minha segunda família, por tudo que vivemos, pela paciência e pelo carinho de sempre.

A todos os amigos que por algum motivo hoje não se fazem tão presentes no meu dia a dia, mas que continuam sendo especiais, em especial Bárbara, Laura, Dai, Carol, Gabi Oro, Gabi Simon, Karis. Além de especiais vocês são inesquecíveis. Afinal como disse Vinícius de Moraes, "Mesmo que as pessoas mudem e suas vidas se reorganizem, os amigos devem ser amigos para sempre, mesmo que não tenham mais nada em comum, somente compartilhar as mesmas recordações."

À Cris, que dividiu esta jornada comigo, meu muito obrigada por todos os momentos que passamos juntas e por todo o carinho.

À Fabiola, pelo carinho, atenção e por ser este ser tão amável.

Ao meu amigo Diego pelo companheirismo e amizade, em todos estes anos. Ah, e também pelas caronas e pelos chicletes. Hehe.

À Andréia, por todo o carinho, amizade e afinidade.

A todos os meus colegas de faculdade, especialmente aqueles que se tornaram amigos de verdade, Pri, Bruna, André, Rodrigo, Carol, Rafa e Jair. Muito obrigada pelos momentos agradáveis e inesquecíveis.

À Ana pela sempre agradável companhia e pela paciência.

Ao pessoal da Crediflesc, por tornarem meu dia-a-dia melhor, por terem me aturado (tantas vezes ouviram falar em "a minha monografia") e acompanhado de perto esta minha jornada, especialmente pela "folga" fundamental na conclusão deste trabalho. À Alice pela atenção e paciência na formatação dos "benditos" quadros.

Ao meu orientador João R. Sanson, pela confiança, paciência e toda a atenção dedicada; e ao Andrey pela atenção e disposição.

Aos professores do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, por toda atenção e pelo aprendizado proporcionado não apenas para formar um profissional, mas para formar um ser humano melhor.

Ao pessoal do Museu da Assembléia Legislativa pela atenção e simpatia. E ao Raul do Tribunal de Contas do Estado pela atenção e disponibilidade.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que fazem parte da minha vida e àquelas que de alguma forma colaboraram para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	7
LISTA DE ANEXOS	17
LISTA DE FIGURAS	18
LISTA DE QUADROS	19
LISTA DE TABELAS	20
RESUMO	21
Título: A Evolução da Receita Tributária do Estado de Santa Catarina no período 1929-2007.	22
Por: Maria Antonieta Sangalli Silva.....	22
Orientador: Prof. Dr. João Rogério Sanson.....	22
Objetiva-se com este trabalho descrever a evolução da receita tributária do estado de Santa Catarina a partir da consideração da base econômica dos tributos, no período 1929-2007. Desta forma, propõe-se uma classificação dos impostos de acordo com a base econômica dos mesmos. Elaborou-se uma síntese dos principais acontecimentos das economias brasileira e catarinense a fim de contextualizar a análise da evolução da receita tributária catarinense. Para atingir seu objetivo, este estudo valeu-se de pesquisa bibliográfica e documental, através da qual foram coletados os dados referentes à receita orçamentária de Santa Catarina. Este trabalho tratou também da Teoria das Finanças Públicas com particular ênfase na Teoria da Tributação. Apresentaram-se as mudanças na estrutura e classificação da receita do estado de Santa Catarina no período 1929-2007, além da evolução do sistema tributário brasileiro e da evolução da competência tributária. Observou-se que a receita tributária corresponde a quase totalidade da receita orçamentária do Estado. Verificou-se que as mudanças no arcabouço tributário foram as responsáveis pelas alterações na evolução da receita tributária catarinense, levando-se em conta a base econômica dos impostos na composição da receita tributária total, no período estudado. Constatou-se que não ocorreram significativas alterações na composição da receita tributária catarinense, sendo que os impostos que incidem sobre vendas de mercadorias e serviços representavam a maior parte daquela receita.	22
CAPÍTULO I	22
O PROBLEMA	22
1.1 Introdução	23

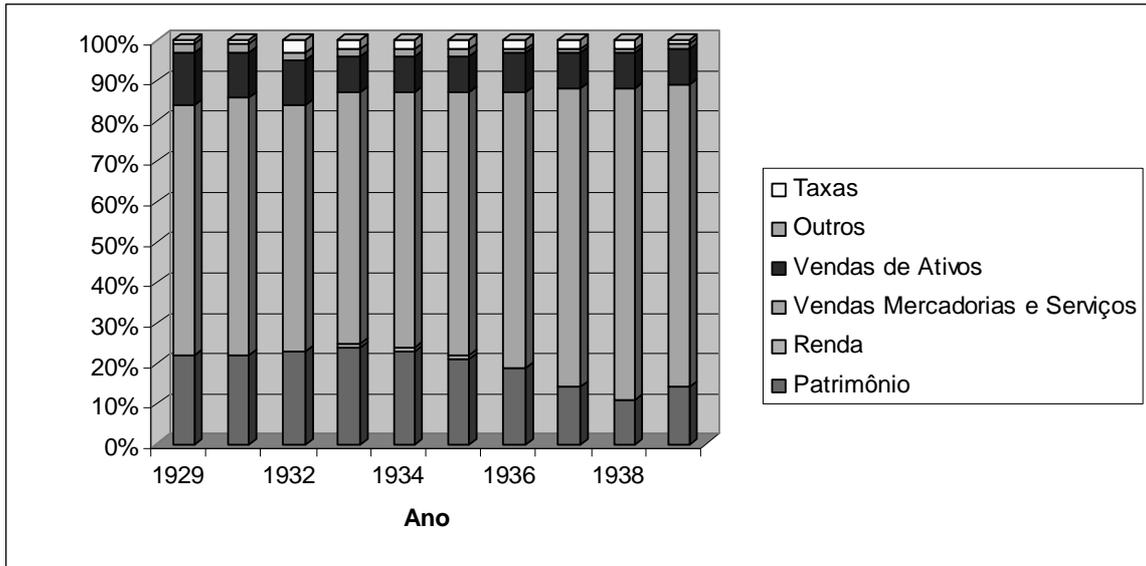
Em todos os ciclos econômicos há a atuação do governo, ora mais ativamente, ora menos. Entretanto, a crescente complexidade dos sistemas econômicos do mundo como um todo, tem levado a um aumento daquela atuação. Desta maneira, as funções do governo na Economia expandiram-se consideravelmente desde o início do século passado.	23
Este trabalho procura sintetizar os principais ciclos econômicos da economia brasileira e os principais acontecimentos da economia catarinense, bem como analisar a evolução da receita tributária do estado de Santa Catarina, considerando a base econômica dos impostos, no período 1929-2007.	23
1.2 Especificação do Problema de Pesquisa e Justificativa	24
1.3 Objetivos	24
A realização deste estudo destina-se a atingir alguns objetivos, os quais se dividem em objetivo geral e objetivos específicos.	25
O objetivo geral consiste em analisar os principais ciclos econômicos da economia brasileira e a evolução da receita tributária do estado de Santa Catarina, considerando a base econômica dos tributos, no período 1929-2007.	25
Os objetivos específicos são:.....	25
- Apresentar uma síntese dos principais ciclos econômicos da economia brasileira e dos principais acontecimentos da história econômica de Santa Catarina, no período 1929-2007..	25
- Detalhar a série da receita orçamentária catarinense no período 1929-2007.....	25
- Analisar a evolução e a estrutura da receita tributária do estado de Santa Catarina de acordo com a base econômica dos tributos, no período 1929-2007, considerando a conjuntura econômica do momento.....	25
- Apresentar a teoria sobre Finanças Públicas.	25
1.4 Metodologia	25
1.5 Pressupostos Conceituais	26
Nesta seção serão abordados aspectos conceituais que se farão presentes ao longo de todo o estudo e que são importantes para a compreensão do mesmo.....	26
CAPÍTULO II	28
Segundo Hermann (2005, p. 94),.....	42
CAPÍTULO III	59
FINANÇAS PÚBLICAS	59
Quadro 1 - Classificação de tributos	67
$Y = C + I + G + NX$	72
CAPÍTULO IV	74

A RECEITA TRIBUTÁRIA DE SANTA CATARINA	74
Quadro 2 – Classificação da Receita Orçamentária – Lei 4.320/64	81
O artigo 1 do Decreto-Lei 2.416/40 estabelece que.....	81
Quadro 3 – Classificação da Receita Orçamentária – Decreto-Lei 2.416/40	82
Quadro 4 – Classificação da Receita Orçamentária – Decreto 15.783/22	83
Fonte: Relatórios, Mensagens e Balanços do Estado de Santa Catarina. Elaboração da autora.	87
* Os dados referentes aos anos 1930 e 1960 não foram encontrados.	87
O período 1929-1939 marca um período de bom desempenho da economia brasileira. Apesar da crise que afetava a economia mundial, inclusive o Brasil, a recuperação das taxas de crescimento do país foi relativamente rápida. Em 1931, a taxa de crescimento do produto real era de 5,1% e em 1932 era de 4% ao ano; e nos anos 1933 e 1934 esta taxa era de 9% ao ano. Entre 1937 e 1939 a taxa média do produto brasileiro foi de 3,5% ao ano. Este bom desempenho da economia é atribuído às políticas econômicas do Governo Provisório, que tinha como presidente Getúlio Vargas. No fim da década, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o desempenho do PIB piorou. A taxa de crescimento no período 1939-1942 foi de 0,4% ao ano, especialmente por conta do péssimo desempenho da agricultura.....	88
As Tabelas 2 e 3 apresentam os dados da receita tributária a partir da consideração da base econômica dos impostos, referentes ao período 1929-1939. Estas tabelas apresentam os dados da receita tributária em valores em moeda corrente da época, e em percentuais.	88
No que se refere à evolução da receita tributária de Santa Catarina, até 1934 a principal fonte de receita dos estados era o Imposto de Exportação. Com a Constituição de 1934, o Imposto sobre Vendas e Consignações passa a ser a principal fonte de arrecadação destes entes federados.....	88
Todavia, tanto o Imposto de Exportação quanto o Imposto sobre Vendas e Consignações são impostos que incidem sobre a venda de mercadorias e serviços.	88
Tabela 2 – Evolução Receita Tributária do Estado de Santa Catarina considerando a Base Econômica dos Tributos – 1929-1939 – Valores em Moeda Corrente	89
Conto de réis (1.000)	89
Fonte: Mensagens, Relatórios e Balanços Gerais do Estado de Santa Catarina. Elaboração da autora.....	89
* Os dados referente ao ano 1930 não foram encontrados.....	89
Fonte: Mensagens, Relatórios e Balanços Gerais do Estado de Santa Catarina. Elaboração da autora.....	89

* Os dados referente ao ano 1930 não foram encontrados.....	89
Desta forma, mesmo com a alteração da principal fonte de receita dos estados, sob a ótica da base econômica dos tributos, os impostos sobre vendas de mercadorias e serviços são os impostos que apresentaram maior importância na composição do total da receita tributária do estado de Santa Catarina durante todo o período 1929-1939.....	90
Depois dos impostos que incidem sobre a venda de mercadorias e serviços, os impostos com maior participação no total da receita tributária do estado de Santa Catarina são os impostos que incidem sobre o patrimônio. No que se refere aos impostos sobre o patrimônio, merece destaque, no período 1929-1939, o Imposto Territorial. Estes impostos, porém, vão perdendo importância durante o período observado.	90
Na seqüência, os impostos sobre a venda de ativos são os terceiros com maior participação na composição da receita tributária de Santa Catarina, no período 1929-1939. Nesta categoria, merece destaque os Impostos sobre Transmissão de Propriedade. Todavia, deve-se ressaltar que tais impostos perdem importância ao longo do período.	90
Os impostos classificados como outros neste trabalho apresentaram uma pequena participação no total da receita tributária do estado.	90
Os impostos sobre renda apresentaram uma participação bastante insignificante no total da receita tributária catarinense. Sobre esta rubrica estava o Imposto sobre Capital hipotecário, o qual só foi registrado nos anos 1933, 1934 e 1935, sendo abolido em 1936.	90
A análise da evolução da receita tributária do estado de Santa Catarina, considerando a base econômica dos tributos, fica clara a partir da observação do Gráfico 2, o qual foi elaborado a partir da Tabela 3.	90
Observa-se que, à exceção do ano de 1932, no qual a participação dos impostos sobre venda de mercadorias e serviços apresentou uma pequena redução em relação ao ano anterior, em todos os anos de 1929 até 1939 a participação dos impostos que incidem sobre vendas de mercadorias aumentou em relação ao total da receita tributária do estado. E, sem dúvida, estes impostos apresentam grande destaque, representando em média de 67% no total da receita tributária, sendo que no fim do período eles representavam 75% do total da receita tributária de Santa Catarina. Desta forma, verificou-se que os impostos sobre vendas de mercadorias e serviços cresceram em participação mesmo em períodos em que o PIB brasileiro piorava, como é o caso do período 1937-1939. Tal comportamento pode ser atribuído à mudança legal, visto que em 1937 foi promulgada a Constituição de 1937, a qual trouxe algumas modificações ao sistema tributário brasileiro.	90

No que trata dos impostos sobre o patrimônio, estes representam, em média, 19% do total da receita tributária do estado de Santa Catarina no período 1929-1939. Ao final deste período esta participação, que era de 22% em 1929, representava apenas 14% do total da receita tributária do estado..... 90

Gráfico 2 – Evolução Receita Tributária considerando a Base Econômica dos Tributos – 1929-1939..... 91



.91

Fonte: Elaboração da autora a partir da Tabela 3..... 91

Os impostos sobre vendas de ativos representavam em média 10% do total da receita tributária catarinense, no período 1929-1939, sendo observada uma pequena redução desta participação no período analisado..... 91

Os impostos classificados como outros tiveram uma pequena participação, representando em média 1,6% da receita tributária total, no período estudado. Os impostos sobre a renda, só foram computados nos anos 1933, 1934 e 1935, representando, nestes anos, 1% do total da receita tributária de Santa Catarina. 91

As taxas representaram 1,8% do total da receita tributária catarinense, no período 1929-1939. Cabe aqui ressaltar que as taxas não apresentam base de cálculo. Desta forma, elas foram incluídas na análise por comporem o total da receita tributária. 91

No contexto da história econômica catarinense, o período que se inicia em meados da década de 1940 até 1962, apresenta-se como um período transitório para a fase da integração e consolidação da indústria catarinense, o qual é caracterizado pela diversificação e ampliação da base produtiva. No entanto, a falta de energia, de recursos financeiros e de infra-estrutura adequada limitava o movimento de ampliação e diversificação da base produtiva catarinense.

..... 92

As Tabela 4 e 5 apresentam os dados da evolução da receita tributária de Santa Catarina, no período 1940-1963, levando em conta a base tributária. Estas tabelas apresentam os dados em valores expressos em moeda corrente da época, e em percentuais..... 93

Tabela 4 – Evolução Receita Tributária do Estado de Santa Catarina considerando a Base Econômica dos Tributos – 1940-1963 – Valores em Moeda Corrente..... 94

Fonte: Mensagens, Relatórios e Balanços Gerais do Estado de Santa Catarina. Elaboração da autora..... 94

* Os dados referente ao ano 1960 não foram encontrados..... 94

Tabela 5 – Evolução Receita Tributária do Estado de Santa Catarina considerando a Base Econômica dos Tributos – 1940-1963 - Porcentagem..... 95

(%)..... 95

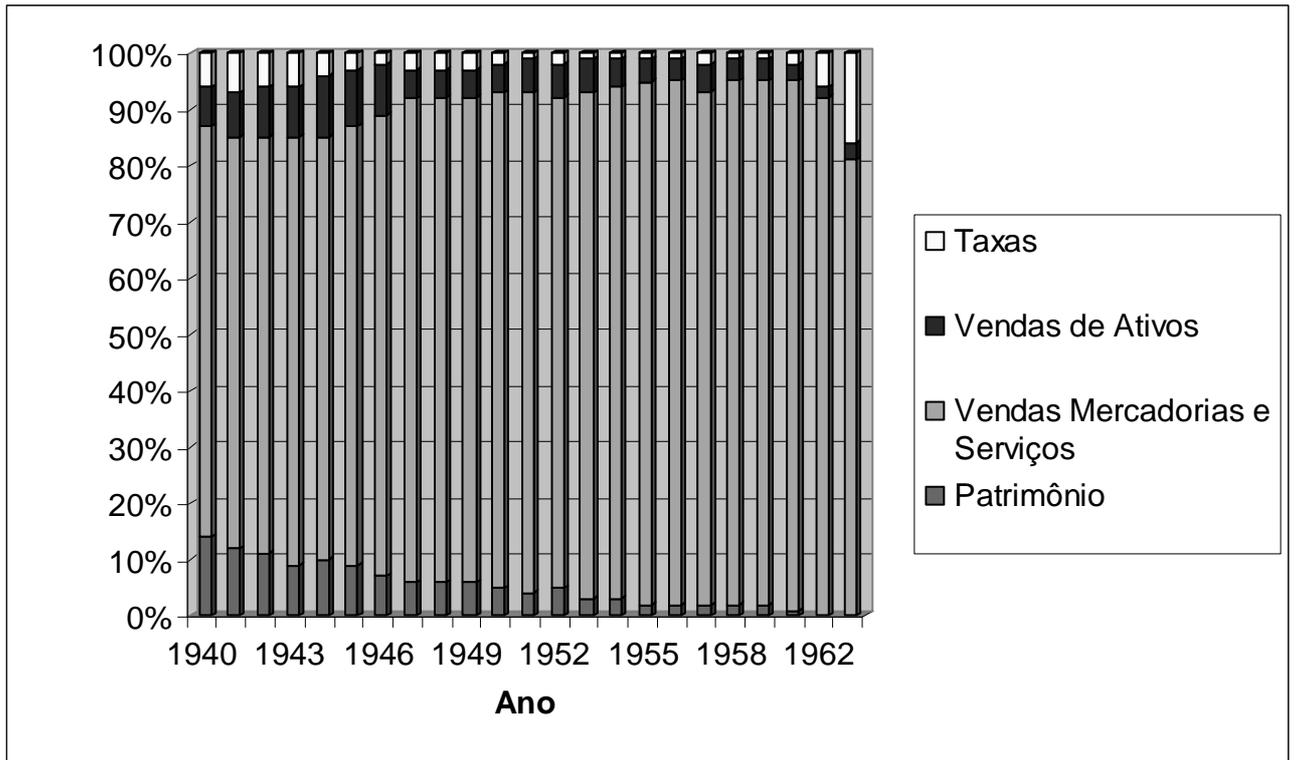
Fonte: Mensagens, Relatórios e Balanços Gerais do Estado de Santa Catarina. Elaboração da autora..... 95

* Os dados referente ao ano 1960 não foram encontrados..... 95

A partir do Gráfico 3, o qual foi elaborado a partir dos dados da Tabela 5, é possível analisar melhor a evolução da receita tributária do estado de Santa Catarina, considerando a base econômica dos tributos..... 95

Fica evidente que os impostos que incidem sobre vendas de mercadorias e serviços tem a maior parte na composição da receita tributária total de Santa Catarina, representando em média 89% do total desta receita. Constatou-se que, entre 1940 e 1942, período em que o desempenho do produto brasileiro não foi muito bom (devido à eclosão de Segunda Guerra Mundial), a participação destes impostos na composição da receita tributária total manteve-se estável, em 73%. 95

Gráfico 3 – Evolução Receita Tributária considerando a Base Econômica dos Tributos – 1940-1963..... 96



..... 96

Fonte: Elaboração da autora a partir da Tabela 5..... 96

Além disso, observa-se claramente a perda de importância dos impostos que incidem sobre o patrimônio no período 1940-1963, os quais representavam 14% no início do período e passam a ter uma participação praticamente nula em 1963. Em média, a participação dos impostos sobre o patrimônio no total da receita foi de 5,5% no período analisado. 96

Assim como no caso dos impostos que tem como base o patrimônio, observa-se a perda de importância dos impostos que incidem sobre vendas de ativos na composição do total da receita tributária de Santa Catarina. 96

Os impostos sobre vendas de ativos representavam em média 6% do total da receita tributária catarinense no período 1940-1963. 96

No que se refere ao comportamento das taxas ao longo do período observado, constata-se que entre 1940 e 1961 as taxas apresentam considerável perda de participação na composição da receita tributária total do estado de Santa Catarina. Mas a partir deste último ano elas se recuperam e, em 1963, representavam 16% do total da receita, em detrimento dos impostos que incidem sobre vendas de mercadorias e serviços, que neste último ano representaram 81% da receita tributária total. Em média, as taxas representaram 3,6% do total da receita tributária catarinense no período 1940-1963. 96

Durante 1963 e até o início de 1964, a economia brasileira viveu um período de estagnação combinado com inflação. O período de 1964 até 1967 foi um período de ajuste conjuntural e

estrutural da economia. O governou lançou o Paeg, o Plano de Ação Econômica do Governo, além de ter promovido importantes reformas estruturais, entre elas a reforma tributária, a qual provocou um aumento da carga tributária brasileira..... 97

Assim, atividade econômica se recuperou, ainda que o crescimento tenha se dado a taxas moderadas no período 1964-67, 4,2% ao ano..... 97

Em 1968, a economia brasileira iniciou um período de crescimento acelerado, que durou até 1973, o qual ficou conhecido como “milagre econômico”. Neste período, o PIB cresceu a uma taxa média de 11% ao ano..... 97

Nos anos 1979 e 1980, o crescimento da economia manteve com força, em média 8% ao ano. Todavia, já em 1981 tem-se início um longo período de estagnação econômica no Brasil que se estendeu até a década de 1990, e que caracterizou os anos 80 como a “década perdida”... 97

No período 1985-89, conhecido como “Nova República”, foram lançados três planos de estabilização, todavia todos eles foram malsucedidos. Neste período, o crescimento médio do PIB ficou em 4,3%, 97

No contexto da economia catarinense, o período pós-1990 é caracterizado pela abertura comercial e financeira e pela desregulamentação da economia. Este período é também caracterizado pela redução da atuação do Estado e por mudanças estruturais significativas. . 98

No que se refere ao sistema tributário brasileiro, em meados da década de 1960 foi promovida uma reforma, cujos objetivos eram solucionar o problema do déficit fiscal e estimular o crescimento econômico. 98

Esta reforma procurou também melhorar a qualidade do sistema tributário. O Brasil passou a ter um dos sistemas tributários mais modernos do mundo, na época, especialmente pela mudança da sistemática da arrecadação, que passou a priorizar a tributação sobre o valor agregado e não mais os impostos em cascata. 98

Nesse sentido, foi criado na esfera estadual, o ICM (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias) em substituição ao Imposto de Vendas e Consignações. O imposto criado passa a ser a principal fonte de receita dos estados..... 98

Todavia, na década de 1970 o sistema tributário brasileiro começa a mostrar sinais de exaustão, além disso, estados e municípios começam a reagir quanto à falta de autonomia, originada com as reformas da década anterior. 98

Nesse contexto a Constituição de 1988 promove mudanças importantes para o sistema tributário do país. A Constituição promoveu o aumento do grau de autonomia fiscal dos estados e municípios e a descentralização dos recursos tributários. 98

Na esfera estadual uma alteração importante foi a criação do ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação), em substituição ao ICM.	98
No início do período 1964-2007, assim como no final do período anterior, os impostos que tem como base vendas de mercadorias e serviços perderam importância na composição da receita tributária total de Santa Catarina, em detrimento das taxas, embora ainda representassem a maior parte daquela receita. A partir de 1967, como resultado da reforma do sistema tributário brasileiro que ocorreu na década de 1960, os impostos que incidem sobre vendas de mercadorias e serviços aumentaram consideravelmente sua participação na composição da receita tributária total. Observa-se uma pequena perda de participação, a partir do ano 2002, a qual está relacionada com o aumento de participação das taxas na formação da receita tributária catarinense. O principal imposto que tem como base vendas de serviços e mercadorias no período 1964-2007 é inicialmente o ICM, o qual é substituído pelo ICMS na década de 1980.....	98
Os impostos que incidem sobre vendas de ativos, no período 1964-2007, são representados pelo Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis e pelo Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens e Direitos, e foram observados durante todo o período, apesar da pouca participação no total da receita tributária do estado.....	99
No que se refere aos impostos que tem como base o patrimônio, estes passam a ser registrados apenas a partir de 1986, através de Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotivos. Entretanto, desde então estes impostos aumentaram sua participação na composição da receita tributária do estado de Santa Catarina.....	99
Os impostos que incidem sobre a renda foram registrados no período entre 1989 e 1995, representados pelo Imposto Adicional sobre Lucros, Ganhos e Rendimentos de Capital. A partir de 2002 passa a ser computado novamente um imposto que tem como base a renda, desta vez é o Imposto Sobre Renda de Qualquer Natureza.....	99
As taxas apresentaram expressiva participação na composição da receita tributária catarinense nos anos 1964-1966. Todavia durante quase todo o período estudado, esta participação foi bastante modesta, apesar da pequena recuperação a partir de 2002.	99
Tabela 6 – Evolução Receita Tributária do Estado de Santa Catarina considerando a Base Econômica dos Tributos – 1964-2007 – Valores em Moeda Corrente	100
(continua).....	100
Fonte: Mensagens, Relatórios e Balanços Gerais do Estado de Santa Catarina. Elaboração da autora.....	100

Tabela 6 – Evolução Receita Tributária do Estado de Santa Catarina considerando a Base Econômica dos Tributos – 1964-2007 – Valores em Moeda Corrente..... 101
 (continuação) 101

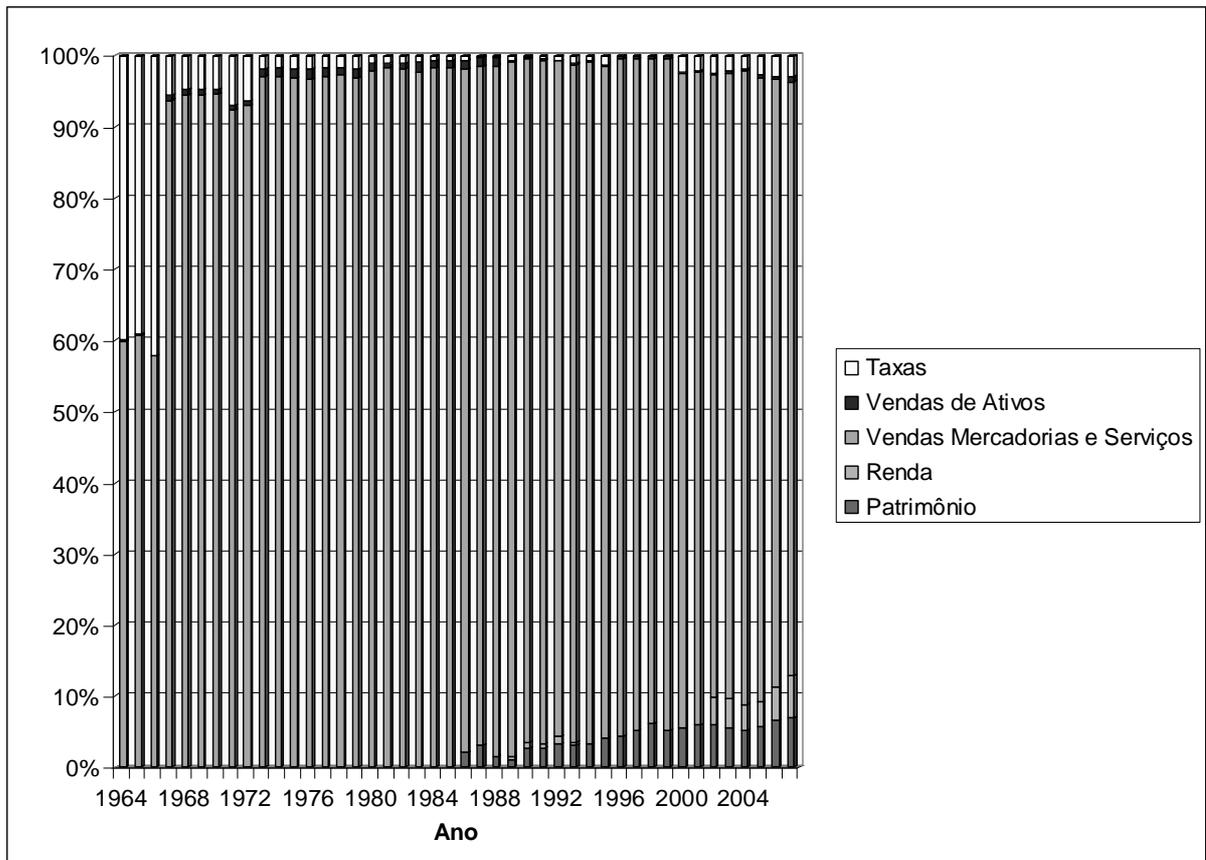
Fonte: Mensagens, Relatórios e Balanços Gerais do Estado de Santa Catarina. Elaboração da autora..... 101

Tabela 7 – Evolução Receita Tributária do Estado de Santa Catarina considerando a Base Econômica dos Tributos – 1964-2007 - Porcentagem..... 102
 (%) 102

Fonte: Mensagens, Relatórios e Balanços Gerais do Estado de Santa Catarina. Elaboração da autora..... 102

O Gráfico 4, elaborado a partir da Tabela 7, permite uma melhor visualização da evolução da receita tributária do estado de Santa Catarina, levando-se em conta a base econômica dos tributos..... 103

Gráfico 4 – Evolução Receita Tributária considerando a Base Econômica dos Tributos – 1964-2007..... 103



..... 103

Fonte: Elaboração da autora a partir da Tabela 7..... 103

Fica evidente a perda de importância dos impostos sobre vendas de mercadorias e serviços no início do período analisado. Entre 1964 e 1966, os impostos sobre vendas de mercadorias e serviços representaram, em média, 60% da receita tributária catarinense, embora ainda representassem a maior parte desta. A partir daí, estes impostos aumentam sua participação e, entre 1966 e 2007, eles representaram, em média, 91% da receita tributária catarinense.	103
É notável também a elevada participação das taxas na composição da receita tributária total no início do período analisado, representando, em média, 40% desta receita entre 1964-1966. Após 1966, as taxas perdem, consideravelmente, importância e passam a representar, em média 1,9% do total da receita tributária catarinense.	104
Os impostos que incidem sobre vendas de ativos e mercadorias apresentaram uma pequena participação no total da receita tributária do estado de Santa Catarina, representando, em média, 0,6% desta ao longo do período 1964-2007.....	104
Observa-se que os impostos sobre o patrimônio, a partir de 1986, quando passam a ser registrados, aumentam consideravelmente sua participação na composição da receita tributária catarinense. Assim, entre 1986 e 2007, estes impostos representaram, em média, 4,5% da receita tributária.	104
Por último, no que se refere aos impostos que incidem sobre a renda, no período 1989-1995 eles foram registrados, mas sua participação no total da receita tributária do estado era quase insignificante. A partir de 2002 observa-se um aumento desta participação, e os impostos sobre renda representam, em média, 4,3% do total da receita tributária catarinense.	104
Referências Bibliográficas	109
BRASIL, Márcia Nunes Burgugi. Evolução das receitas, despesas e dívida pública de...	109
REZENDE, Fernando Antonio. Finanças Públicas . 2 Ed. São Paulo: Atlas, 2001.	111

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Receita Orçamentária do Estado de Santa Catarina – Período 1929-1939.....	107
ANEXO B – Receita Orçamentária do Estado de Santa Catarina – Período 1940-1963.....	110
ANEXO C – Receita Orçamentária do Estado de Santa Catarina – Período 1964-2007.....	126
ANEXO D – Evolução do PIB Brasileiro (PPC de 2002) no Período 1929-2003.....	141

LISTA DE FIGURAS

GRÁFICO 1 - Evolução do PIB – PPC de 2002	42
GRÁFICO 2 – Evolução da Receita Tributária do Estado de Santa Catarina Considerando a Base Econômica dos Tributos – 1929-1939.....	82
GRÁFICO 3 – Evolução da Receita Tributária do Estado de Santa Catarina Considerando a Base Econômica dos Tributos – 1940-1963.....	87
GRÁFICO 4 – Evolução da Receita Tributária do Estado de Santa Catarina Considerando a Base Econômica dos Tributos – 1964-2007.....	94

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Classificação dos Tributos.....	58
QUADRO 2 – Classificação da Receita Orçamentária – Lei 4.320/64.....	72
QUADRO 3 – Classificação da Receita Orçamentária – Decreto-Lei 2.416/40.....	73
QUADRO 4 – Classificação da Receita Orçamentária – Decreto 15.873/22.....	74
QUADRO 5 – Evolução da Base Econômica dos Tributos – 1929-2007.....	75

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Participação da Receita Tributária na Composição da Receita Orçamentária do Estado de SC – 1929-2007.....77

TABELA 2 – Evolução da Receita Tributária do Estado de Santa Catarina Considerando a Base Econômica dos Tributos – 1929-1939 - Valores em Moeda Corrente80

TABELA 3 – Evolução da Receita Tributária do Estado de Santa Catarina Considerando a Base Econômica dos Tributos – 1929-1939 – Porcentagem.....80

TABELA 4 – Evolução da Receita Tributária do Estado de Santa Catarina Considerando a Base Econômica dos Tributos – 1940-1963 – Valores em Moeda Corrente.....85

TABELA 5 – Evolução da Receita Tributária do Estado de Santa Catarina Considerando a Base Econômica dos Tributos – 1940-1963 – Porcentagem.....86

TABELA 6 – Evolução da Receita Tributária do Estado de Santa Catarina Considerando a Base Econômica dos Tributos – 1964-2007 – Valores em Moeda Corrente.....91

TABELA 7 – Evolução da Receita Tributária do Estado de Santa Catarina Considerando a Base Econômica dos Tributos – 1964-2007 – Porcentagem.....93

RESUMO

Título: A Evolução da Receita Tributária do Estado de Santa Catarina no período 1929-2007.

Por: Maria Antonieta Sangalli Silva

Orientador: Prof. Dr. João Rogério Sanson

Objetiva-se com este trabalho descrever a evolução da receita tributária do estado de Santa Catarina a partir da consideração da base econômica dos tributos, no período 1929-2007. Desta forma, propõe-se uma classificação dos impostos de acordo com a base econômica dos mesmos. Elaborou-se uma síntese dos principais acontecimentos das economias brasileira e catarinense a fim de contextualizar a análise da evolução da receita tributária catarinense. Para atingir seu objetivo, este estudo valeu-se de pesquisa bibliográfica e documental, através da qual foram coletados os dados referentes à receita orçamentária de Santa Catarina. Este trabalho tratou também da Teoria das Finanças Públicas com particular ênfase na Teoria da Tributação. Apresentaram-se as mudanças na estrutura e classificação da receita do estado de Santa Catarina no período 1929-2007, além da evolução do sistema tributário brasileiro e da evolução da competência tributária. Observou-se que a receita tributária corresponde a quase totalidade da receita orçamentária do Estado. Verificou-se que as mudanças no arcabouço tributário foram as responsáveis pelas alterações na evolução da receita tributária catarinense, levando-se em conta a base econômica dos impostos na composição da receita tributária total, no período estudado. Constatou-se que não ocorreram significativas alterações na composição da receita tributária catarinense, sendo que os impostos que incidem sobre vendas de mercadorias e serviços representavam a maior parte daquela receita.

CAPÍTULO I

O PROBLEMA

1.1 Introdução

As flutuações econômicas apresentam um problema recorrente para economistas e formuladores de políticas públicas. Os economistas chamam as oscilações do produto e do emprego de ciclo econômico. Embora esta denominação possa sugerir que as flutuações são regulares e previsíveis, não é isso que ocorre. As recessões são tão irregulares quanto comuns. (MANKIW, 1998).

Os ciclos econômicos são flutuações do produto em torno do seu componente de longo prazo. Estes ciclos, em geral, apresentam quatro fases distintas: expansão, contração, recessão e recuperação; e cada ciclo varia tanto em intensidade quanto em duração.

Em todos os ciclos econômicos há a atuação do governo, ora mais ativamente, ora menos. Entretanto, a crescente complexidade dos sistemas econômicos do mundo como um todo, tem levado a um aumento daquela atuação. Desta maneira, as funções do governo na Economia expandiram-se consideravelmente desde o início do século passado.

A importância da função estabilizadora do Estado passou a ser defendida, principalmente, a partir da publicação do livro *Teoria Geral do Juro, do Emprego e da Moeda* em 1936, de John Maynard Keynes. Até então, o pensamento predominante era o de que o mercado tinha capacidade de se auto-ajustar ao nível de pleno emprego da economia. Keynes deu ênfase ao papel do Estado mediante as políticas monetária e, principalmente, fiscal para promover um elevado nível de emprego na economia. (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000)

Por política fiscal entende-se a atuação do governo no que diz respeito à arrecadação de impostos e aos gastos. Assim, o governo ao atuar sobre o sistema tributário pode alterar as despesas do setor privado, e o produto da economia.

O estudo das Finanças Públicas consiste na análise dos aspectos econômicos e financeiros que giram em torno da administração pública. As funções, o tamanho, ou participação na economia, os gastos, a forma de financiamento dos mesmos e a política fiscal do governo são alguns objetos desta ciência. De uma forma geral, a Teoria das Finanças Públicas gira em torno na existência das falhas de mercado que tornam necessária a presença do Governo.

Este trabalho procura sintetizar os principais ciclos econômicos da economia brasileira e os principais acontecimentos da economia catarinense, bem como analisar a evolução da

receita tributária do estado de Santa Catarina, considerando a base econômica dos impostos, no período 1929-2007.

1.2 Especificação do Problema de Pesquisa e Justificativa

Este trabalho faz parte de uma ampla linha de pesquisa em desenvolvimento no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, que se ocupa da organização de uma série histórica completa das Finanças Públicas do estado de Santa Catarina. A partir da coleta desses dados o objetivo é a criação de um banco de dados sobre as Finanças Públicas do Estado, já que um banco de dados como este ainda não existe no Estado.

Já existem pelo menos seis trabalhos monográficos que tratam especificamente deste problema. Goulart (2000) desenvolveu uma análise dos gastos com pessoal na administração pública em Santa Catarina. Mello (2003) analisou as finanças públicas no estado de Santa Catarina no século XIX; Gonçalves (2004) abordou as finanças públicas deste estado no período 1880 a 1929. Mignoni (2006) abordou as receitas despesas e dívida pública do Estado no período 1931-1949. Mota (2002) tratou da evolução das receitas, despesas e dívida pública de Santa Catarina no período 1950-1970 e Brasil (2001) da evolução das receitas, despesas e dívida pública de Santa Catarina entre 1964 e 1999.

Este trabalho, portanto, visa contribuir para o alcance deste grande objetivo, e para isso abordará a evolução da receita do estado de Santa Catarina no período 1929-2007, enfatizando a evolução e a estrutura das receitas tributárias do Estado neste período, a partir da consideração da base tributária.

1.3 Objetivos

A realização deste estudo destina-se a atingir alguns objetivos, os quais se dividem em objetivo geral e objetivos específicos.

O objetivo geral consiste em analisar os principais ciclos econômicos da economia brasileira e a evolução da receita tributária do estado de Santa Catarina, considerando a base econômica dos tributos, no período 1929-2007.

Os objetivos específicos são:

- Apresentar uma síntese dos principais ciclos econômicos da economia brasileira e dos principais acontecimentos da história econômica de Santa Catarina, no período 1929-2007.
- Detalhar a série da receita orçamentária catarinense no período 1929-2007.
- Analisar a evolução e a estrutura da receita tributária do estado de Santa Catarina de acordo com a base econômica dos tributos, no período 1929-2007, considerando a conjuntura econômica do momento.
- Apresentar a teoria sobre Finanças Públicas.

1.4 Metodologia

A metodologia descreve os procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa. Os aspectos mais importantes para formular os procedimentos metodológicos referem-se à natureza no estudo, a população e amostra, que envolverá o universo a ser estudado, a coleta de dados e sua análise e a caracterização do estudo. (GIL, 2002)

Este trabalho será elaborado através de pesquisa bibliográfica e documental. A fundamentação teórica que envolve este trabalho terá base em referências bibliográficas relacionadas à Economia do Setor Público, com ênfase em Finanças Públicas, e teorias sobre ciclos econômicos. Obras sobre a economia brasileira e catarinense também serão utilizadas como fonte de pesquisa bibliográfica. Séries temporais de dados sobre a receita do estado de Santa Catarina irão fazer parte da pesquisa documental, a qual foi realizada através de pesquisa pessoal e presencial à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado. Através da pesquisa documental foram feitos levantamentos específicos em relatórios apresentados ao Presidente da República pelo Interventor Federal no estado de Santa Catarina, em mensagens enviadas à Assembléia Legislativa de Santa Catarina pelo Governador do

Estado e nos Balanços Gerais do Estado. Além disso, utilizou-se material coletado por alguns trabalhos anteriores a este.

Os dados apresentados neste trabalho foram extraídos dos Balanços, Relatórios e Mensagens do estado de Santa Catarina. Todavia, é importante ressaltar que os dados que compõem o corpo deste trabalho monográfico foram arredondados a fim de facilitar a compreensão dos mesmos e são apresentados em valores expressos em moeda corrente da época. No anexo os dados são apresentados em estado bruto, a preços e moeda da época, a fim de expressar a fidelidade dos dados aqui demonstrados com aqueles coletados. Cabe relatar que o desgaste apresentado pelos documentos históricos analisados, bem como a falta de um banco de dados sobre as finanças do Estado, dificultou o processo de pesquisa dos dados.

O universo a ser estudado é a economia brasileira no período 1929-2007, e mais as finanças públicas do estado de Santa Catarina neste período. Quanto a sua natureza, será elaborada uma análise qualitativa e quantitativa dos dados coletados. O tipo de pesquisa é de natureza descritiva, realizada com a análise dos dados coletados, estabelecendo a relação entre os ciclos econômicos do Brasil e a evolução da receita tributária de Santa Catarina, no período 1929-2007.

1.5 Pressupostos Conceituais

Nesta seção serão abordados aspectos conceituais que se farão presentes ao longo de todo o estudo e que são importantes para a compreensão do mesmo.

Receita pública é o montante total em dinheiro recolhido pelo Tesouro Nacional, incorporado ao patrimônio do Estado, que serve para custear as despesas públicas e as necessidades de investimentos públicos. A receita pública se divide em dois grandes grupos: as receitas orçamentárias e as extra-orçamentárias.

A receita orçamentária é a que importa sob a ótica deste trabalho. A receita orçamentária é constituída por recursos financeiros de arrecadação, autorizada pelo Orçamento Público, que serão aplicados na realização dos gastos do Governo estimados também no orçamento público. Sua arrecadação depende de autorização legislativa, constante na própria lei do orçamento e é realizada através da execução orçamentária.

A receita orçamentária é dividida em receitas correntes e receitas de capital. As operações correntes são aquelas, tipicamente, destinadas assegurar os serviços públicos já existentes e a manter em funcionamento normal a oferta de bens e serviços para a população. Por outro lado, as operações de capital têm por objetivo a formação e/ou criação de um bem de capital novo ou já em utilização anterior por terceiros.

Classificam-se na categoria receitas correntes aquelas receitas oriundas do poder impositivo do Estado, (Tributária e de Contribuições); da exploração de seu patrimônio (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes) ; e as demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores (Outras Receitas Correntes).

A receita tributária é a receita oriunda da cobrança de tributos pagos pela população; tem por base as suas propriedades, as suas rendas, as suas atividades e os benefícios diretos e imediatos que lhes são propiciados pelo Estado. No Brasil, existe o Código Tributário que trata deste assunto com o nível de detalhismo devido.

Tributo é uma receita instituída pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições de melhoria, nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira.

Impostos são tributos cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica em relação ao contribuinte. Basicamente, os fatos geradores de impostos são: Patrimônio: tributado por impostos diretos cuja base sobre a qual incide o imposto é o estoque acumulado de capital; Renda: tributada por impostos diretos cuja base de cálculo é constituída pelos fluxos anuais de rendimentos; Consumo: a compra e venda de mercadorias e serviços constitui o fato dominante, variando apenas o momento em que o imposto é cobrado (no nível do produtor ou do consumidor) e a base de cálculo de operação (se o valor adicionado ou o total de transação).

Taxa é uma espécie de tributo que os indivíduos pagam ao Estado, em razão do exercício do Poder de Polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição. Diferente de Imposto, a taxa não possui uma base de cálculo. Os valores dependem apenas do serviço prestado. Taxas também são vinculadas a um destino: à manutenção e desenvolvimento do próprio serviço prestado.

Expostos estes conceitos parte-se para a descrição da organização deste trabalho.

1.6 Organização do Trabalho

Este Capítulo I, além da introdução, tratou da especificação do problema de pesquisa e a justificativa para a realização deste estudo, os objetivos aos quais o mesmo se destina, a metodologia empregada na sua execução e a exposição de pressupostos conceituais importantes que serão utilizados ao longo do trabalho.

Ao Capítulo II cabe a apresentação dos principais acontecimentos da história econômica brasileira, assim como da economia catarinense, no período 1929-2007, a fim de contextualizar a análise da evolução da receita tributária do estado de Santa Catarina neste mesmo período.

O Capítulo III abordará a Teoria das Finanças Públicas com particular ênfase na Teoria da Tributação. As funções do Governo, a classificação dos tributos, especialmente de acordo com a base econômica, e o federalismo fiscal serão abordados neste capítulo com intuito de fornecer a base teórica para melhor compreensão deste trabalho. Também neste capítulo será estabelecida uma relação entre a tributação e a Macroeconomia, para explicar como o governo, através da tributação, pode afetar a economia.

No capítulo IV serão apresentados os dados da receita tributária do estado de Santa Catarina no período 1929-2007, considerando a base econômica dos tributos, e a posterior análise desses dados. Este capítulo também abordará a classificação da receita e as mudanças no sistema de contas públicas que ocorreram neste período e que provocaram alterações na classificação das receitas e despesas públicas.

Por fim, no Capítulo V tratará da conclusão e das considerações finais deste trabalho monográfico.

CAPÍTULO II

A ECONOMIA NO PERÍODO 1929-2007

Este capítulo tem como objetivo sintetizar os principais fatos da história econômica brasileira, assim como da economia catarinense, no período 1929-2007. Traçar o panorama das economias brasileira e catarinense faz-se importante para contextualizar a análise da evolução da receita tributária do estado de Santa Catarina neste mesmo período.

2.1 Economia Brasileira

2.1.1 Período 1929-1945¹

Em 1929, o *crack* da Bolsa de Valores de Nova York assinalou uma grande crise na economia americana. Na tentativa de solucionar sua crise interna, os Estados Unidos, não apenas foram mal sucedidos, como acabaram envolvendo o mundo todo em uma depressão que perdurou durante a década de 1930.

O forte impacto da Grande Depressão sobre a economia mundial resultou em significativa redução da importância relativa dos fluxos comerciais e financeiros, especialmente em países, como o Brasil, que se recuperaram rapidamente dos efeitos mais graves da crise. Neste período, o dinamismo do crescimento econômico de tais países dependia basicamente de fatores internos. Todavia, as restrições externas eram os principais determinantes da política econômica.

O choque externo sobre a economia brasileira afetou o balanço de pagamentos, principalmente através da expressiva diminuição dos preços de exportação, a qual não foi compensada pelo aumento da quantidade exportada, e da suspensão do influxo de capitais estrangeiros. Os termos de intercâmbio sofreram uma deterioração: reduziu-se o volume das importações e das exportações, enquanto o preço das importações aumentou e o preço das exportações caiu.

¹ Esta seção é baseada em Abreu (1990).

Durante a primeira metade da década de 1930 há indicações de uma redução no estoque de inversões diretas estrangeiras, as quais estão relacionadas às dificuldades que caracterizaram a economia internacional no período, a qual reduziu a mobilidade do capital, como também à crise cambial brasileira. A crise provocou a redução do capital registrado de inúmeras firmas, a falência de outras, a nacionalização de algumas e a transferência de ativos de investidores europeus para investidores dos Estados Unidos.

Segundo Abreu (1990, p. 78), “os dados disponíveis indicam que o impacto da depressão sobre o produto real foi relativamente modesto”, sendo que a maior queda foi 5,3% em 1931. Em 1932 o produto cresceu 4% e em 1933 e 1934 em torno de 9% ao ano. Desta maneira, “a recuperação do nível de atividade econômica brasileira foi singularmente rápida”.

Estas conseqüências relativamente suaves da crise sobre a economia do país devem-se especialmente às políticas econômicas do Governo Provisório², principalmente no que diz respeito ao café. A política cafeeira deste governo baseou-se na compra de estoques de café pelo governo federal financiada por créditos do Banco do Brasil e por taxaço das exportações. A partir de 1931, frente à descontinuidade entre o nível dos estoques de café e a capacidade de absorção do mercado mundial, iniciou-se a destruição dos estoques.

A expansão do saldo do balanço comercial foi conseqüência da desvalorização cambial e do controle cambial que impedia a importação de bens não essenciais. Estas políticas foram adotadas devido ao desequilíbrio do balanço de pagamentos e acabaram por reorientar a demanda em benefício da produção interna.

O período 1934-1937 é conhecido como Governo Constitucional, segunda fase do governo de Getúlio Vargas. Neste período tem-se uma melhora das condições cambiais.

Durante 1936 e 1937 o Banco do Brasil acumulou razoável reserva cambial. Esta relativa folga cambial possibilitou a adoção de política liberal quanto à remessa de lucros, bem como o afrouxamento dos controles de importação, a fim de atrair capitais estrangeiros. Todavia, a recessão americana, em 1937-38, resultou no fracasso desta política.

Segundo Abreu (1990, p. 85),

A despeito das dificuldades relativas ao balanço de pagamentos, a economia continuou a crescer 6,5% ao ano entre 1934 e 1937. O encarecimento das importações permitiu a utilização da capacidade ociosa na indústria enquanto a continuada adoção de políticas fiscal, cafeeira, monetária e creditícia expansionistas permitiu a sustentação da demanda. A política fiscal do governo gerou déficits na execução das contas públicas maiores que os planejados nas propostas

² Governo Provisório é o governo do Presidente Getúlio Vargas, durante dos anos 1930-1934, no Brasil.

orçamentárias. A política de aquisição e destruição de estoques de café permaneceu, nos seus aspectos fundamentais, inalterada em relação à adotada a partir de 1933. A política monetária foi em geral moderadamente expansionista: o deflator implícito do PIB só indica sinais claros de aceleração inflacionária ao final do período.

Neste período, observa-se um desempenho quase insignificante da agricultura, contrastando com o desempenho dos demais setores, especialmente com o da indústria. Entretanto, ao final da década de 1930, a participação dos setores não tradicionais no valor adicionado industrial agregado era ainda bastante modesta, em particular no caso dos bens duráveis de consumo e de bens de capital.

Em 1937, com a implantação do Estado Novo³ através do Golpe de Estado, fortaleceu-se o poder central, sendo criadas agências governamentais com objetivo de regulamentação na área econômica.

Ocorreu uma alteração na forma de ação do Estado, marcada pela decisão de iniciar, em 1940, a construção da primeira usina siderúrgica integrada brasileira. O Estado passava da área normativa da atividade econômica para a provisão de bens e serviços.

A garantia de uma oferta adequada de divisas para liquidação de compromissos financeiros era um objetivo explícito da política econômica até 1937. Para alcançá-lo foram adotados regimes de controle cambial e de importação. Contudo, em 1937, tornou-se patente a contradição entre os programas de investimentos públicos e a manutenção dos pagamentos do serviço da dívida, o que conduziu a uma reversão da política adotada desde 1930.

No fim de 1937, a escassez de divisas, resultado da elevação das importações, forçou a adoção do monopólio cambial do governo, após o golpe de novembro e a implantação do Estado Novo. O controle cambial e de importações depois de 1937 tornou-se o principal instrumento de política comercial.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, resultou na perda dos mercados europeus. Assim, ocorreu uma brusca redução do saldo na balança comercial. Segundo Abreu (1990, p. 94),

Só depois de 1941 a expansão das exportações foi assegurada pelo efeito combinado dos acordos de suprimento de materiais estratégicos aos Estados Unidos, do aumento da demanda por produtos brasileiros em mercados tradicionalmente atendidos pelo Reino Unido e pelos Estados Unidos (que reduziram suas exportações como parte do esforço de guerra), de maciças compras de carne e algodão pelo Reino Unido e dos melhores preços do café garantidos pelo Acordo

³ Estado Novo é como ficou conhecido o período da história republicana brasileira que vai de 1937 a 1945, quando Getúlio Vargas foi Presidente do Brasil.

Interamericano. Esse aumento das exportações resultou, em vista da escassez crônica das importações, em considerável expansão dos saldos na balança comercial.

As dificuldades de acesso às importações, após um período inicial de ajustamentos, não provocaram uma redução substancial da taxa de crescimento da produção industrial doméstica agregada.

O comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) apresentou-se como menos favorável neste período, pois o desempenho do setor agrícola a partir de meados da década de 1930 foi desanimador. Assim, a taxa de crescimento do PIB, que já havia caído a 3,5% ao ano em 1937-39, atingiu 0,4% ao ano em 1939-42, antes de recuperar-se para 6,4% ao ano em 1942-45.

De acordo com Abreu (1990, p. 95),

Em mais de um sentido, 1942 corresponde a um ponto de inflexão do ponto de vista econômico no Brasil: acelerou-se o crescimento industrial; pela primeira vez desde a década de 20 começaram a acumular-se reservas cambiais; observa-se a entrada de capitais privados norte-americanos após longo período de desinteresse. A retomada do nível de atividades não esteve, também, dissociada das políticas fiscal monetária e creditícia claramente expansionistas adotadas pelo governo a partir de 1942.

Em 1942, o Mil-Réis é substituído pelo Cruzeiro. Esta reforma monetária ocasionou um significativo aumento da liquidez na economia. A inflação acelerou-se a partir de 1941, e as tentativas de contenção inflacionária foram bastante tímidas.

Com a aproximação do fim da guerra a política americana tendia a levar em conta, cada vez mais, os interesses de seu comércio exportador, e não mais as atividades substitutivas de importação do Brasil.

Após 1943 as preocupações quanto à falta de democracia interna no Brasil tornaram-se evidentes. Desta maneira começaram a se desenhar tendências do governo americano no sentido de apoiar uma solução “liberal” para o país. O apoio americano foi um importante elemento do processo de desestabilização da ditadura de Vargas, que culminaria na sua deposição.

Assim, a queda de Getúlio Vargas e o fim do Estado Novo foram obras principalmente da inserção do Brasil no quadro das relações internacionais.

2.1.2 Período 1946-1955⁴

⁴ Esta seção foi escrita a partir de Vianna e Villela (2005)

A década que vai do fim da Segunda Guerra até 1955 é marcada pela transição, na economia mundial, na direção dos princípios liberais acordados em Bretton Woods (1944). Estes princípios liberais envolviam, prioritariamente, a eliminação das barreiras ao livre fluxo de bens e a multilateralização do comércio internacional.

No Brasil, logo após o fim da guerra, tem-se início o Governo Dutra (1946-1950). O país passou por sucessivas crises do balanço de pagamentos nos primeiros anos do pós-Guerra, as quais acarretaram o abandono do modelo liberal, inicialmente adotado, e deram lugar a um modelo de desenvolvimento industrial com crescente participação do Estado. Esta participação foi indireta, e caracterizada principalmente pela adoção de controles cambiais e de importações e a criação de um aparato regulatório em diversas áreas da economia.

O governo Dutra assumiu o controle inflacionário como o principal objetivo da política econômica. Desta maneira, políticas monetárias e fiscais contracionistas formariam o tratamento adequado.

Entretanto não demorou a tornar-se evidente a situação crítica das reservas internacionais. As exportações, nesse período, reduziram-se significativamente enquanto que as importações, além de aumentar em quantidade, tiveram seus preços elevados. As reservas evoluíam de maneira desfavorável, sendo que as reservas em moeda conversível sofreram uma abrupta redução, e o Brasil acumulava déficits crescentes com os Estados Unidos e outros países com moeda forte.

No que diz respeito à captação de recursos externos, a esperança do governo brasileiro dissipou-se, logo no imediato do pós-Guerra, com a alteração da posição dos Estados Unidos com relação ao Brasil. Segundo Vianna e Villela (2005, p.24) “em virtude da prioridade conferida por aquele país à reconstrução européia, restaria ao Brasil recorrer aos influxos de capitais privados para financiar o seu desenvolvimento econômico”.

O governo optou, então, em julho de 1947, por instituir controles cambiais e de importações. Os bancos autorizados a operar câmbio foram obrigados a vender ao Banco do Brasil 30% de suas compras de câmbio livre à taxa oficial de compra. E depois de atendidos os compromissos do Governo, o Banco do Brasil fornecia divisas de acordo com uma escala de prioridades, a qual favorecia a importação de produtos essenciais. Em fevereiro de 1948, adota-se o sistema de concessão de licenças para importação, obedecendo às prioridades estabelecidas pelo governo.

Segundo Vianna e Villela (2005), o déficit em áreas de moeda conversível foi reduzido, chegando a um pequeno superávit em 1949. Já nas áreas de moeda inconvertível, ocorreram superávits em 1947 e 1948 e equilíbrio em 1949 e 1950.

Além desse resultado, o sistema de controle de importações contribuiu para o crescimento da indústria no pós-Guerra. A taxa de câmbio sobrevalorizada e as medidas discriminatórias à importação de bens de consumo não-essenciais e aos com similar nacional, resultaram em importante estímulo ao processo de substituição de importações. Essa foi a fase de implantação das indústrias de bens de consumo duráveis no Brasil.

Em paralelo à imposição de controles cambiais e sobre as importações, o crédito real à indústria cresceu 38%, 19%, 28% e 5%, respectivamente, nos anos de 1947 a 1950.

Todavia, como salienta Vianna e Villela (2005, p. 26), “deve-se ressaltar que o avanço do processo de industrialização nos primeiros anos após a Segunda Guerra foi, essencialmente, em efeito *indireto* dos controles cambiais e de importação adotados como resposta aos problemas do balanço de pagamentos.”.

A política econômica interna do governo Dutra pode ser definida como marcadamente ortodoxa até 1949. A inflação foi tida como o principal problema a ser enfrentado e foi diagnosticada como derivada de excesso de demanda. Após um grande déficit no orçamento da União em 1946, a retração do investimento público em 1947 e 1948 proporcionou a obtenção de pequenos superávits nestes anos. Em 1948, estimulado pelo crescimento da indústria, o PIB cresceu 9,7%.

A substituição do Ministro da Fazenda Correa e Castro por Guilherme da Silveira marca um ponto de inflexão na política econômica ortodoxa até então praticada pelo governo. Em 1949 gerou-se um expressivo déficit no orçamento público, não apenas da União, mas dos estados e do Distrito Federal, que continuaria em 1950.

Em 1951, após uma campanha baseada na defesa da industrialização e na necessidade de se ampliar a legislação trabalhista, Getúlio Vargas retorna à Presidência da República.

Os objetivos da política econômica do novo governo eram comprimir rigorosamente as despesas governamentais, aumentar a arrecadação e adotar políticas monetária e creditícia contracionistas.

A combinação da contenção de despesas de todos os entes federados e de um aumento da receita nos dois primeiros anos do governo Vargas levou ao primeiro superávit global da União desde 1926. O PIB real cresceu 4,9% e 7,3% em 1951 e 1952, respectivamente.

A política de comércio exterior destes primeiros anos do governo manteve a taxa de câmbio fixa e sobrevalorizada e o regime de concessão de licenças de importação. No início

optou-se por liberalizar esta concessão de licenças para importar. Contudo, esta orientação liberalizante foi alterada à medida que tornavam-se evidentes os graves desequilíbrios na balança comercial.

No início de 1953, a conjuntura econômica estava dominada pelo colapso cambial do país. Vargas decidiu reorientar a política de seu governo, e em junho deste mesmo ano promoveu uma ampla reforma ministerial.

A política do novo Ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, consistiu numa nova tentativa de estabilização da economia. Manteve-se a visão ortodoxa, porém concedeu-se privilégio para o ajuste cambial. Em outubro de 1953, o governo decretou a Instrução 70 da Sumoc⁵, a qual atacou simultaneamente os problemas cambial e fiscal. As principais alterações introduzidas foram: o restabelecimento do monopólio cambial do Banco do Brasil; a extinção do controle quantitativo das importações e a instituição de leilões de câmbio; e, no que se refere às exportações, a substituição das taxas mistas por um sistema de bonificações incidentes sobre a taxa oficial.

Em 1953, o PIB apresentou crescimento de 4,7%, inferior ao de todos os anos anteriores, desde 1947. Todavia, é importante salientar que a indústria cresceu 9,3%. Neste ano, além da desaceleração econômica, a inflação teve um aumento significativo, o qual pode ser atribuído ao retorno do déficit e ao impacto das desvalorizações cambiais decorrentes da Instrução 70.

Em 1954, o programa de estabilização econômica de Aranha se depara com grandes dificuldades. A decisão do presidente de conceder aumento de 100% do salário mínimo contrariou profundamente o ministro Aranha, e acirrou as tensões entre os agentes econômicos e atores políticos. Além disso, o programa de estabilização econômica foi prejudicado pelas dificuldades enfrentadas pelas exportações de café, as quais caíram abruptamente, em decorrência dos altos preços do café no mercado internacional. O isolamento político de Vargas era um fato. Neste contexto, em agosto de 1954, Getúlio Vargas suicidou-se. Café Filho, vice-presidente de Vargas, assume a presidência.

O período 1945-1955 foi marcado por forte expansão do PIB e por pressões inflacionárias. A taxa de investimento médio da economia se elevou, refletindo o avanço do processo de industrialização e a expansão dos investimentos públicos no setor de infraestrutura. As exportações e importações que apresentaram significativo crescimento no governo Dutra (1946-1950) perderam dinamismo entre 1951-1955, no contexto de queda das

⁵ A Sumoc, Superintendência da Moeda e do Crédito, foi criada em 1945 com a finalidade de exercer o controle monetário no Brasil.

receitas de café e do avanço do processo de substituição de importações, com a economia voltada para dentro.

2.1.3 Período 1956-1963⁶

Na década de 1950 prevaleceu no Brasil a corrente econômica denominada Desenvolvimentismo. Nesta linha, em outubro de 1955, foi eleito Juscelino Kubitschek (1956-1960). Em seu plano de governo, cujas principais diretrizes foram publicadas em 1955 sob o título de *Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento*, Juscelino Kubitschek (JK) falava explicitamente em acelerar o desenvolvimento econômico do Brasil.

Segundo Villela (2005, p. 48),

O êxito desse plano em termos de aceleração da taxa de crescimento econômico é confirmado pelo comportamento do PIB. Após um crescimento modesto (2,9%) em 1956 – em decorrência, sobretudo, da queda da safra agrícola – entre 1957 e 1960 a economia brasileira cresceu, respectivamente, 7,7%, 10,8%, 9,8% e 9,4%. Em 1961 – ano que inclui a breve passagem de Jânio Quadros pela Presidência da República – a economia cresceu respeitáveis 8,6%, ainda embalada pelos vultosos investimentos do Plano de Metas de JK. A renúncia de Jânio e a tumultuada presidência de João Goulart ajudam a explicar a inflexão de 1962 e o pífio desempenho econômico de 1963, anos em que o PIB acusou expansão de 6,6% e 0,6%, respectivamente.

No que se refere ao crescimento do produto, o período 1956-1963 obteve sucesso inquestionável. Todavia o mesmo não pode ser dito em relação ao comportamento e evolução da inflação, das finanças públicas e das contas externas do Brasil. No fim do mandato de JK, a inflação girava em torno de 30% a 40%. O déficit do governo federal dobrou em termos reais entre 1956-1963, sendo equivalente, em média, a um terço das receitas totais entre 1956 e 1960, e 50% entre 1961 e 1963.

Este período é também marcado por profundas mudanças estruturais na economia brasileira, como afirma Villela (2005, p. 50).

A partir da implementação do Plano de Metas, o quadro muda radicalmente: o setor agropecuário perde espaço para o setor industrial e, em 1960, tem peso de 17,8% do PIB (ou seja, um recuo de 5,7 p.p. em apenas cinco anos), contra 32,2% da indústria (25,6% da indústria de transformação). A perda de importância do setor

⁶ Esta seção toma por base Villela (2005).

agropecuário teria continuidade nos anos seguintes e, em 1963, a participação deste setor atinge 16,3% e a da indústria 32,5% (26,5% no caso da indústria de transformação).

Outro aspecto importante dessa mudança estrutural ocorrida na economia brasileira é o que ocorreu internamente ao setor manufatureiro. O governo JK aprofundou ainda mais o processo de substituição de importações, através de seu Plano de Metas.

O crescimento econômico e as mudanças estruturais do período 1956-63 resultaram em grande medida de decisões de política econômica, as quais estiveram sujeitas às restrições políticas e econômicas internas e externas.

A política cambial foi o principal instrumento de política econômica do governo brasileiro na década de 1950. O sistema de taxas de câmbio múltiplas, inaugurado com a Instrução 70 da Sumoc, vigorou até início de 1961. Este sistema de taxas de câmbio foi complementado por outra instrução da Sumoc, a 113, a qual autorizava a importação de bens de capital sem cobertura cambial. Na prática esta Instrução se tornou um instrumento de atração do capital estrangeiro, concedendo um subsídio implícito a este capital.

Além de tratar da questão da restrição de divisas da época, a política cambial funcionava também como instrumento de política de desenvolvimento econômico, ao alargar as possibilidades de investimento em um contexto de escassez de divisas.

O esforço de planejamento econômico no Brasil se tornaria permanente a partir da instituição em fevereiro de 1956, por Juscelino Kubitschek, do Conselho de Desenvolvimento. Este Conselho foi responsável pela identificação dos setores da economia com potencial de crescimento. Além disso, a fim de atender à necessidade de ampliação de setores de infra-estrutura básica, o Conselho de Desenvolvimento elaborou um conjunto de 30 objetivos específicos, distribuídos por cinco setores determinados, que ficou conhecido como Plano de Metas.

De acordo com Villela (2005, p. 55),

O Plano [de Metas] contemplava investimentos nas áreas de energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação, cujo montante orçado equivaleria a cerca de 5% do PIB no período 1957-61. Os setores de energia e transporte receberiam a maior parcela dos investimentos previstos no Plano (71,3%), a cargo quase exclusivamente do setor público. Para as indústrias de base, foram previstos cerca de 22,3% dos investimentos totais, sob a responsabilidade principalmente do setor privado (por vezes com a ajuda de financiamentos públicos). As áreas de educação e alimentação receberiam os restantes 6,4% dos recursos totais. [...] Além dessas áreas, havia uma meta autônoma particularmente cara a JK - a construção de Brasília.

Muitas dos objetivos do Plano de Metas alcançaram elevado percentual de realização quando confrontados com o planejado. Merece destaque a construção de rodovias, a produção de veículos e a ampliação da capacidade de geração de energia elétrica. A produção de automóveis serviu para impulsionar o crescimento do setor de bens de consumo duráveis que, junto com o setor de bens de capital, liderou essa etapa do processo de substituição de importação.

Ao lançar o Plano, todavia, o governo não apresentou uma proposta de financiamento. Desta maneira, o principal mecanismo de financiamento do Plano de Metas foi a inflação, resultante da expansão monetária que financiava o gasto público e do aumento do crédito, que viabilizaria os investimentos privados.

Fica evidente que, as políticas monetária e fiscal durante o governo de Juscelino Kubitschek tornaram-se passivas e estavam subordinadas ao objetivo maior de transformação estrutural da economia.

Em janeiro de 1961 Jânio Quadros assume a presidência da República. Logo após sua posse, Jânio lançou um pacote de medidas ortodoxas, que incluíam uma forte desvalorização cambial e a unificação do mercado de câmbio, a contenção do gasto público, uma política monetária contracionista e a redução dos subsídios às importações de petróleo e trigo. Entretanto, sem base parlamentar de sustentação, Jânio renunciou já em agosto de 1961.

Cria-se um ambiente de acirrada tensão política e o Congresso aprova, então, a mudança no sistema de governo, que passa de presidencialista para parlamentarista. Esta medida foi tomada como uma solução conciliatória para redução das tensões instaladas. Assim, João Goulart, que era vice-presidente de Jânio, toma posse como presidente da República em setembro de 1961, tendo como primeiro ministro Tancredo Neves. Mas a experiência parlamentarista duraria somente até o final de 1962.

Em 1961, os resultados econômicos foram bastante positivos, e certamente, influenciados pela maturação de diversos projetos de investimentos iniciados ainda na gestão de JK. O PIB, em 1961, cresceu 8,6%, embora estivesse acompanhado de significativa escalada do patamar inflacionário, com a variação do índice geral de preços passando de 30,5% em 1960 para 47,8% em 1961. As exportações apresentaram um pequeno aumento e a relação dívida externa líquida/exportações também apresentou redução. A taxa de investimento de país recuou para 13,1% do PIB, o nível mais baixo desde 1950.

Em meio à deterioração do quadro econômico, foi publicado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, proposto por Celso Furtado, ministro do Planejamento de João Goulart. A decisão de lançar o Plano Trienal estava baseada na queda da taxa de

crescimento da economia em 1962 e no agravamento do processo inflacionário. Seu objetivo maior era conciliar crescimento econômico com reformas sociais e combate à inflação.

Segundo Villela (2005, p. 61)

Os objetivos específicos do Plano eram: (1) garantir taxa de crescimento do PIB a 7% a.a., próximo à média dos anos anteriores; (2) reduzir a taxa de inflação para 25% em 1963, visando alcançar 10% em 1965; (3) garantir um crescimento real dos salários à mesma taxa do aumento da produtividade; (4) realizar a reforma agrária como solução não só para a crise social como para elevar o consumo de diversos ramos industriais; e (5) renegociar a dívida externa para diminuir a pressão de seu serviço sobre o balanço de pagamentos.

Para conter a inflação propunha-se uma série de medidas ortodoxas, como a correção dos preços públicos defasados, o realismo cambial, corte de despesas, controle da expansão do crédito ao setor privado e aumento compulsório sobre depósitos à vista.

Em abril de 1963 diante das críticas às medidas contracionistas do Plano Trienal, e do fracasso da missão de San Tiago Dantas (a qual tinha como objetivo renegociar o reescalonamento da dívida externa e obter ajuda financeira dos Estados Unidos), João Goulart abandonou a ortodoxia econômica. Com isso a taxa de inflação tornou a se acelerar.

Em meados de 1963, as contas públicas apresentavam-se em descontrole e o déficit do balanço de pagamentos permanecia. Além disso, a entrada de capitais diminuía. Por fim, teve início uma forte desaceleração da atividade econômica, resultante tanto das medidas contracionistas incluídas no Plano Trienal, como de fatores estruturais relacionados à perda de dinamismo do processo de substituição de importações.

2.1.4 Período 1964-1973⁷

No período de 1964-73 o Brasil teve três presidentes militares: o marechal Humberto Castello Branco (1964-66), e os generais Arthur da Costa e Silva (1967-69) e Emílio Garrastazu Médici (1969-73). Por isso, este período foi caracterizado pela homogeneidade política.

⁷ Esta seção tem como referência Hermann (2005a).

Ao longo de 1963 e até o início de 1964, a economia brasileira viveu um verdadeiro estado de estagnação, caracterizado por estagnação da atividade econômica, acompanhado de aumento da inflação.

Desta maneira, o período de 1964 até 1967 caracterizou-se como uma fase de ajuste conjuntural e estrutural da economia, visando ao enfrentamento do processo inflacionário, do desequilíbrio externo e do quadro de estagnação econômica.

Neste sentido, o presidente Castello Branco lançou o Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), um plano de estabilização de preços de inspiração ortodoxa. As principais medidas do Paeg são descritas por Hermann (2005, p. 71),

(1) um programa de ajuste fiscal, com base em metas de aumento da receita (via aumento da arrecadação tributária e de tarifas públicas) e de contenção (ou corte, em 1964) de despesas governamentais; (2) um orçamento monetário que previa taxas decrescentes de expansão dos meios de pagamentos; (3) uma política de controle de crédito ao setor privado, pela qual o crédito total ficaria limitado às mesmas taxas de expansão definidas para os meios de pagamento; (4) um mecanismo de correção salarial pelo qual “as revisões salariais (...) deverão guiar-se pelo critério da manutenção, durante o período de vigência de cada reajustamento, do salário real médio verificado no biênio anterior, acrescido de porcentagem correspondente ao aumento da produtividade”.

Baseado nestas medidas o Paeg estabeleceu metas decrescentes de inflação para o período 1964-66: 70% em 1964, 25% em 1965 e 10% em 1966.

Além do Paeg, importantes reformas estruturais foram promovidas pelo governo no período 1964-67. Estas reformas tiveram como foco principal a estrutura tributária e financeira. Além destas reformas, uma importante alteração foi introduzida no mercado de trabalho em 1964, com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O FGTS foi criado para substituir o regime de estabilidade no emprego, então vigente, que acabava se tornando um entrave institucional ao aumento do emprego, e conseqüentemente, ao crescimento econômico.

Os objetivos da reforma tributária eram o aumento da arrecadação, através do aumento da carga tributária, e a racionalização do sistema tributário. Para alcançar tais objetivos, as medidas implementadas foram as seguintes (HERMANN, 2005, p. 74).

(1) instituição da arrecadação de impostos através da rede bancária; (2) extinção dos impostos do selo (federal), sobre profissões e diversões públicas (municipais); (3) criação do ISS (Imposto Sobre Serviços), a ser arrecadado pelos municípios; (4) substituição do imposto estadual sobre vendas, incidente sobre o faturamento das empresas, pelo ICM (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias), incidente apenas sobre o valor adicionado a cada etapa da comercialização do produto; (5) ampliação da base de incidência do imposto sobre renda de pessoas físicas; (6) criação de uma

série de mecanismos de isenção e incentivos a atividades consideradas prioritárias pelo governo à época – basicamente, aplicações financeiras, para estimular a poupança, e investimentos (em capital fixo) em regiões e setores específicos; e (7) criação do Fundo de Participação dos Estados e Municípios (FPEM), através do qual parte dos impostos arrecadados no nível federal (no qual se concentrou a arrecadação) era repassada às demais esferas do governo.

Segundo Hermann (2005, p. 75) “este conjunto de medidas resultou em significativa elevação da carga tributária do país, que passou de 16% do PIB em 1963 para 21% em 1967.”.

A reforma financeira promovida no período 1964-67 teve por objetivo complementar o Sistema Financeiro Brasileiro (SFB), constituindo um segmento privado de longo prazo no Brasil. Assim, o objetivo principal da reforma financeira foi dotar o SFB de mecanismos de financiamento capazes de sustentar o processo de industrialização já em curso, sem provocar inflação. Para tanto, era preciso, primeiramente, reorganizar o funcionamento do mercado monetário, o que foi feito através de criação do Banco Central do Brasil (responsável pela execução da política monetária) e o Conselho Monetário Nacional (responsável pelas funções normativas e reguladoras do sistema financeiro).

Outro ponto importante das reformas deste período foi a ampliação do grau de abertura da economia ao capital externo, de risco (investimentos diretos) e, especialmente de empréstimos. A abertura financeira era vista como uma condição capaz de contribuir para o aumento da concorrência e da eficiência do Sistema Financeiro Brasileiro.

Em meio à política de estabilização e às reformas promovidas pelo governo, a atividade econômica se recuperou, mas o crescimento se deu a taxas moderadas no período 1964-67, 4,2% ao ano, especialmente nos anos 1964 e 1965, 2,9% ao ano.

Em 1968, a economia brasileira iniciou um período de crescimento vigoroso, que durou até 1973, o qual ficou conhecido como “milagre econômico”. Neste período, o PIB cresceu a uma taxa média de 11% ao ano, liderado pelo setor de bens de consumo durável e, em menor escala, pelo setor de bens de capital. A taxa de investimento subiu para 19% do PIB em 1968 e encerrou o período do “milagre” em pouco mais de 20%.

Este período apresentou um ritmo de crescimento acelerado acompanhado de queda da inflação, ainda que moderada, e de melhora do balanço de pagamentos, que registrou superávits crescentes ao longo do período.

Ao assumir o governo em março de 1967, o general Costa e Silva convidou Antonio Delfim Neto para assumir a pasta da Fazenda. Delfim Neto manteve a política de combate gradual à inflação, mas imprimiu uma mudança de ênfase da política em dois sentidos.

Primeiro, o controle da inflação passou a enfatizar os custos em vez da demanda, e, segundo, o combate à inflação deveria ser conciliado com políticas de incentivo ao crescimento econômico.

Esta nova estratégia manteve praticamente inalteradas as políticas fiscal e salarial do Paeg. Mas 1967 marca um ponto de inflexão na política monetária, que se tornou expansiva.

O governo de Médici (1969-73) manteve a mesma orientação de política econômica do governo Costa e Silva.

A forte expansão econômica em 1968-73 no Brasil refletiu também a forte entrada de capital no país, através dos investimentos externos diretos e dos empréstimos em moeda. A política de captação de recursos externos teve início com a abertura financeira promovida por Castello Branco e foi reforçada pela política cambial dos governos Costa e Silva e Médici. Os recursos externos foram os grandes responsáveis pelo milagre brasileiro em relação ao balanço de pagamentos.

No período 1964-73 ocorreram duas alterações na moeda do Brasil. Em fevereiro de 1967, instituiu-se o Cruzeiro Novo, equivalendo a um mil Cruzeiros. E em maio de 1970 restabeleceu-se a denominação Cruzeiro em substituição ao Cruzeiro Novo.

2.1.5 Período 1974-1984⁸

Segundo Hermann (2005, p. 94),

No plano econômico, o período 1974-84 marca o auge do esgotamento do modelo de crescimento vigente no país desde os anos 50, isto é, do modelo de industrialização por substituição de importações (ISI), comandada pelo Estado (através de investimentos e crédito públicos) e fortemente apoiada no endividamento externo.

Em 1973 os países membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) promoveram um aumento brusco e significativo do petróleo no mercado internacional, fato que ficou conhecido como o primeiro choque do petróleo. O choque dos preços do petróleo inaugurou uma longa fase de dificuldades para a economia brasileira.

⁸ Esta seção tem por base Hermann (2005b)

Após o primeiro choque, a economia mundial foi afetada por inúmeras mudanças importantes. Ainda em 1974 têm-se o aumento dos juros e a contração da atividade econômica nos países industrializados, o que comprimiu ainda mais a capacidade de importar dos países em desenvolvimento. O resultado foi o aumento de déficits comerciais nestes últimos.

A entrada de petrodólares no mercado financeiro internacional acabou financiando os déficits em conta corrente dos países endividados, como o Brasil. Todavia, em 1979, um segundo choque dos preços do petróleo interrompeu o fluxo de capital dos países industrializados para aqueles em desenvolvimento.

O resultado desse novo cenário internacional foi, segundo Hermann (2005, p. 98) “o racionamento do crédito para os países altamente endividados – a maioria da América Latina – e a deflagração da “crise da dívida” latino-americana”.

O modelo de ajuste externo adotado pelo governo do general Ernesto Geisel (1974-78) foi de ajuste estrutural, o qual foi materializado no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). De acordo com Hermann (2005, p. 100),

Tratava-se de um ousado plano de investimentos públicos e privados (estes seriam incentivados por políticas específicas), a serem implementados ao longo do período de 1974-79, que se propunha a “cobrir a área de fronteira entre o subdesenvolvimento e desenvolvimento”. Os novos investimentos eram dirigidos aos setores, identificados, em 1974, como os grandes “pontos de estrangulamento” que explicavam a restrição estrutural e externa ao crescimento da economia brasileira: infra-estrutura, bens de produção (capital e insumos), energia e exportação.

O objetivo de vencer os desafios do desenvolvimento é que nortearam a condução da política econômica do governo Geisel. No que se refere à inflação, este governo foi apenas capaz de evitar a sua aceleração. Já quanto ao PIB, a taxa média de crescimento anual no período 1974-79 foi bastante elevada, 6,7%, embora abaixo da meta planejada pelo II PND de 10% ao ano e apesar da desaceleração dos anos 1977 e 1978.

Conforme Hermann (2005, p. 107) o período que compreende o governo do general João Figueiredo, 1979-84, “abriga três fases distintas quanto ao comportamento do PIB: 1979-80, de elevadas taxas de crescimento; 1981-83, de recessão; e 1984 de recuperação, puxada pelas exportações”.

Nos anos 1979 e 1980, o crescimento da economia manteve com força, em média 8% ao ano. Todavia, o expressivo aumento da inflação e a deterioração das contas externas

apontavam para o esgotamento do modelo de crescimento adotado pelo II PND, o que se confirmaria nos anos seguintes.

O período 1981-83 foi marcado por grave desequilíbrio no balanço de pagamentos, aceleração inflacionária e desequilíbrio fiscal. Este quadro crítico inaugurou um longo período de estagnação econômica no Brasil que se estendeu até a década de 1990, e que caracterizou os anos 80 como a “década perdida”.

O ano de 1984 marcou uma pequena fase de recuperação da economia brasileira, com o crescimento do PIB a taxa de 5,4%.

O período 1974-84 também foi muito importante para a história política do Brasil. Neste período ocorreram as principais pressões e mudanças no sentido da redemocratização do país.

2.1.6 Período 1985-1989⁹

Em 1984 a economia brasileira atingira um crescimento razoável. Todavia, a inflação era o problema mais visível em nossa economia. Neste ano a inflação havia se acelerado, atingindo 224%. Fortalecia-se, então, a tese de que a correção monetária é que dificultava o combate à inflação, e que era necessário promover a desindexação da economia.

O período 1985-89, conhecido como “Nova República”, é marcado por um conjunto de medidas malsucedidas para conter a inflação e recuperar a economia. Nos cinco anos do governo de José Sarney foram lançados três planos de estabilização: Plano Cruzado, em 1986; Plano Bresser, em 1987; e o Plano Verão, em 1989. Estes planos de estabilização não obtiveram sucesso no combate à inflação. Contudo, eles contribuíram para que se verificassem momentos de crescimento acelerado da economia.

No período da Nova República, o crescimento médio do PIB ficou em 4,3%, taxa razoável se comparada ao período anterior. Em 1986, durante o Plano Cruzado, foi a indústria que liderou a crescimento do produto, sendo que a expansão se deu, basicamente, em bens de consumo duráveis, mas também em investimentos. Ao longo de 1987, no Plano Bresser, o PIB cresceu 3,5%, crescimento garantido pelo bom desempenho da agropecuária (expansão de 15%). Outro fator importante neste período, foi a expansão das exportações. O ano de

⁹ Esta seção é baseada em Castro (2005a).

1988, em contrapartida, foi o ano de pior desempenho da economia, com o produto reduzindo -0,1% .

Outro fato relevante do período 1985-89 é que, apesar do crescimento econômico apresentado, as contas fiscais e externas se deterioraram fortemente.

Em fevereiro de 1986, a moeda nacional passa a denominar-se Cruzado, correspondendo seu valor a um mil cruzeiros. Em janeiro de 1989 o Cruzado é substituído pelo Cruzado Novo, e em março de 1990 o Cruzeiro é restabelecido em substituição ao Cruzado Novo.

2.1.7 Período 1990- 1994¹⁰

A primeira metade dos anos 90 marca a posse do primeiro presidente eleito pelo voto direto, desde 1960. Fernando Collor de Mello foi então eleito Presidente da República.

As reformas propostas por Collor introduziram uma ruptura com o modelo brasileiro de crescimento com elevada participação do Estado e proteção tarifária. O papel do Estado na economia mudou de forma drástica, passando de um Estado-empresário, que procurava impulsionar o desenvolvimento econômico definindo diretamente onde os fatores de produção deveriam ser alocados, para um Estado regulador e fiscal da economia. Dessa maneira, o novo modelo de desenvolvimento caracterizava-se por uma economia mais aberta, com maior integração com o resto do mundo, não apenas no que tange aos fluxos comerciais, como também ao investimento direto estrangeiro. Todavia, segundo Castro (2005, p. 142) “na prática, a abertura comercial e financeira, bem como o processo de privatização, apenas deram seus primeiros passos no período 1990-94.”.

Já no início do seu mandato, o presidente Fernando Collor lança o Plano Collor I, o qual reintroduziu o cruzeiro como padrão monetário e promoveu um novo congelamento de preços. Todavia, uma das principais mudanças foi o “seqüestro da liquidez”, através do bloqueio de todas as aplicações financeiras que ultrapassassem determinado limite de valor, o qual foi alvo de duras críticas.

De acordo com Castro (2005, p. 150) “o Plano Collor I conseguiu fazer com que a inflação baixasse dos 80% ao mês para níveis próximos de 10% nos meses seguintes, ao

¹⁰ Esta seção é escrita a partir de Castro (2005b).

mesmo tempo em que a economia sofria uma forte retração. Entretanto, a inflação voltou a se acelerar ao longo do ano.”.

Em fevereiro de 1991, foi lançado o Plano Collor II, cujo objetivo era conter as taxas de inflação, que haviam caído no início da implantação do Plano Collor I, mas já haviam aumentado novamente. A fim de alcançar o controle da inflação, o Plano Collor II propôs a racionalização dos gastos nas administrações públicas, o corte das despesas e a modernização do parque industrial. O Plano também propunha dar fim a qualquer tipo de indexação da economia.

Os Planos Collor I e II não apenas fracassaram na eliminação da inflação, como resultaram em recessão, com baixos índices de desempenho da economia brasileira, e na perda de credibilidade das instituições de poupança. Após uma série de escândalos o presidente Fernando Collor de Mello foi destituído do poder no final de 1992, tendo então assumido o vice-presidente, Itamar Franco.

Em agosto de 1993, a Medida Provisória 336, de 28 de julho de 1993 e a Circular do Banco Central 2.010/93 promovem a alteração da denominação da moeda, equivalendo um Cruzeiro Real a em mil Cruzeiros.

No período 1990-1994 o crescimento médio do PIB foi baixo, correspondendo a 1,3% ao ano.

Em 1994 o governo lança o Plano Real. A diferença básica em relação aos planos anteriores é que o Real conseguiu acabar com a indexação da economia sem congelar os preços e também o fato de ter sido criada uma nova moeda, o Real. Este Plano estabilizou a economia brasileira e acabou com a crise hiperinflacionária.

2.1.8 Período 1995-2002¹¹

Em 1994, Fernando Henrique Cardoso (FHC), que liderou a equipe econômica que concebeu o Plano Real, foi eleito Presidente da República. FHC governou o país por dois mandatos, 1995-1998 e 1999-2002.

¹¹ Esta seção tem como referência Giambiagi (2005a).

O primeiro governo FHC foi dominado pelo tema da estabilização, visto que antes do Plano Real já haviam sido desenvolvidos vários planos frustrados de estabilização.

Em 1995, face à pressão inflacionária, com a economia superaquecida e com uma deterioração rápida do balanço de pagamentos, as autoridades reagiram com um conjunto de medidas, as quais incluíam basicamente a desvalorização cambial e a alta taxa de juros nominal.

Atraídos pela rentabilidade elevada das aplicações em moeda local, os investidores retornaram ao país e as reservas internacionais aumentaram. A inflação começou a cair, e a partir daí caiu por quatro anos consecutivos. Desta maneira, o Plano Real foi muito bem sucedido no controle da inflação. Todavia, a gestão macroeconômica apresentava dois problemas graves: o desequilíbrio externo crescente e a crise fiscal.

A razão do desequilíbrio externo era a combinação entre o grande aumento das importações que se seguiu à implantação do Real com um desempenho pífio das exportações. Além da piora da conta corrente associada ao comportamento da balança comercial, o financiamento do déficit em conta corrente a partir de 1995 gerou um efeito de realimentação dos desequilíbrios.

No que se refere à crise fiscal, esta foi caracterizada, nos quatro anos do primeiro governo FHC, por um déficit primário do setor público consolidado, um déficit público de 7% do PIB, na média, e uma dívida pública crescente.

Entre 1995 e 1998, houve um progressivo desgaste da âncora cambial como instrumento básico de política econômica. A política econômica baseada na combinação de déficits em conta corrente e de taxas de juros elevadas apenas poderia ser sustentada se houvesse espaço para a ampliação do endividamento, tanto público quanto externo. Todavia, este espaço foi se restringindo e praticamente deixou de existir em 1998 quando o resto do mundo deixou de financiar o Brasil e a rolagem da dívida interna passou a ser feita a taxas de juros proibitivas.

Entre o final de 1994 e o ano de 1998 o mercado financeiro internacional foi abalado por três crises, a saber, a crise do México, que eclodiu no fim de 1994 e afetou em grande escala os mercados emergentes no primeiro semestre de 1995; a Crise dos países da Ásia, em 1997; e, por fim, a crise da Rússia, em 1998. Segundo Giambiagi (2005, p. 176), “em todas elas, o Brasil foi seriamente afetado pelo “efeito contágio” associado à redução dos empréstimos aos países ditos “emergentes”, que sobreveio a cada crise.”.

Depois dos ataques especulativos contra o Real, com estas crises externas, a alta taxa de juros não se mostrava mais suficiente para vencer o problema, além de piorar a situação fiscal do país.

É nesse contexto de crise que tem início o segundo mandato presidencial de FHC. Ainda um pouco antes das eleições de 1998, o governo começou a negociar com o Fundo Monetário Internacional (FMI) um acordo que permitisse ao Brasil enfrentar um quadro externo extremamente adverso, caracterizado pelo esgotamento da disposição do resto do mundo em continuar a financiar os enormes déficits em conta corrente. O FMI coordenou os esforços de apoio ao Brasil, através da organização de um pacote de ajuda externa. Este primeiro acordo contemplava um importante aperto fiscal, com superávit crescente. Todavia, este acordo enfrentou obstáculos, os quais não foram possíveis superar. O primeiro foi o ceticismo com que foi recebido pelo mercado; e o segundo a rejeição, pelo Congresso Nacional, da cobrança de contribuição previdenciária dos servidores públicos inativos, uma das principais medidas do programa fiscal proposto em outubro de 1998.

Desta maneira, a desvalorização cambial tornou-se uma imposição das circunstâncias. O governo então deixou o câmbio flutuar.

O quadro muda quando Armínio Fraga assume a posto de presidente do Banco Central, e anunciou duas providências: a elevação da taxa de juros básica e o início de estudos para adoção do sistema de metas de inflação.

A partir do início de 1999, o país começa um processo de retomada de crescimento. Em 1999, a economia completou o ano crescendo 3,3% no quarto trimestre em relação ao mesmo período de 1998. Em 2000, a economia cresceu mais 4%. Em termos de inflação, os resultados do IPCA foram excelentes, com a alta de preços de 9% em 1999 e de 6% em 2000, neste último ano atingindo a meta de inflação.

Em 2001 a economia foi prejudicada pela crise de energia, pela crise argentina e pelos atentados terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos, que abalaram fortemente os mercados mundiais. Neste contexto, o desempenho médio da economia no segundo governo FHC ficou comprometido. No primeiro governo (1995-1998) o PIB apresentou um crescimento médio anual de 2,6%, já no período correspondente ao segundo mandato de FHC (1999-2002) este crescimento foi de 2,1%.

Os anos que compreendem os dois mandatos de FHC como presidente da República foram caracterizados por duas marcas muito importantes: a estabilização e as reformas, as quais deram continuidade ao movimento iniciado ainda no governo Collor.

Dentre as reformas mais importantes, Giambiagi (2005, p. 182) descreve:

- i. Privatização.
- ii. Fim dos monopólios estatais nos setores de petróleo e telecomunicações.
- iii. Mudança no tratamento do capital estrangeiro.
- iv. Saneamento do sistema financeiro.
- v. Reforma (parcial) da Previdência Social.
- vi. Renegociação das dívidas estaduais.
- vii. Aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- viii. Ajuste fiscal, a partir de 1999.
- ix. Criação de uma série de agências reguladoras de serviços de utilidade pública.
- x. Estabelecimento do sistema de metas de inflação como modelo de política monetária.

Os dois governos de FHC apresentam diferenças e semelhanças fundamentais. No que se refere aos aspectos diferentes, o primeiro governo foi caracterizado por uma política cambial rígida, crescente dependência do financiamento externo e um desequilíbrio fiscal agudo. Já o segundo governo foi marcado pelo câmbio flutuante, redução do déficit em conta corrente e forte ajuste fiscal. Como fatores comuns a ambos os governos temos a preocupação com o controle à inflação e a contínua expansão do gasto público.

Como afirma Giambiagi (2005, p. 193),

A consolidação da estabilização e o fim de um processo histórico de 30 anos de indexação (1964-1994) são a parte boa do balanço de um período que, por outro lado, esteve associado a baixo crescimento, aumento de quase 1% do PIB por ano da carga tributária e uma pesada herança de elevado endividamento externo e fiscal.

2.1.9 Período 2003-2007¹²

Nas eleições de outubro de 2002, o candidato do Partido Trabalhista (PT), Luiz Inácio “Lula” da Silva, saiu vitorioso. Nos meses seguintes às eleições o governo tomou uma série de decisões que segundo Giambiagi (2005, p.205),

[...] representaram uma mudança clara em relação ao passado do PT e contribuíram decisivamente para reduzir o grau das tensões macroeconômicas existentes no final de 2002:

- Nomeou para o cargo de presidente do Banco Central o ex-presidente mundial do Bank Boston, Henrique Meirelles, mantendo inicialmente, todo o restante da Diretoria anterior, em claro sinal de continuidade.
- Anunciou metas de inflação para 2003 e 2004, de 8,5% e 5,5%, respectivamente, que explicavam um forte declínio em relação à taxa efetivamente observada em 2002, reforçando a política antiinflacionária.

¹² Esta seção teve como fundamentação básica Giambiagi (2005b).

- Elevou a taxa de juros básica (Selic) nas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), mostrando que isso não era mais um “tabu” para o PT.
- Definiu um aperto da meta de superávit primário, que passou de 3,75% para 4,25% do PIB em 2003.
- Ordenou cortes do gasto público, para viabilizar o objetivo fiscal, deixando de lado as antigas promessas de incremento do gasto.
- Colocou na Lei de Diretrizes Orçamentárias o objetivo de manter a mesma meta fiscal, de 4,25% do PIB de superávit primário, para o período 2004-2006.

Os problemas econômicos de 2002 refletiam, em parte, uma crise de desconfiança associada à incerteza em torno do que ocorreria com a política econômica com a posse do novo governo. Esta incerteza refletia-se no risco país, que atingiu mais de 2000 pontos-base em outubro de 2002, depois de se encontrar em torno de 700 pontos em março daquele ano, no aumento da cotação cambial, em 68% em seis meses, e por fim, no aumento da expectativa de inflação para 2003.

No contexto das decisões tomadas pelo governo logo após a eleição, citadas acima, e ajudada pelos bons resultados da balança comercial, a taxa de câmbio reduziu já no segundo semestre de 2003 e o risco país também já havia diminuído consideravelmente, estando praticamente no mesmo nível de um ano antes.

Ao longo de 2003, a ortodoxia fiscal e monetária adotada pelo governo gerou resultados positivos no que se refere ao combate à inflação, ajudada também pela queda do câmbio no início deste ano. Para isso contribui não apenas a política econômica do governo, mas também o aumento da liquidez internacional, provocado pelas baixas taxas de juros nos Estados Unidos. A contrapartida da queda da inflação foi a elevação da taxa de juros real, Selic, de 6% em 2002 para 13% em 2003. Como resultado, a atividade econômica sofreu conseqüências e o desempenho do PIB ficou comprometido em 2003.

O desempenho da economia a partir de 2003 foi decisivamente influenciado pela evolução da taxa de câmbio e da inflação, face à continuidade do regime de metas de inflação, implantado em 1999.

Após o efeito inicial negativo da alta de juros, o PIB sofreu uma contração de 0,2% em 2003, mas o desempenho melhorou a partir daí, em meio a uma redução gradual dos juros nominais e reais. Isso estimulou tanto o consumo quanto o investimento, o que permitiu a expansão do PIB.

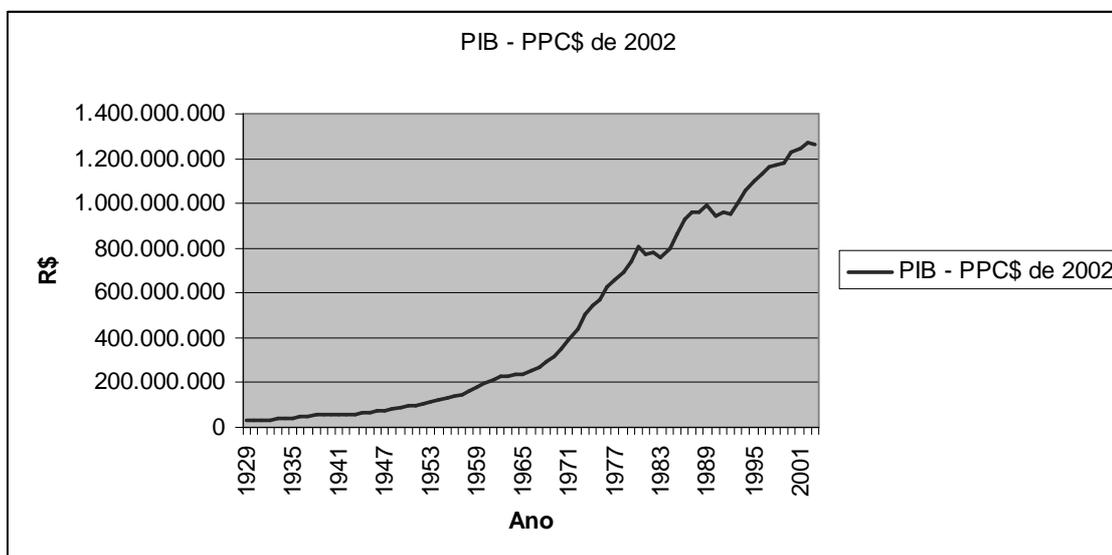
Depois da desaceleração de 2003 o país se recuperou e cresceu 5,7%, 3,2% e 3,7% em 2004, em 2005 e em 2006. Já em 2007, o PIB demonstrou uma grande aceleração do

crescimento, com previsão inicial de 4,3% de crescimento, subiu para 4,9% e depois 5,2%, terminando por crescer 5,4%.

2.1.10 Evolução PIB – 1929-2003

O Gráfico 1 mostra o comportamento do PIB brasileiro no período 1929-2003. Este gráfico apresenta o PIB medido por paridade de poder de compra (PPC) em reais do ano de 2002. É importante destacar que este trabalho supõe o PIB catarinense evoluiu de forma parecida com o do Brasil, dado que o PIB de Santa Catarina não foi encontrado para uma série tão longa.

Gráfico 1 – Evolução do PIB – PPC de 2002



Fonte: Albuquerque (2005). Elaboração da autora.

Através do Gráfico 1 fica evidente a tendência de elevação do PIB durante todo o período. Apesar da tendência de crescimento, é notável dois pontos principais de inversão deste crescimento: na década de 1980 e no início de década de 1990. Além disso, observa-se uma desaceleração do crescimento do produto na primeira metade da década de 1960. Outra

constatação importante é o salto de crescimento observado entre o final da década de 1960 e meados da década de 1970, período este que ficou conhecido como “milagre econômico”.

Na década de 1930, a despeito da crise mundial, o Brasil apresentou uma taxa de crescimento razoável, sendo que em 1931 o produto cresceu 5,3%, 4% em 1932, e em 1933 e 1934 em torno de 9% ao ano. Entre 1937-1939 a taxa de crescimento do produto real foi de 3,5% ao ano. Entre 1939 e 1942 observa-se uma desaceleração do crescimento do PIB brasileiro, o qual atingiu 0,4% ao ano neste período, mas logo em seguida o produto recuperou-se e passou para 6,4% ao ano em 1942-45. (ABREU, 1990).

No fim da década de 1940, estimulado pela indústria, o PIB cresceu 9,7%. Em 1953, o PIB apresentou crescimento de 4,7%, inferior ao de todos os anos anteriores, desde 1947. (VIANNA; VILLELA, 2005).

No período 1956-1963, sob o governo de JK e como resultado de planejamento econômico (representado pelo Plano de Metas) observou-se um crescimento considerável do produto. Entre 1957 e 1960 a economia brasileira cresceu, respectivamente, 7,7%, 10,8%, 9,8% e 9,4%. Em 1961, o PIB cresceu 8,6%. (VILLELA, 2005).

Durante 1963 e até o início de 1964, a economia brasileira viveu um verdadeiro estado de estagflação, e o período de 1964 até 1967 caracterizou-se como uma fase de ajuste conjuntural e estrutural da economia brasileira. Neste sentido, o crescimento se deu a taxas moderadas neste período, 4,2% ao ano, especialmente nos anos 1964 e 1965, 2,9% ao ano. (HERMANN, 2005).

No fim da década de 1960, a economia brasileira iniciou um período de crescimento vigoroso, que durou até meados de 1970, o qual ficou conhecido como “milagre econômico”. Neste período, o PIB cresceu a uma taxa média de 11% ao ano. (HERMANN, 2005).

Por outro lado, já no início da década de 1980, o país inicia um longo período de estagnação econômica, que se estendeu até a década de 1990, e que caracterizou os anos 80 como a “década perdida”. (HERMANN, 2005).

A segunda metade da década de 1980, em meio há vários planos malsucedidos de estabilização da economia e de controle inflacionário, o crescimento médio do PIB ficou em 4,3%, taxa razoável se comparada ao período anterior. (CASTRO, 2005).

O início da década de 1990 é marcado como um período de abertura comercial e financeira, bem como de início do processo de privatização. Todavia, o crescimento médio do PIB neste período foi baixo, correspondendo a 1,3% ao ano. (CASTRO, 2005).

A partir de 1999, o Brasil começa um processo de retomada de crescimento econômico. No ano 2000 a economia cresceu 4%, e na média do período 1999-2002 este crescimento foi de 2,1%. (GIAMBIAGI, 2005).

Em 2003, o país viveu um período de desaceleração, mas logo depois se recuperou e cresceu em média 4,5% ao ano no período 2004-2007.

2.2 Economia Catarinense¹³

No período que vai de 1880 a 1945 predominou o padrão de crescimento baseado na pequena propriedade mercantil e nas atividades tradicionais. A grande propriedade constituía a base econômica do planalto serrano. Todavia, o padrão hegemônico no Estado era o da pequena propriedade, que ditava o ritmo de grande parte da economia catarinense. Em ambos os regimes de propriedades, predominava o capital mercantil.

Durante o período de 1880 a 1945, tem-se a origem e o crescimento das indústrias madeireira, alimentar, carbonífera e têxtil em Santa Catarina. As indústrias metalmeccânica e moveleira também nascem nesse período, porém estas indústrias apresentam um crescimento mais acelerado somente nos anos posteriores.

A entrada de imigrantes em Santa Catarina no século XIX acelerou-se pós-1875, com a política imigratória financiada pelo governo imperial, principalmente de imigrantes alemães e italianos, e, em menor proporção, poloneses, austríacos, árabes, eslavos e espanhóis.

A chegada de novos imigrantes, depois de 1870, contribuiu para diversificar a economia na província, com o surgimento de novas atividades comerciais e artesanais, de pequena produção. Segundo Goularti Filho (2007, p. 76) “a presença de várias pequenas atividades mercantis e manufatureiras contribuiu para gerar uma acumulação pulverizada e lenta.”

No início do século XX, começam a se consolidar os setores têxtil, madeireiro e alimentar, os quais comandariam a economia catarinense até o início dos anos 60. Até os meados dos anos 40, a base produtiva da economia catarinense era comandada pelo pequeno e médio capital mercantil.

¹³ Esta seção é baseada em Goularti Filho (2007).

A partir da segunda metade dos anos 10 até o final dos anos 20, o valor das exportações catarinenses aumentou em seis vezes, ritmo que se manteve nos anos 30.

Segundo Goularti Filho (2007, p.83),

Dada a estrutura agrária concentrada, as relações escravocratas, o espírito aventureiro das oligarquias atrasadas, a imitação dos estilos de vida e falta de objetivo nacional da burguesia, o Brasil chega no final do século XIX com uma forte base agrária-mercantil e com uma fraca base industrial. [...] A expansão da renda do complexo exportador pós-1918 estimulava o surgimento, no entremeio dos setores tradicionais, segmentos mais dinâmicos (metalmecânico, químico, papel) que se estendem até 1933, quando começa efetivamente a ser pensado um projeto “nacional” de industrialização.

Conforme Goularti Filho (2007, p. 83) “Em Santa Catarina, a indústria originária está no segmento extrativo – erva-mate, madeira e carvão –, alimentar – farinha, açúcar e derivados de suínos – e têxtil. Além desses setores manufatureiros também se destacava a pecuária extensiva nos Campos de Lages.”.

O salto que a economia catarinense dá nos anos 30 e 40 só pode ser explicado pelo forte engajamento que o Estado teve com a economia nacional, principalmente a paulista, que estava num processo acelerado de formação de um parque industrial integrado. Os Estados que estavam mais próximos da economia paulista e que tinham estruturas sócio-econômicas mais avançadas, como é o caso de Santa Catarina, rapidamente se ajustaram às demandas paulistas pós-1930. A urbanização e o aumento da classe operária fizeram aumentar a demanda por produtos básicos, como alimentos e vestuário. Já o crescimento da indústria siderúrgica, associado ao transporte de cabotagem e ferroviário, fez aumentar a demanda por carvão mineral.

Desta maneira, a indústria catarinense caminhava em paralelo ao nascimento e crescimento da indústria paulista. De acordo com Goularti Filho (2005, p. 131),

Com a crise mundial de 1929, o rompimento do padrão monetário internacional (padrão-ouro) e o aparecimento de novos atores sociais, rompe-se o velho padrão de acumulação na economia brasileira, que era conduzido pelo setor mercantil agroexportador. A diversificação industrial dos anos 20 exigia a continuidade do processo de crescimento, porém em outras bases materiais e institucionais. No entanto, as bases produtivas em Santa Catarina ainda continuavam as mesmas e somente a partir de 1945, começa a mudar a estrutura econômica do Estado barriga-verde com a ampliação da pequena indústria metal-mecânica em Joinville, com o surgimento da indústria de papel, pasta e celulose no planalto, e das cerâmicas, no sul. [...] A indústria catarinense estava se consolidando e começava partir para outra base produtiva que comandaria o processo de acumulação nas décadas seguintes.

O período 1945 a 1962, apresenta-se como um período transitório para a fase da integração e consolidação da indústria catarinense. Este período foi marcado pela diversificação e ampliação da base produtiva.

Do ponto de vista do sistema nacional de economia, a partir de 1933 altera-se o padrão de acumulação do mercantil agrário exportador para o industrial. Já podemos falar em industrialização, porém ela é limitada. Há, nesse período, um crescimento do departamento de bens de produção. No entanto, ainda é insuficiente para atender as necessidades da economia que estava em franca expansão.

Em Santa Catarina, devido à baixa capacidade de acumulação, com exceção dos têxteis, à desintegração econômica e à falta de aporte financeiro, o período da ampliação e diversificação do capital industrial inicia-se somente na segunda metade dos anos 40. Até então o destaque ficava por conta dos setores tradicionais, com pouca capacidade de difusão tecnológica e ligados à disponibilidade de recursos naturais. O núcleo mais dinâmico concentrava-se em Joinville, composto por pequenas oficinas mecânicas e funilarias, portanto incapaz de imprimir um ritmo acelerado à economia catarinense.

A economia catarinense, no período 1945-62, vive uma fase caracterizada pela diversificação e ampliação da base produtiva. Há uma diversificação no sentido de que surgem novos setores como o de papel, papelão, pasta mecânica, cerâmico, metal-mecânico, plástico, materiais elétricos e indústrias ligadas ao setor de transporte. E há uma ampliação porque os setores como o de papel, papelão, pasta mecânica, móveis e metal-mecânico, que nasceram antes ou nos anos 30, aumentam a produção com o surgimento de novas indústrias; os setores carbonífero e têxtil ampliaram a capacidade produtiva; e a agricultura começou a se industrializar. Esse período é também uma fase de transição, pois ainda perduram traços do padrão de crescimento baseado na pequena produção mercantil e ao mesmo tempo começam a surgir elementos de um novo padrão, baseado no médio e grande capital industrial. Os setores com potencialidades mais dinâmicas, como o metal-mecânico, o cerâmico e a produção de papel e pasta mecânica, nascem da pequena produção e voltam-se para o mercado nacional, expandindo-se rapidamente, num momento em que a industrialização pesada estava num processo acelerado de expansão e consolidação.

Durante o período 1945-1962, há uma expansão dos setores tradicionais que originaram no período anterior. Ao mesmo tempo em que se expande, há uma diversificação a partir do próprio setor.

No entanto, a falta de energia, de recursos financeiros e de infra-estrutura adequada limitava o movimento de ampliação e diversificação da base produtiva catarinense. Esses

limites reforçavam ainda mais a desintegração econômica do Estado, em que cada região se especializava em determinado setor, sem articulação comercial ou produtiva com as demais regiões.

As alterações na base concreta da economia catarinense, iniciadas a partir dos meados dos anos 40, exigiam novos arcabouços institucionais, financeiros e novos investimentos em infra-estrutura social. As condições concretas não se adaptavam mais às necessidades de expansão do capital. O livre desenvolvimento das forças produtivas estava sendo barrado pela falta de infra-estrutura e de capital financeiro. Desta maneira, exigiam-se investimentos vultosos, para entrar numa nova fase de crescimento.

O período pós-1962 é caracterizado como um período de integração e a consolidação da indústria catarinense.

A partir de meados da década de 1940, a indústria catarinense começa a ampliar e diversificar sua base de produção; surgem então setores mais dinâmicos. Todavia, a infra-estrutura social básica e os arranjos institucionais não estavam aptos para tal processo, o que obrigou o Estado a intervir na economia.

O padrão de crescimento altera-se a partir de 1962, com o novo sistema de crédito, com os investimentos em energia e transporte e com a consolidação do setor eletrometalmeccânico, liderado pelas médias e grandes indústrias. Mesmo nos setores tradicionais, várias firmas se consolidaram, incorporaram outras marcas, tornando-se líderes nacionais.

Em Santa Catarina, diferentemente do que ocorreu em outras unidades federativas, a diversificação e a integração produtiva foram comandadas pelo capital de origem local e pelo Estado.

Dadas as condições nacionais favoráveis e as novas iniciativas estaduais, a partir de 1962, a reprodução do capital em Santa Catarina começa a se ampliar com maior liberdade e intensidade. A barreira começa a ser transposta.

Acompanhando o movimento geral da industrialização brasileira, o padrão de crescimento em Santa Catarina sofreu profundas alterações a partir de 1962, quando a economia passou a ser pensada por órgãos governamentais. Apesar de a primeira experiência em planejamento ter sido o POE (Plano de Obras e Equipamentos, 1956- 1960), foi somente com o PLAMEG (Plano de Metas do Governo 1961-1965), que efetivamente o Estado passou a utilizar instrumentos ativos de políticas econômicas para implantar e ampliar a infra-estrutura social básica e para financiar o capital privado local. A mesma proposta do Plano é repassada para o PLAMEG II (1966-1970) e para o PCD (Projeto Catarinense de Desenvolvimento 1971-1974) e em menor proporção ao PG (Plano de Governo 1975-1979).

Esses planos representam o Estado atuando como forma superior de organização capitalista alargando as bases produtivas e ajustando-se à ordem econômica e politizando as relações econômicas.

Conforme Goularti Filho (2007, p. 186),

Destacamos quatro grandes áreas de atuação dos Planos: a) financeira: dotar o Estado de capacidade financeira para financiar investimentos de longo prazo por meio de agências de fomento e programas de incentivos; b) transporte: integrar as mesorregiões produtoras ao mercado nacional e estadual; c) energia: ampliar a área de atuação da CELESC, distribuindo e gerando mais energia; e, d) telecomunicações: aumentar a rede de telefonia e a oferta de linhas.

A criação do BDE (Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, antigo BESC) e do BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), ambos em 1962, inauguram uma nova fase no sistema de crédito no Estado. O eixo central do sistema financeiro deslocou-se do crédito ao consumo para o crédito ao investimento, de longo prazo. Após o reordenamento do BDE, no final dos anos 60, foram criados outros mecanismos de fomento, como o FUNDESC, o PROCAPE e o PRODEC, além da criação do BADESC, todos com um propósito claro, o de fomentar e incentivar a indústria e a agroindústria catarinense.

O período pós-1990 é caracterizado pela abertura comercial e financeira e pela desregulamentação da economia e com o esfacelamento do Estado.

O período pós-1990 é caracterizado por mudanças estruturais significativas na economia catarinense, tais como a redução das atividades estatais, reestruturação da indústria cerâmica, o desmonte do setor carbonífero, a reestruturação patrimonial no complexo eletrometal-mecânico, a desverticalização e a retração no segmento têxtil-vestuário e a desnacionalização no complexo agroindustrial.

A indústria brasileira entrou na “década perdida” sem avanços significativos, apenas mantendo o parque industrial montado e herdado das políticas industriais do passado. Os anos 90 significaram verdadeiros retrocessos para segmentos representativos da indústria nacional.

Nos anos 1990, a falta de uma diretriz nacional isolou as unidades subnacionais na elaboração de seus planos. A prática do planejamento já começou a entrar em crise no Brasil ainda nos anos 1980, quando o Estado começou a enfrentar o problema do endividamento externo e seus desdobramentos internos. O Estado ficou engessado na dívida externa e na crise fiscal e financeira, sem condições de elaborar novos planos com objetivos nacionais. A cada plano que passava reduzia-se a atuação do Estado e aumentava a crença no mercado.

Esta lógica perversa está associada a um movimento mais geral da história recente que é o neoliberalismo e a cosmopolização das finanças.

CAPÍTULO III

FINANÇAS PÚBLICAS

Este capítulo tratará sobre a Teoria das Finanças Públicas com particular ênfase na Teoria da Tributação. As funções do Governo, a classificação dos tributos, especialmente de acordo com a base econômica, e o federalismo fiscal são temas que serão abordados neste capítulo com intuito de fornecer a base teórica para melhor compreensão deste trabalho. Por fim, se estabelecerá uma relação entre a tributação e a Macroeconomia, para explicar como o governo, através da tributação, pode afetar a economia.

3.1 Teoria das Finanças Públicas¹⁴

O estudo das Finanças Públicas consiste na análise dos aspectos econômicos e financeiros que permeiam a administração pública. As funções, o tamanho, ou a participação na economia, os gastos, a forma de financiamento dos mesmos e a política fiscal do Estado são alguns objetos desta ciência. De uma forma geral, a Teoria das Finanças Públicas gira em torno da existência de falhas de mercado que tornam necessária a presença do Governo.

De acordo com a teoria tradicional do bem-estar social (*welfare economics*), sob determinadas condições, os mercados competitivos geram uma alocação de recursos que tem a característica de que ninguém pode melhorar sua situação, seu grau de satisfação, sem causar uma piora na situação de outrem. Esta alocação de recursos é chamada de “ótimo de Pareto”.

A livre concorrência permitiria se alcançar essa situação ideal de máxima eficiência na alocação de recursos. Todavia, alcançar esta situação ótima depende de dois pressupostos. Em primeiro lugar, não poderia existir o progresso tecnológico, e em segundo, o modelo de

¹⁴ Esta seção é baseada em Giambiagi e Além (2000).

concorrência perfeita é o que deveria funcionar, o que implica na existência de um mercado atomizado e de informação perfeita por parte de todos os agentes econômicos.

Desta maneira, o “ótimo de Pareto” é uma visão idealizada do sistema de mercado, não existindo na realidade. No sistema de mercado real, as “falhas de mercado” impedem que tal situação ocorra. As circunstâncias denominadas falhas de mercado são as seguintes: a existência de bens públicos; os monopólios naturais; as externalidades; os mercados incompletos; as falhas de informação; e o desemprego e a inflação.

Os bens públicos são aqueles cujo consumo ou uso é indivisível ou não-rival, ou seja, todos os indivíduos de beneficiam da produção de bens públicos. Outra característica fundamental é o princípio da não-exclusão no consumo destes bens, já que é praticamente impossível privar determinado indivíduo do consumo de um bem público.

O sistema de mercado só funciona adequadamente quando o princípio da exclusão no consumo pode ser aplicado. Assim, para garantir a produção adequada de bens públicos, é o Governo que se responsabiliza pela provisão destes bens. O Governo financia a produção destes bens através da cobrança de impostos.

Os monopólios naturais existem em setores nos quais o processo produtivo é caracterizado pelos retornos decrescentes de escala, isto é, os custos unitários de produção diminuem conforme aumenta a quantidade produzida. Nesses setores é mais vantajoso que apenas uma empresa se responsabilize pela produção do bem em questão.

No caso da existência de monopólios naturais a intervenção do Governo pode ocorrer através da regulação ou da produção. O Governo pode apenas regular os monopólios naturais para impedir a cobrança de preços abusivos pelas empresas monopolistas, dado o alto poder de mercado destas empresas; ou o Governo pode participar diretamente da produção do bem ou serviço de determinado monopólio natural.

Outra circunstância que representa uma falha de mercado são as externalidades. As externalidades ocorrem quando a ação de um indivíduo ou de uma empresa afeta, direta ou indiretamente, outros agentes da economia. As externalidades positivas são quando estas ações acarretam benefícios a outros indivíduos ou firmas do sistema econômico. Já as externalidades negativas são aquelas situações nas quais a ação de um agente prejudica os demais agentes da economia.

A intervenção do Governo, no caso das externalidades, pode ocorrer através da produção direta ou da concessão de subsídios, para gerar externalidades positivas; da imposição de multas ou impostos, para desestimular as externalidades negativas ou ainda através da regulamentação.

Um mercado é incompleto quando determinado bem ou serviço não é ofertado, mesmo que seu custo de produção esteja abaixo do preço que os potenciais consumidores estariam dispostos a pagar.

Esta falha de mercado ocorre porque muitas vezes o setor privado não está disposto a assumir riscos. Neste caso, é fundamental a intervenção do Governo para financiar os investimentos no setor produtivo. Além da questão do financiamento, há situações em que o Estado precisa intervir, para promover a coordenação de mercados em alta escala, através do planejamento.

Quanto às falhas de informação, a intervenção do Governo se justifica como uma maneira de proteger os consumidores, já que o mercado não fornece informações suficientes para que estes agentes possam tomar suas decisões racionalmente. Além disso, posto que a informação pode ser considerada um bem público, o Estado deve favorecer o fluxo de informações, para que este seja o mais eficiente possível.

Por último, problemas como desemprego e inflação podem não ser resolvidos com o livre funcionamento do mercado. Assim, o Governo deve agir implementando políticas de manutenção do sistema econômico, no sentido de promover o pleno emprego e a estabilidade de preços.

3.2 As Funções do Governo

A crescente complexidade dos sistemas econômicos do mundo como um todo, tem levado a um aumento da atuação do governo. Desta maneira, as funções do governo na Economia expandiram-se consideravelmente desde o início do século passado.

De acordo com a classificação tradicional de Musgrave as atribuições econômicas do Governo enquadram-se em três grandes categorias (REZENDE, 2001):

1. Promover ajustamentos na alocação de recursos;
2. Promover ajustamentos na distribuição da renda; e
3. Manter a estabilidade econômica.

Ajustes na alocação de recursos são necessários quando o mecanismo de determinação de preços no mercado não garante maior eficiência na utilização dos recursos existentes na economia.

A função alocativa está relacionada principalmente ao fornecimento de bens públicos. Estes bens não são fornecidos pelo sistema de mercado de forma a atender às necessidades da sociedade, o que leva à necessidade de intervenção do Governo para garantir o fornecimento adequado dos bens públicos. Ressalta-se também a existência dos chamados bens semipúblicos ou meritórios, que representam um caso intermediário entre os bens públicos e os bens privados. A produção destes bens pelo setor público, embora eles possam ser explorados pelo setor privado, é justificada pelo fato de gerarem altos benefícios e externalidades positivas para a sociedade.

Além dos bens públicos, outro caso a ser considerado, ao se tratar da função alocativa do Governo, é a existência de externalidades. Destaca-se, neste sentido, a atuação do Estado em setores como de infra-estrutura, que geram externalidades positivas para a sociedade como um todo. Esses setores são caracterizados pela insuficiência do setor privado na mobilização de recursos, já que tais setores não geram uma rentabilidade atrativa do ponto de vista do setor privado.

A segunda função do Governo é promover ajustamentos na distribuição da renda. Numa economia de mercado, à medida que critérios puramente econômicos de eficiência são considerados nas decisões relativas à utilização de fatores de produção, a distribuição da renda gerada pelos habitantes do país pode não ser considerada socialmente aceitável. Neste caso, cabe ao Governo fazer alguns ajustes distributivos a fim de promover uma distribuição de renda considerada justa pela sociedade. (REZENDE, 2001)

A função estabilizadora tem como objetivo o uso da política econômica visando um alto nível de emprego, estabilidade dos preços e a obtenção de uma taxa de crescimento apropriada. (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000).

O sistema de mercado é incapaz de assegurar os níveis de emprego, preços e crescimento econômico desejáveis pela sociedade. Desta maneira, a ação do Governo é importante para proteger a economia de grandes flutuações. Esta atuação do governo se dá através das políticas fiscal e monetária.

Através da política fiscal o Governo age sobre a demanda agregada da economia. O Governo pode intervir diretamente através da variação dos gastos públicos em consumo ou investimento, ou indiretamente, por meio da alteração das alíquotas de impostos, o que acarreta uma variação na renda disponível do setor privado.

Alternativamente, o Governo pode se utilizar da política monetária para interferir na demanda agregada de país, ao promover ajustes na taxa de juros, os quais têm impacto no investimento e conseqüentemente na demanda agregada. O que ocorre normalmente é uma ação combinada das políticas fiscal e monetária para se atingir determinado objetivo da política econômica.

3.3 Teoria da Tributação

Para poder arcar com as suas funções o governo precisa de recursos. A principal fonte de receita do Setor Público é a arrecadação tributária. Daí decorre a importância de um sistema tributário bem estruturado e eficiente, de modo a gerar os recursos necessários ao Governo, sem acarretar um ônus muito pesado para a sociedade. Para que um sistema tributário seja considerado “ideal” é preciso levar em consideração alguns aspectos: a) o conceito de equidade; b) o conceito de progressividade; c) o conceito de neutralidade e d) o conceito de simplicidade. (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000)

Assim, há alguns pré-requisitos para se definir um sistema tributário ideal, conforme Giambiagi e Além (2000, p. 37):

Em primeiro lugar, a distribuição do ônus tributário deve ser equitativa, ou seja, cada um deve pagar uma contribuição considerada justa. Em segundo lugar, a cobrança dos impostos deve ser conduzida no sentido de onerar mais aquelas pessoas com maior capacidade de pagamento. Em terceiro lugar, o sistema tributário deve ser estruturado de forma a interferir o minimamente possível na alocação de recursos da economia, para que não cause ineficiência no funcionamento do sistema econômico. Por último, a administração do sistema tributário deve ser eficiente a fim de garantir um fácil entendimento da parte de todos os agentes da economia e minimizar os custos de fiscalização da arrecadação.

De acordo com o conceito de equidade, cada contribuinte deve contribuir com uma parcela “justa” para cobrir os gastos do Governo. Uma questão que se coloca na análise do princípio da equidade é qual o critério utilizado para se definir esta parcela “justa”. Há dois critérios na teoria do setor público que têm sido propostos com essa finalidade: o critério do benefício e o critério da capacidade de pagamento.

Segundo o critério do benefício, deve-se atribuir a cada indivíduo um ônus equivalente aos benefícios gerados pelo consumo/utilização dos bens/serviços produzidos pelo Governo. (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000)

O critério da capacidade de pagamento, também conhecido como critério da capacidade de contribuição, estabelece que cada indivíduo deve contribuir com o financiamento dos gastos do Governo conforme sua capacidade. Desta maneira, o ônus tributário deve ser tal que garanta as equidades horizontal ou vertical. De acordo com a equidade horizontal, os indivíduos com mesmo nível e renda, ou seja, com mesma capacidade de pagamento, devem pagar o mesmo nível de impostos. Já conforme o conceito de equidade vertical, as contribuições devem diferenciar-se de acordo com as diferentes capacidades de pagamento.

Segundo o conceito da progressividade a alíquota de tributação se eleva quando aumenta o nível de renda. Assim, quem recebe mais renda deve pagar uma proporção maior de impostos relativamente às pessoas de baixa renda. (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000).

O princípio da neutralidade refere-se à não interferência na alocação de recursos. O objetivo da neutralidade é que o sistema tributário não provoque uma distorção da alocação de recursos, prejudicando a eficiência do sistema. Desta maneira, os impostos devem ser tais que minimizem os possíveis impactos negativos da tributação sobre a eficiência econômica. (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000)

Por fim, o conceito de simplicidade está associado à facilidade da operacionalização da cobrança do tributo. O sistema tributário deve ser de fácil compreensão para o contribuinte e de fácil arrecadação para o governo. (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000).

3.3.1 Classificação dos Tributos

A base econômica do tributo diz respeito à variável sobre a qual a contribuição é calculada. Segundo Rezende (2001, p. 155) de acordo com a base econômica, “os tributos podem ser classificados em três grandes categorias: Impostos sobre a Riqueza (Patrimônio), Impostos sobre a Renda e Impostos sobre Vendas de Mercadorias e Serviços”.

No caso dos impostos sobre o patrimônio, a base de incidência do imposto é o estoque acumulado de capital. No que se refere aos impostos sobre a renda, estes incidem sobre fluxos anuais de rendimento, incidindo sobre todas as remunerações geradas no sistema econômico,

ou seja, sobre salários, lucros, juros, dividendos e aluguéis. Já nos impostos sobre transações, o fato tributário principal é a compra e a venda de mercadorias e serviços. (REZENDE, 2001)

O imposto sobre o patrimônio, segundo Giambiagi e Além (2000, p. 47):

Pode ser cobrado regularmente em função do simples ato de posse dos ativos durante um determinado período, como no caso do imposto predial e territorial urbano (IPTU) ou do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA). Alternativamente, a cobrança pode se dar no momento em que os ativos mudam de propriedade – como o imposto sobre transmissão de propriedade.

O imposto de renda incide sobre todas as remunerações geradas no sistema econômico e classifica-se em imposto de renda pessoa física (IRPF) e imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ).

O imposto de renda pessoa física é cobrado em base pessoal, com isenções e alíquotas progressivas, as quais são determinadas de acordo com o perfil de cada contribuinte. O IRPF é, segundo Giambiagi e Além (2000, p. 45), “o imposto pessoal por excelência e, sendo assim, é aquele que mais se adapta aos princípios da equidade e progressividade, à medida que permite, de fato, uma discriminação entre os contribuintes no que diz respeito à sua capacidade de pagamento”. Além disso, como pode ser retido na fonte, o imposto de renda pessoa física destaca-se também pela simplicidade na arrecadação.

Os impostos sobre as vendas de mercadorias e serviços são também chamados de impostos sobre consumo. Os impostos sobre as vendas podem ser gerais, incidindo sobre uma série de transações, ou podem ser especiais, os quais são cobrados sobre transações de determinadas mercadorias. Além disso, no que se refere ao estágio do processo de produção e comercialização sobre o qual incide o imposto, os impostos sobre as vendas podem ser cobrados no nível do produtor ou do consumidor. E por fim, em relação à forma de apuração do imposto sobre as vendas, a base de cálculo da operação pode ser o valor adicionado ou o valor total da transação. (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000).

Em termos de equidade e progressividade, de acordo com Giambiagi e Além (2000, p. 48), “o imposto sobre consumo não é o mais indicado, tendo em vista que, sendo uma forma de tributação indireta, não discrimina as contribuições de acordo com a capacidade de pagamento de cada indivíduo”.

Os impostos também são classificados em gerais ou parciais. Um imposto geral é aquele que incide amplamente sobre determinado conjunto de transações ou sobre o valor total do patrimônio. Enquanto que o imposto parcial incide apenas em um tipo de ativo ou é cobrado somente sobre transações de determinadas mercadorias.

Como já mencionado no início desta seção, a base econômica do tributo refere-se à variável sobre a qual a contribuição é calculada. Todavia, a base econômica não identifica sobre quem recai o ônus desta contribuição. Assim, levando-se em consideração o fato de que há tributos cujo ônus incide sobre o próprio contribuinte, e outros que aceitam a transferência total ou parcial do pagamento para terceiros, os tributos são classificados em diretos e indiretos. (REZENDE, 2001).

Os tributos diretos são os tributos cujos contribuintes são os mesmos indivíduos que arcam com o ônus da respectiva contribuição. Já os tributos indiretos são aqueles tributos que os contribuintes podem transferir o ônus da contribuição, total ou parcialmente, para terceiros. (REZENDE, 2001).

Segundo Rezende (2001, p 156), existe uma abordagem de classificação dos tributos mais simplificada que os classifica da seguinte forma: “como diretos os impostos cuja base econômica é a renda ou o patrimônio e como indiretos aqueles cuja base é a transação com mercadorias e/ou serviços.”. Esta classificação parte do pressuposto que a transferência do ônus tributário é mais fácil no caso dos tributos cobrados sobre transações de compra e venda de mercadorias, em relação às demais categorias de tributos.

O Quadro 1 apresenta o sistema completo de classificação e identificação da categoria na qual se incluem os principais impostos utilizados no Brasil.¹⁵

Musgrave apresenta uma classificação entre impostos sobre pessoas e impostos “in rem”. Segundo este autor (1980, p.192):

Os impostos sobre pessoas são tributos que se ajustam à capacidade de pagamento de cada contribuinte, enquanto os impostos “in rem” (impostos sobre coisas) são aplicados a atividades ou objetos, isto é, sobre compras, vendas, ou posse de propriedades, independentemente das características do indivíduo que faz a transação ou que é o proprietário.

¹⁵ Este quadro não inclui a CPMF, entretanto, dada a sua importância cabe aqui uma ressalva. A CPMF (Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira) foi um tributo brasileiro. Sua esfera de aplicação foi federal e vigorou de 1997 a 2007. A CPMF era uma contribuição destinada especificamente ao custeio da saúde pública, da previdência social e do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Quadro 1 - Classificação de tributos

Categorias de Impostos e Outras Contribuições Compulsórias	Contribuintes				
	Empresas e Setor				Indivíduos
	Agricultura	Indústria	Comércio	Serviços	
Tributos sobre o Patrimônio					
Propriedade Imobiliária	ITR	IPTU	IPTU	IPTU	IPTU
Bens de Consumo Duráveis	IPVA	IPVA	IPVA	IPVA	IPVA
Tributos sobre Fluxos de Renda					
Geral					IRPF
Parcial Salários, Ordenados	CPS, FGTS, Sal. Educ. C. Senar	CPS, FGTS Sal. Educ. C. Sesi C. Senai	CPS, FGTS Sal. Educ. C. Sesc C. Senac	CPS, FGTS Sal. Educ. C. Sesc C. Senac C. Senat C. Sest	CPS, FGTS Sal. Educ. C. Sesc C. Senac
Juros Lucros Aluguéis	IRRF, IOF IRPJ, CSLL	IRRF, IOF IRPJ, CSLL	IRRF, IOF IRPJ, CSLL	IRRF, IOF IRPJ, CSLL	IRRF, IOF IRPJ, CSLL IRPF
Tributos sobre Vendas de Mercadorias e Serviços					
Geral sobre o Valor Adicionado	ICMS	ICMS	ICMS	ICMS	
Geral sobre o Faturamento	PIS, Cofins, II	PIS, Cofins, II	PIS, Cofins, II	PIS, Cofins, II	
Parcial sobre Produtos Industriais		IPI			
Parcial sobre Prestação de Serviços				ISS	ISS
Tributos sobre Vendas de Ativos Reais ou Financeiros					
Parcial sobre Transmissão de Propriedade					ITCB, ITBI
Parcial sobre Ganhos de Capital					IRPF

Fonte: Rezende (2001, p. 157)

* Incide somente sobre os servidores públicos

Glossário das siglas:

ITR – Imposto Territorial Rural; IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano; TRU – Taxa Rodoviária Única; CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido; CPSS – Contribuição para Seguridade Social do Servidor Público; CPS – Contribuição para a Previdência Social; FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço; Sal. Educ. – Salário Educação; C. Senar – Contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; C. Senat – Contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte; C. Sest – Contribuição para o Serviço Social do Transporte; C. Sesi – Contribuição para o Serviço Social da Indústria; C. Senac – Contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; C. Senai – Contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; C. Sesc – Contribuição para o Serviço Social do Comércio; IRPJ – Imposto de Renda Pessoas Jurídicas; IRPF – Imposto de Renda Pessoas Físicas; IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte; ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços; IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados; II – Imposto sobre Importação; PIS – contribuição para o Programa de Integração Social; IUCL – Imposto Único sobre Combustível e Lubrificantes; ISS – Imposto sobre Prestação de Serviços; IOF – Imposto sobre Operações Financeiras. IPVA – Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores.

Faz-se necessário ressaltar que, o ônus sobre todos os tributos, incluindo aqueles que incidem sobre “coisas”, recai, em última instância, sobre as pessoas. Desta forma, a equidade dos tributos deve ser avaliada em função da distribuição do encargo tributário entre as pessoas. Conseqüentemente, os impostos “in rem” são inferiores aos impostos pessoais formulados adequadamente e que incidam diretamente, considerando a capacidade de pagamento de cada indivíduo (MUSGRAVE, 1980).

É a partir da classificação dos impostos que acordo com a sua base econômica que os dados referentes à receita tributária do estado de Santa Catarina serão trabalhados neste estudo.

Nos ciclos econômicos a receita flutua mais do que as despesas, assim os déficits durante as recessões devem ser compensados por superávits nas fases de crescimento acelerado. Esta flutuação maior da receita se deve ao fato de que a maioria dos impostos é proporcional ao produto, enquanto a maior parte dos gastos do governo não depende do nível do produto.

As flutuações das vendas são as responsáveis pela flutuação maior da receita em comparação com a despesa nos ciclos econômicos. Impostos sobre propriedade de veículos dependem também do ciclo econômico. Já impostos que tem como base a propriedade de imóveis dependem dos ciclos de preços desses ativos.

3.4 Federalismo Fiscal

O exercício das funções fiscais alocativa, distributiva e estabilizadora, em tese, pode ser realizado pelo governo por meio de três formas de organização política:

- a plena centralização, correspondente à forma unitária de governo, cujas funções fiscais são exercidas exclusivamente pelo governo central;
- a absoluta descentralização, modelo teórico em que os governos locais desempenham as competências fiscais;
- a forma federativa, que combina competências centralizadas e competências descentralizadas em um modelo cujas responsabilidades fiscais encontram-se compartilhadas entre os diferentes níveis de governo e suas respectivas unidades federativas.

Tanto nos sistemas unitários como em federação, como é o caso do Brasil, a divisão de funções tende a se processar segundo o interesse espacialmente predominante. Assim, aquelas funções que envolvem interesses nacionais são consideradas “gerais” ou “nacionais”, enquanto as funções “locais” referem-se a problemas que se circunscrevem a um espaço limitado.

A adoção do federalismo fiscal implica distribuição de competências constitucionais fiscais entre os diferentes níveis de governo, para que cada um, de modo autônomo, e na medida de suas competências e capacidade de financiamento, possa construir desenhos institucionais capazes de disciplinar os procedimentos de contribuição e gestão tributária, transferências fiscais, composição e dimensão da despesa. (SILVA, 2005)

A teoria tradicional de finanças públicas estabelece que o governo federal é responsável pela arrecadação de alguns impostos característicos, principalmente sobre a renda, o comércio exterior, os de caráter regulatório e alguns impostos específicos. De um modo geral, são impostos que requerem certo grau de centralização administrativa que facilite a cobrança, ou que afetam as políticas do país como um todo, em contrapartida os governos locais assumem responsabilidade pela tributação do patrimônio físico e costumam recolher diretamente certos impostos incidentes sobre a renda e serviços. Entre a esfera maior de governo - a União - e o poder local, os estados, tipicamente coletam impostos sobre o consumo e a circulação de bens. (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000).

Fatores econômicos, culturais, políticos, institucionais e geográficos justificam um processo de descentralização fiscal. Entretanto, deve-se ressaltar que não existe um modelo único de tal processo, já que este depende das características e peculiaridades de cada país.

Quanto aos fatores econômicos, o processo de descentralização fiscal teria como principal objetivo a eficiência na alocação de recursos. Assim, sob a ótica do setor público, a descentralização significa determinar qual esfera do governo pode administrar de forma mais eficiente os impostos, os gastos, as transferências, a regulação e outras funções públicas. (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000).

No que diz respeito aos fatores culturais, políticos e institucionais, o processo de descentralização pode contribuir com uma maior integração social, além de fortalecer a governabilidade e a democracia através da maior autonomia dos governos subnacionais. (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000).

Por fim, em relação aos fatores geográficos, segundo Giambiagi e Além (2000, p. 307) “quanto maior for a área do território nacional, maiores tendem a ser os ganhos de eficiência

com a descentralização fiscal”, já que num país com grandes dimensões é mais fácil para o governo subnacional atender às demandas da população local.

3.4.1 Federalismo Fiscal no Brasil

No Brasil, o processo de descentralização fiscal ganha relevância, dado as dimensões geográficas do país. Como já mencionado acima, um dos fatores que justificam a descentralização é justamente o fator geográfico. Países com territórios grandes tendem a conviver com problemas federativos maiores que os países com territórios pequenos.

O Brasil é marcado por significativas desigualdades sócio-econômicas que se refletem em diferentes capacidades fiscais, o que torna o processo de descentralização muito complexo. O principal ponto a se levar em consideração neste processo, é conciliar o máximo de descentralização com uma adequada capacidade de redução das desigualdades regionais. (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000).

O país conviveu ao longo de sua história com momentos de centralização e descentralização política e fiscal, o que é bem descrito por Giambiagi e Além (2000, p. 320):

A noção de que a evolução política do Brasil caracterizou-se por uma espécie de oscilação, ao longo do tempo, entre os movimentos de centralização e descentralização, está explicitada na conhecida frase do general Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil dos presidentes Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo, que numa – na época – muito comentada conferência promovida pela Escola Superior de Guerra (ESG), em 1980, referiu-se a esses movimentos como uma “seqüência interminável de sístoles e diástoles”, de forma análoga aos pulsos de um coração, representado pelo país.

Assim, foi no final dos anos 1970, com o agravamento da crise econômica e com o processo de redemocratização do Brasil, que as esferas subnacionais começaram a lutar pela descentralização tributária. E foi a Constituição de 1988 que, ao introduzir importantes alterações nas relações entre as diferentes esferas do governo, aprofundou o processo de descentralização fiscal que já havia iniciado no fim da década anterior. (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000).

Segundo Rezende (2000, p. 333):

A Constituição de 1988 inaugurou uma nova etapa do federalismo fiscal brasileiro que ainda não está, todavia, concluída. Nelas, as demandas de Estados e municípios por descentralização das receitas públicas foram atendidas, mas as dificuldades encontradas para fazer com que a descentralização das receitas fosse acompanhada de uma concomitante descentralização das responsabilidades públicas, em especial no campo das políticas sociais, provocou desequilíbrios que ainda precisam ser corrigidos.

3.5 Tributação e a Macroeconomia

A macroeconomia é o estudo do comportamento agregado da economia, ou seja, este ramo de estudo da economia analisa a determinação dos grandes agregados econômicos, como renda, produção, nível de preços, emprego, taxa de juros e taxa de câmbio. Os principais objetivos da macroeconomia são o crescimento da produção, o crescimento do consumo, o pleno emprego, a estabilidade dos preços, o controle inflacionário e uma balança comercial favorável.

De acordo com Dornbusch e Fischer (1991, p. 3):

A macroeconomia abrange o comportamento econômico e as políticas que afetam o consumo e o investimento, o câmbio e a balança comercial, os determinantes nas variações nos preços e salários, as políticas fiscal e monetária, o estoque monetário, o orçamento do governo, taxa de juros e a dívida pública. Em síntese, a macroeconomia lida com as principais variáveis econômicas e com problemas do dia-a-dia.

Segundo Dornbusch e Fischer (1991, p. 75) “uma das questões centrais da macroeconomia é a de por que a produção flutua”.

Em 1936, o economista inglês John Maynard Keynes revolucionou a economia com seu livro, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Keynes apresentou uma nova forma de analisar a economia, apresentando-a como uma alternativa à teoria clássica, que parecia incapaz de explicar a grande depressão que afetava a economia mundial na época. Keynes afirmou que a reduzida demanda agregada é responsável pela baixa renda e pelo alto desemprego que caracteriza as situações recessivas, e criticou a teoria clássica, pois, segundo esta teoria, apenas a oferta agregada determinaria a renda nacional. (MANKIW, 1998).

O modelo keynesiano supõe que, no curto prazo, a capacidade de produção permaneça constante. Sendo assim, os níveis de renda, preços e emprego variam em função de variações na demanda agregada. A situação “ideal” seria a que a demanda agregada fosse suficiente para absorver toda a produção. Todavia, esta situação de equilíbrio nem sempre está

garantida. Assim, a intervenção do governo, como forma de controle da demanda agregada, é uma opção de política econômica a fim de manter a estabilidade da economia. (REZENDE, 2001)

A produção ou o nível de renda (Y) de uma economia é composto por: consumo (C), investimento (I), gastos do governo (G) e pelas exportações líquidas (NX), o que é descrito pela seguinte fórmula:

$$Y = C + I + G + NX$$

A demanda agregada é o volume total de bens demandados na economia. Esta demanda depende de uma maneira geral do nível de renda da economia e das taxas de juros. A demanda agregada consiste nas demandas por consumo, investimento, gastos do governo e das exportações líquidas.

O produto de equilíbrio é o produto que se encontra no nível onde a quantidade de produto produzido e a quantidades demandada são iguais.

O governo afeta o nível de renda de equilíbrio de duas maneiras diferentes. Primeiramente, as compras de bens e serviços do Governo (G) fazem parte da composição da demanda agregada. E em segundo lugar, os impostos e as transferências afetam a relação entre produção e renda (Y) e a renda disponível, que é a renda líquida disponível para consumo ou poupança após o recebimento das transferências do governo e de deduzidos os impostos. (DORNBUSCH; FISCHER, 1991)

Este segundo ponto, ou seja, como o governo, através dos impostos, afeta o nível de renda de equilíbrio da economia é o que importa sob a ótica deste trabalho.

Numa economia fechada e sem governo, o nível de consumo é proporcional à renda. Esta proporção é dada pela propensão marginal a consumir (c), que expressa o aumento no consumo por unidade de aumento da renda.

Ao se introduzir o governo na economia, o consumo não mais dependerá da renda mais sim da renda disponível, a qual depende da renda, das transferências e dos impostos pagos ao governo. Assim temos:

$$\begin{aligned} C &= c (Y + TR - tY) \\ &= cTR + c(1-t) Y \end{aligned}$$

Onde, TR são as transferências governamentais e t é a fração da renda coletada pelo governo na forma de impostos.

Infere-se que, o imposto, ao incidir sobre a renda, diminui o gasto com consumo a cada nível de renda. Isto porque o consumo está relacionado com a renda disponível, a qual é menor que a renda propriamente dita, e o imposto reduz a renda disponível relativa a determinado nível de renda.

Isto posto, o controle da demanda agregada por parte do governo pode ser feito diretamente pela manipulação dos gastos públicos, ou indiretamente através da variação dos tributos. Em casos de depressão econômica, a política fiscal recomendada consistiria em aumentar os gastos públicos ou reduzir os tributos, o que corresponde a uma política de déficit orçamentário. Já em casos de inflação, a recomendação consiste em reduzir os gastos ou aumento da carga tributária, o que representa uma política de superávit orçamentário. (REZENDE, 2001)

O efeito dos gastos e da tributação sobre a demanda agregada é sempre maior que a variação inicial. Segundo Rezende (2001, p. 301)

Em termos quantitativos, o efeito de variação nos gastos públicos ou nos tributos sobre a demanda agregada é sempre superior à variação inicial. Esse efeito multiplicador de gastos e tributos sobre a demanda agregada resulta de sucessivas variações no consumo dos indivíduos, provocadas pelo impacto inicial dos gastos ou tributos sobre o nível de renda.

CAPÍTULO IV

A RECEITA TRIBUTÁRIA DE SANTA CATARINA

Este capítulo tem como objetivo analisar a evolução e as mudanças na estrutura da receita tributária do estado de Santa Catarina no período 1929-2007, considerando a base econômica dos tributos. Tendo em vista este objetivo, este capítulo tratará, inicialmente, da evolução do sistema tributário brasileiro e da evolução da competência tributária por nível de governo. Este capítulo também abordará a classificação da receita e as mudanças no sistema de contas públicas que ocorreram neste período e que provocaram alterações na classificação das receitas e despesas públicas. A comparação da participação da receita tributária na composição da receita do estado no período estudado será discutida em uma seção específica.

4.1 Evolução do Sistema Tributário Brasileiro e Evolução da Competência Tributária ¹⁶

Até os anos de 1930, o sistema tributário brasileiro manteve basicamente a estrutura da época do Império, quando a principal fonte de receitas públicas era o comércio exterior, com destaque para o imposto de importação.

A primeira grande alteração foi introduzida com a Constituição de 1891, que estabeleceu o regime de separação de fontes tributárias, discriminando os impostos de competência exclusiva da união e dos estados. Com base nesta Constituição coube à União o imposto de importação, os direitos de entrada, saída e estadia de navios, as taxas de selo e taxas de correios e telégrafos federais. Já aos estados foi concedida a competência exclusiva para decretar impostos sobre a exportação, sobre imóveis rurais e urbanos, sobre a transmissão de propriedade e sobre indústria e profissões, além de taxas de selo e contribuições relativas aos correios e telégrafos próprios. (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000)

¹⁶ Esta seção tem como referência Giambiagi e Além (2000)

No período estudado nesta monografia, 1929-2007, a primeira mudança importante no sistema tributário brasileiro ocorre com a Carta de 1934. Até a Constituição de 1934, a principal fonte de receita da União era o imposto de importação. Já na esfera estadual, o imposto de exportação era a principal fonte de receita, e o imposto incidente sobre indústria e profissões era a principal fonte de receita dos municípios.

A Constituição de 1934 provocou alterações especialmente nas esferas estadual e municipal. Os estados passaram a ter competência para decretar o imposto de vendas e consignações, o qual se tornou a principal fonte de receita estadual. Já nos municípios, os impostos sobre indústrias e profissões e o imposto predial permaneceram como os mais importantes, mas os municípios foram dotados de competência para decretar alguns tributos. Na esfera federal, o imposto de importação permaneceu como principal fonte de receita até o final dos anos 1930, quando então foi superado pelo imposto sobre o consumo. (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000)

A Constituição de 1937 não provocou modificações expressivas no sistema tributário brasileiro. Destaca-se, entre as mudanças ocorridas, a perda da competência exclusiva dos estados para tributar o consumo de combustíveis de motor de explosão e dos municípios para tributar a renda das propriedades rurais.

A Constituição de 1946, ao contrário, trouxe significativas alterações ao sistema tributário do país. Em primeiro lugar, a inclusão do imposto do selo municipal e do imposto de indústria e profissões na área de competência municipal, provocou o aumento da receita dos municípios. Em segundo lugar, esta Constituição, modificou profundamente a discriminação de rendas entre as esferas do governo, institucionalizando um sistema de transferências de impostos. (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000)

No período que sucede a Constituição de 1946 até 1966, o Brasil entra numa fase em que a tributação sobre bases domésticas passou a ser a mais importante, e desta forma, aumentou a importância dos impostos internos.

Na década de 1960 o sistema tributário brasileiro passou por uma reforma, promovida através da emenda constitucional nº. 18 de 01 de dezembro de 1965, da Lei nº. 5.172 de 25 de dezembro de 1966, e da Constituição de 1967. (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000)

Os principais objetivos da reforma dos anos 1960 foram aumentar a capacidade de arrecadação do Estado visando a solucionar o problema do déficit fiscal e dotar a estrutura tributária dos meios necessários para apoiar e estimular o crescimento econômico. Ao mesmo tempo, procurou-se obter uma melhoria da qualidade quanto aos efeitos alocativos dos

tributos; e uma maior centralização de recursos, tanto pela centralização da arrecadação, como pela perda de autonomia financeira das unidades subnacionais. (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000)

Com esta reforma, o Brasil passa a ter um dos sistemas tributários mais modernos do mundo, na época. O principal ponto responsável por esta modernização foi a mudança da sistemática da arrecadação, passando a priorizar a tributação sobre o valor agregado, em vez dos impostos em cascata, referente a impostos cumulativos.

Houve também uma racionalização do sistema tributário com a redução do número de tributos, a reformulação dos tributos e da sua divisão federativa e a fundamentação de seus fatos geradores em conceitos econômicos.

Foram criados o imposto sobre produtos industrializados (IPI) e o imposto sobre circulação de mercadorias (ICM), em substituição ao imposto sobre o consumo e sobre vendas e consignações, os quais eram impostos cumulativos. Os impostos criados incidem sobre o valor agregado, e tornaram-se de fundamental importância para a estrutura tributária brasileira a partir da sua criação. O IPI foi criado na esfera federal, já o ICM na esfera estadual. O ICM na década de 1980 foi transformado em imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS). (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000)

A reforma centralizou os recursos na esfera federal, já que esta esfera era a responsável pela coordenação do processo de crescimento econômico, um dos objetivos da referida reforma. Contudo, a orientação do processo era no sentido de suprir os estados e municípios de recursos suficientes para que o processo de crescimento não fosse prejudicado. Neste sentido, além da determinação de participação dos municípios na arrecadação do ICM, foram instituídos os fundos de participação e as partilhas de impostos únicos, como forma de transferências federais para os governos subnacionais.

Nos anos subsequentes a reforma, a centralização de recursos arrecadados na esfera federal e a concessão de incentivos e subsídios à atividade produtiva foram reforçadas.

Na década de 1970, os efeitos da reforma começaram a ser sentidos. Ao encerrar-se a fase do “milagre brasileiro” (1968/1973), o sistema tributário já começava a mostrar os primeiros sinais de exaustão. Por um lado, a expressiva ampliação dos incentivos fiscais havia enfraquecido a sua capacidade de arrecadar. Por outro lado, os estados e municípios começavam a esboçar alguma reação ao baixo grau de autonomia, o que freou o processo de crescente centralização das decisões a que haviam sido submetidos e gerou a emenda

constitucional nº. 5/1975, que elevou os percentuais de distribuição de recursos ao FPE¹⁷ e ao FPM¹⁸. (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000).

Ao final da década de 1970, a situação financeira dos estados e municípios brasileiros era bastante delicada, o que levou à elevação dos percentuais de divisão dos Fundos de Participação e à criação da reserva especial do fundo de participação para as regiões norte e nordeste do país.

A partir de 1983 observa-se o início do processo de descentralização dos recursos, com base na elevação dos percentuais dos fundos de participação dos estados e dos municípios e na perda de poder de arrecadar da União. Foi neste ambiente que se deu início ao processo de elaboração da Constituição de 1988.

Um aspecto marcante da Constituição de 1988 foi o objetivo de fortalecimento da Federação, o que teve influência direta no aumento do grau de autonomia fiscal dos estados e municípios e na descentralização dos recursos tributários disponíveis. (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000).

A referida constituição atribuiu competência aos estados para fixar autonomamente as alíquotas do ICMS, seu imposto mais importante. Além disso, a União perdeu o direito de conceder isenções de impostos estaduais e municipais, além de passar a ser proibida de impor condições ou restrições sobre os recursos distribuídos aos estados e municípios.

A Constituição de 1988 reduziu os recursos disponíveis para a União, por meio do aumento das transferências tributárias e da limitação de suas bases impositivas, mas não forneceu os meios, legais e financeiros, para que houvesse um processo ordenado de descentralização dos encargos.

Na década de 1990, período posterior à Constituição, o governo federal adotou sucessivas medidas para enfrentar e agravamento do seu desequilíbrio fiscal e financeiro, e para compensar suas perdas. Tais medidas resultaram numa queda na qualidade do sistema tributário brasileiro, sem que, entretanto, tenha ocorrido de forma definitiva uma solução de seu desequilíbrio fiscal e financeiro.

Em 4 de maio de 2000 foi promulgada a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Esta lei visa a regulamentar a Constituição Federal, na parte da Tributação e do Orçamento. LRF enfatizam a ação planejada

¹⁷ Fundo de Participação dos Estados.

¹⁸ Fundo de Participação dos Municípios.

e transparente na administração pública. Após a Lei o que se observou foi o engajamento, de fato, dos entes federados no processo de ajuste das contas públicas.

4.2 Classificação das Receitas Públicas

Segundo Rezende (2001, p. 151) “as receitas orçamentárias públicas podem ser classificadas sob três óticas principais: a) da captação dos recursos; b) da origem dos recursos; e c) do orçamento a que estão vinculadas”.

Sob a ótica da captação, as receitas podem ser Próprias ou de Transferências. Na rubrica Próprias estão as receitas arrecadadas pelas próprias entidades encarregadas de sua aplicação, exemplo o Imposto de Renda é uma receita própria da união e o ICMS é dos estados. Já as receitas de Transferências são aquelas que provêm de recursos captados por outras instituições, por exemplo, receitas que são transferidas da união para os estados ou municípios. (REZENDE, 2001)

Quanto à origem dos recursos as receitas são classificadas em: tributária, de contribuições, patrimonial, industrial, agropecuária e de serviços.

A receita tributária, objeto principal deste trabalho monográfico, inclui as receitas definidas como tributos pelo Código Tributário Nacional, a saber, os impostos, taxas e contribuições de melhoria. É oriunda da cobrança de tributos pagos pela população e tem por base as suas propriedades, as suas rendas, as suas atividades e os benefícios diretos e imediatos que lhes são propiciados pelo Estado.

As receitas de contribuições incluem as contribuições sociais, como a Contribuição para o financiamento da Seguridade Social, Contribuição do Salário-Educação e Contribuição de Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social, e as contribuições econômicas, como a Contribuição para o Programa de Integração Nacional (PIN), Contribuição para o Proterra e Contribuição pela Exploração de Recursos Minerais.

A receita patrimonial resulta da participação direta do Estado na obtenção de fundos oriundos da aplicação de seus ativos, ou seja, refere-se ao resultado financeiro da exploração do patrimônio. Os principais exemplos são os aluguéis, as rendas de aplicações financeiras, os juros e os dividendos. A receita patrimonial é subdividida em: receitas imobiliárias, receitas de valores mobiliários e receitas de concessões e permissões.

A receita industrial é a receita oriunda da venda de mercadorias e/ou serviços referentes a atividades de natureza empresarial. Este tipo de receita inclui a Receita da Indústria de Transformação e de Construção.

A receita agropecuária, por sua vez, é obtida através da exploração que o Estado auferir junto ao setor primário da economia. As atividades desenvolvidas, na maioria das vezes, referem-se aos programas de fomento e pesquisa para melhoria qualitativa da produção. A receita agropecuária inclui a Receita da Produção Animal, Receita da Produção Florestal e Receita da Produção Vegetal.

Por fim, a receita de serviços tem por origem a prestação, pelo Estado, de serviços diversos, o que inclui serviços comerciais, financeiros, de transporte, de comunicação, de saúde, entre outros.

Do ponto de vista do orçamento a que estão vinculadas, as receitas são classificadas em: receitas do orçamento da seguridade social e receitas do orçamento fiscal.

Rezende (2001, p. 152) afirma que:

As receitas da seguridade social são basicamente as contribuições definidas no art. 195 da Constituição Federal¹⁹ e as receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos da seguridade social. As receitas do orçamento fiscal são formadas pelas receitas de impostos, de contribuições econômicas e as demais receitas dos órgãos não ligados à seguridade.

Por último, as receitas podem ser classificadas em correntes e de capital. Esta classificação se aplica tanto para as receitas quanto para as transferências. Esta distinção está assentada na existência ou não de algum pré-requisito para aplicação da receita, assim como no caráter recorrente ou não do ingresso. Desta forma, as receitas correntes são definidas como o conjunto de receitas tributária, de contribuições, patrimonial, de serviços, industrial e diversas, acrescidas dos recursos obtidos mediante transferências para aplicação em despesas correntes. Já as receitas de capital são aquelas cujos fluxos são mais irregulares ou que se referem à transferências previamente vinculadas a despesas de capital. (REZENDE, 2001).

¹⁹ “Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I – do empregador, da empresa, e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

- a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;
- b) a receita ou o faturamento;
- c) o lucro;

II – do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;

III – sobre a receita dos concursos prognósticos.” (REZENDE, 2001, P.152)

Todavia, como ressalta Rezende (2001, p. 153) “não existe (nem deve existir) uma associação perfeita entre receitas e despesas correntes e receitas e despesas de capital.”.

4.3 Evolução da Estrutura das Receitas Públicas

As classificações da receita orçamentária expostas na seção anterior são as atualmente vigentes no Brasil, as quais são ditadas especialmente pela Lei 4.320 de 17 de março de 1964. Entretanto, como este trabalho abrange um período anterior a esta Lei, faz-se necessário discorrer sobre as principais mudanças no sistema de contas públicas do período 1929-2007. Assim, serão apresentadas as diferentes estruturas da receita pública criadas pela Lei 4.320/64, pelo Decreto-Lei 2.416/40 e pelo Decreto 15.783/22.

A atual classificação brasileira das receitas e despesas orçamentárias públicas é ditada pela Lei 4.320 de 17 de março de 1964, a qual preceitua as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Quanto à receita, o artigo 11 da Lei 4.320/64, apresenta que:

A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

§ 1º São Receitas Correntes as receitas tributária, patrimonial, industrial e diversas e, ainda as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

§ 2º São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.

O Quadro 2 apresenta a classificação e estrutura da receita orçamentária pública de acordo com a Lei 4.320/64.

A Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, representa o marco fundamental da classificação da Receita Orçamentária, entretanto cabe ressaltar que com o decorrer do tempo, esse anexo sofreu várias alterações, incorporando as transformações econômicas do país e seu reflexo nas receitas públicas.

Anteriormente a estrutura definida pela Lei 4.320/64, demonstrada no Quadro 2, a receita orçamentária era classificada segundo determinação do Decreto-Lei nº. 2.416 de 17 de

julho de 1940. O referido decreto fez uma revisão das normas constantes no Decreto-Lei nº. 1.904 de 24 de novembro de 1939.

Quadro 2 – Classificação da Receita Orçamentária – Lei 4.320/64

RECEITA ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS CORRENTES
Receita Tributária
Impostos
Taxas
Contribuições de Melhorias
Receita Patrimonial
Receitas Imobiliárias
Receitas de Valores Mobiliários
Participações e Dividendos
Outras Receitas Patrimoniais
Receita Industrial
Receita de Serviços Industriais
Outras Receitas Industriais
Transferências Correntes
Receitas Diversas
Multas
Cobrança Dívida Ativa
Outras Receitas Diversas
RECEITAS DE CAPITAL
Operações de Crédito
Alienação de Bens Móveis e Imóveis
Amortização de Empréstimos Concedidos
Transferências de Capital
Outras Receitas de Capital

Fonte: Mignoni (2006, p. 22)

O artigo 1 do Decreto-Lei 2.416/40 estabelece que

§ 1º A receita dividir-se-á em ordinária e extraordinária, compreendendo aquela as seguintes categorias:

- 1ª, receita tributária, abrangendo os impostos e as taxas
- 2ª, receita patrimonial;
- 3ª, receita industrial;
- 4ª, receitas diversas.

§ 2º A designação de imposto fica reservada para os tributos destinados a atender indistintamente às necessidades de ordem geral da administração pública, a de taxa, para os exigidos como remuneração de serviços específicos prestados ao contribuinte, ou postos à sua disposição, ou ainda para as contribuições destinadas ao custeio de atividades especiais do Estado ou do Município, provocadas por conveniência de carácter geral ou de determinados grupos de pessoas.

O Quadro 3 apresenta a classificação e a estrutura da receita orçamentária a partir do Decreto-Lei 2.416/40.

Quadro 3 – Classificação da Receita Orçamentária – Decreto-Lei 2.416/40

RECEITA ORÇAMENTÁRIA
RECEITA ORDINÁRIA
Receita Tributária
Impostos
Taxas
Receita Patrimonial
Receita Industrial
Receitas Diversas
RECEITA EXTRAORDINÁRIA
Alienação de Bens Patrimoniais
Cobrança da Dívida Ativa
Receita de Exercícios Anteriores
Receita de Indenizações e Restituições
Quotas de Loterias
Quotas de Fiscalizações Diversas
Contribuições da União
Contribuições dos Estados
Contribuições dos Municípios
Contribuições Diversas
Multas
Operações de Crédito
Eventuais

Fonte: Mignoni (2006)

Antecedendo estas duas classificações, o Decreto nº. 15.783 de 08 de novembro de 1922, conhecido como Regulamento Geral da Contabilidade Pública é que ditava a classificação da receita orçamentária.

Sobre o Decreto 15.783/22, Mignoni (2006, p. 33) afirma que,

Segundo tal Decreto, a receita orçamentária é dividida em ordinária, extraordinária e especial. A ordinária compreende a renda tributária, a renda patrimonial e a renda industrial. A extraordinária resulta do produto de qualquer operação de crédito, da cobrança da dívida ativa e das rendas eventuais. A especial refere-se aos recursos que possuem aplicação específica determinada, por exemplo, ao fundo para obras e melhoramentos dos portos.

O Quadro 4 mostra a classificação da receita orçamentária com base no Decreto 15.783/22.

Quadro 4 – Classificação da Receita Orçamentária – Decreto 15.783/22

RECEITA ORÇAMENTÁRIA
RECEITA ORDINÁRIA
Renda Tributária
Impostos
Renda Patrimonial
Renda Industrial
RECEITA EXTRAORDINÁRIA
Recursos de Operações de Crédito
Cobrança da Dívida Ativa
Rendas Eventuais
RECEITA ESPECIAL

Fonte: Mignoni (2006)

Diante da impossibilidade de compatibilizar todos os dados referentes à receita tributária do estado no período estudado neste trabalho, os dados foram divididos em três períodos, 1929-1939, 1940-1963 e 1964-2007, levando em consideração estas mudanças de classificação da receita orçamentária.

A fim de se conseguir analisar a evolução da receita tributária do estado de Santa Catarina no período 1929-2007, a análise dos dados ao longo desta monografia foi feita a partir da consideração da base econômica dos tributos. Desta maneira, propõe-se uma classificação da receita tributária do estado de Santa Catarina a partir da base econômica dos tributos.

O Quadro 5 apresenta os impostos de acordo com sua base econômica. Este quadro também apresenta a evolução dos impostos conforme as alterações na classificação da receita, expostas anteriormente.

Cabe aqui ressaltar que as taxas, apesar de classificadas como tributo e de fazer parte da composição da receita tributária, estão separadas na classificação proposta neste trabalho, pois diferentemente dos impostos, as taxas não possuem uma base de cálculo e seus valores dependem apenas do serviço prestado.

A classificação “outros” foi criada dada a dificuldade de classificação dos impostos em uma das bases tributárias apresentadas neste trabalho, com base na definição de Rezende (2001).

Fica evidente, pela análise do Quadro 5, que as reformas promovidas na década de 1960 (1965/1967) realmente promoveram uma racionalização do sistema tributário, especialmente através da redução do número de tributos.

Quadro 5 – Evolução Base Econômica dos Tributos – 1929-2007

Base Tributária	Decreto 15.783/22 (1929-1939)	Decreto Lei 2.416/40 (1940-1963)	Lei 4.320/64 (1964-2007)
Patrimônio	Emolumentos Sobre Títulos da Terra Imposto Territorial	Emolumentos sobre Títulos de Terras Imposto Territorial	Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotivos
Renda	Imposto Sobre Capital Hipotecário		Imposto Adicional Sobre Lucros, Ganhos e Rendimentos de Capital Imposto Sobre Renda Prov. De Qualquer Natureza
Vendas de Mercadorias e Serviços	Imposto Sobre Indústria e Profissões Imposto sobre vendas e consignações Imposto de exportação para o exterior Imposto de exportação interior e exterior Imposto do selo estadual Imposto do selo de estampilhas Imposto do selo por verba e desconto Imposto do selo da taxa de diversão Imposto de patente de bebidas e fumo Imposto sobre movimento comercial e industrial Imposto de importação para o interior Imposto de viação férrea	Imposto sobre Indústrias e Profissões Imposto sobre Vendas e Consignações Imposto sobre Exportação Imposto do Selo Imposto do Selo sobre o Papel Imposto sobre Bebidas Alcoólicas Imposto sobre Tabacos e Derivados Imposto de Minério	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de mercadorias e Sobre Prestação de Serviços
Vendas de Ativos Reais ou Financeiros	Imposto de Heranças e Legados Imposto de Transmissão de Propriedade	Imposto sobre Transação e Inversão de Capitais Imposto sobre Transmissão de Propriedade "causa mortis" Imposto sobre Transmissão de Propriedade Imóvel "inter-vivos" Imposto sobre Transmissões de Propriedade Imposto de heranças e legados	Imposto Sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis
Outros	Imposto de trânsito Imposto de expediente para o interior Imposto de expediente para o exterior Imposto de expediente para o interior e exterior		

(continua)

Quadro 5 - Evolução Base Econômica dos Tributos – 1929-2007

(continuação)

	Decreto 15.783/22 (1929-1939)	Decreto Lei 2.416/40 (1940-1963)	Lei 4.320/64 (1964-2007)
Taxas	Taxa judiciária	Taxa sobre Registro de Veículos Taxa do Serviço de Trânsito (Transporte) Taxa sobre Veículos Automotores Particulares Passageiros Taxa de Saúde Taxa de Educação e Saúde Taxa de Expediente Taxa de Aposentadoria e Pensões dos Serventuários da Justiça Taxa de Assistência à Indústria Local Taxas Judiciárias Taxa de Metragem Taxa de Cais Taxa de Classificação do Fumo Taxa de Classificação da Farinha de Mandioca Taxa de Classificação de Produtos Vegetais	Taxas Pelo Exercício do Poder de Polícia Taxas Pela Prestação de Serviços

Fonte: Relatórios, Mensagens e Balanços do Estado de Santa Catarina. Elaboração da autora.

4.4 Receita Tributária x Receita Total

Esta seção tem por objetivo estabelecer uma relação entre a receita tributária e a receita total. A Tabela 1 apresenta a participação da receita tributária na composição da receita orçamentária total do estado de Santa Catarina, no período 1929-2007.

A Tabela 1 indica a grande relação entre o total de receita e a receita tributária, ao apontar que esta corresponde, em média, a 76,53% daquela. Resultado que mostra a importância da arrecadação tributária para compor os recursos catarinenses. Fica claro, conseqüentemente, como as alterações feitas no arcabouço tributário, ao longo do período estudado, tanto por criação e extinção de tributos quanto pela mudança das alíquotas dos já existentes ou por alterações na competência tributária, trouxeram conseqüências diretas à receita catarinense.

Tabela 1 – Participação da Receita Tributária na Composição da Receita Orçamentária do Estado de SC – 1929-2007

Ano	Receita Tributária	%	Receita Orçamentária Total	%
1929 (Rs\$)	14.751:783\$000	76,54	19.274:996\$000	100
1930 (Rs\$)	-	-	-	-
1931 (Rs\$)	14.656:141\$041	85,08	17.226:804\$306	100
1932 (Rs\$)	15.619:405\$876	84,74	18.433:172\$351	100
1933 (Rs\$)	14.751:821\$510	83,79	17.605:270\$378	100
1934 (Rs\$)	15.661:141\$550	86,56	18.093:663\$650	100
1935 (Rs\$)	17.705:070\$300	84,07	21.060:278\$332	100
1936 (Rs\$)	20.594:694\$600	82,88	24.850:282\$411	100
1937 (Rs\$)	27.736:889\$600	88,47	31.350:975\$100	100
1938 (Rs\$)	34.383:080\$600	89,90	38.247:018\$400	100
1939 (Rs\$)	37.688:713\$600	91,02	41.408:506\$400	100
1940 (Rs\$)	36.056:937\$900	89,18	40.430:498\$100	100
1941 (Rs\$)	41.200:258\$000	86,66	47.544:959\$900	100
1942 (Cr\$)	49.400.736,80	86,22	57.295.394,00	100
1943 (Cr\$)	59.759.830,00	89,25	66.955.473,74	100
1944 (Cr\$)	73.512.710,90	88,74	82.840.355,20	100
1945 (Cr\$)	82.982.441,80	90,15	92.048.451,90	100
1946 (Cr\$)	106.228.219,50	91,91	115.572.613,90	100
1947 (Cr\$)	143.333.791,60	94,89	151.051.258,16	100
1948 (Cr\$)	162.256.057,60	94,76	171.232.445,60	100
1949 (Cr\$)	174.363.679,20	92,19	189.130.409,50	100
1950 (Cr\$)	226.962.596,10	96,21	235.900.991,40	100
1951 (Cr\$)	290.394.245,10	93,02	312.190.248,30	100
1952 (Cr\$)	323.884.219,10	94,97	341.048.482,50	100
1953 (Cr\$)	435.865.986,30	92,64	470.516.253,70	100
1954 (Cr\$)	556.156.860,90	96,14	578.477.310,50	100
1955 (Cr\$)	757.273.297,60	96,69	783.228.418,10	100
1956 (Cr\$)	948.584.753,70	83,07	1.141.842.270,80	100
1957 (Cr\$)	1.232.772.566,20	77,43	1.592.014.356,00	100
1958 (Cr\$)	1.457.283.460,60	77,92	1.870.279.171,40	100
1959 (Cr\$)	1.961.227.470,40	74,17	2.644.145.025,70	100
1960 (Cr\$)	-	-	-	-
1961 (Cr\$)	4.445.605.126,50	73,85	6.019.417.774,60	100
1962 (Cr\$)	7.494.884.854,20	65,65	11.416.950.111,30	100
1963 (Cr\$)	14.745.718.217,30	65,82	22.402.773.029,50	100
1964 (Cr\$)	38.282.549.470,50	89,84	42.613.141.878,90	100
1965 (Cr\$)	61.495.125.742,00	83,98	73.227.823.173,00	100
1966 (Cr\$)	92.539.241.957,00	88,42	104.663.471.927,00	100
1967 (NCr\$)	108.129.576,64	79,07	136.756.717,78	100
1968 (NCr\$)	168.562.029,47	68,24	247.030.376,15	100
1969 (NCr\$)	225.597.155,68	79,61	283.391.237,68	100
1970 (Cr\$)	353.104.627,25	83,79	421.411.077,15	100
1971 (Cr\$)	446.714.954,48	73,86	604.846.007,05	100
1972 (Cr\$)	618.588.755,26	69,89	885.137.691,01	100
1973 (Cr\$)	872.462.841,94	79,66	1.095.224.048,80	100
1974 (Cr\$)	1.260.854.317,08	75,73	1.664.898.976,25	100
1975 (Cr\$)	1.635.994.166,71	59,44	2.752.421.235,84	100

Tabela 1 – Participação da Receita Tributária na Composição da Receita Orçamentária do Estado de SC – 1929-2007

(continuação)

Ano	Receita Tributária	%	Receita Orçamentária Total	%
1976 (Cr\$)	2.331.083.873,53	62,19	3.748.033.571,63	100
1977 (Cr\$)	3.862.458.039,49	68,34	5.651.738.392,11	100
1978 (Cr\$)	6.069.069.162,47	57,43	10.567.109.262,96	100
1979 (Cr\$)	10.274.110.632,10	66,71	15.401.546.525,27	100
1980 (Cr\$)	22.388.103.770,64	73,37	30.514.257.892,47	100
1981 (Cr\$)	35.099.846.716,31	61,12	57.424.761.235,14	100
1982 (Cr\$)	91.154.712.753,04	62,08	146.834.129.234,95	100
1983 (Cr\$)	182.527.191.302,67	58,57	311.653.975.671,37	100
1984 (Cr\$)	627.907.686.252,44	67,6	928.860.692.042,50	100
1985 (Cr\$)	2.716.734.765.050,00	79,59	3.413.268.447.267,00	100
1986 (Cz\$)	8.836.815.547,00	78,44	11.266.138.398,00	100
1987 (Cz\$)	25.338.719.917,00	64,57	39.243.811.130,00	100
1988 (Cz\$)	158.524.332.216,00	58,55	270.759.962.119,95	100
1989 (NCz\$)	2.959.644.894,00	58,05	5.098.127.423,00	100
1990 (Cr\$)	88.693.062.089,00	72,69	122.010.148.579,00	100
1991 (Cr\$)	375.046.733.992,00	76,88	487.835.614.047,00	100
1992 (Cr\$)	3.890.827.889.112,00	68,93	5.644.489.911.172,00	100
1993 (CR\$)	80.544.476.179,00	68,20	118.099.484.935,00	100
1994 (R\$)	932.994.919,00	63,23	1.475.658.049,00	100
1995 (R\$)	1.740.293.411,00	74,53	2.335.079.454,00	100
1996 (R\$)	1.967.970.908,00	55,23	3.563.393.672,00	100
1997 (R\$)	2.099.260.997,00	62,3	3.369.524.889,00	100
1998 (R\$)	2.100.009.853,00	70,79	2.966.471.545,00	100
1999 (R\$)	2.357.603.655,00	70,74	3.332.697.711,00	100
2000 (R\$)	2.944.401.812,23	57,55	5.115.969.443,94	100
2001 (R\$)	3.505.135.405,76	79,40	4.414.511.924,28	100
2002 (R\$)	3.852.972.585,69	61,08	6.307.561.189,12	100
2003 (R\$)	4.656.210.813,83	67,87	6.860.161.171,52	100
2004 (R\$)	5.818.026.523,40	76,80	7.575.521.950,28	100
2005 (R\$)	6.583.636.706,20	73,63	8.941.937.005,66	100
2006 (R\$)	7.063.712.448,51	90,04	7.845.362.807,80	100
2007(R\$)	8.070.509.401,98	86,77	9.300.955.511,89	100

Fonte: Relatórios, Mensagens e Balanços do Estado de Santa Catarina. Elaboração da autora.

* Os dados referentes aos anos 1930 e 1960 não foram encontrados.

4.5 Evolução da Receita Tributária do Estado de Santa Catarina

Esta seção tem por objetivo analisar a evolução da receita tributária do Estado de Santa Catarina, no período 1929-2007, no contexto da evolução das economias brasileira e catarinense. Para efeito desta análise considerar-se-á a base econômica dos tributos, conforme

apresentado no Quadro 5, para que então se consiga comparar os anos desta longa série em estudo neste trabalho, mesmo diante das mudanças na estrutura da receita, bem como das alterações de moeda ocorridas no período.

Conforme já foi explicado, os dados para análise foram divididos em três períodos, 1929-1939, 1940-1963 e 1964-2007, levando em consideração as mudanças de classificação da receita orçamentária, expostas anteriormente.

4.5.1 Evolução da Receita Tributária do Estado de Santa Catarina – 1929-1939

Nesta seção serão apresentados os dados que apresentam a evolução da receita tributária do estado de Santa Catarina, considerando a base econômica dos tributos, no período 1929-1939.

O período 1929-1939 marca um período de bom desempenho da economia brasileira. Apesar da crise que afetava a economia mundial, inclusive o Brasil, a recuperação das taxas de crescimento do país foi relativamente rápida. Em 1931, a taxa de crescimento do produto real era de 5,1% e em 1932 era de 4% ao ano; e nos anos 1933 e 1934 esta taxa era de 9% ao ano. Entre 1937 e 1939 a taxa média do produto brasileiro foi de 3,5% ao ano. Este bom desempenho da economia é atribuído às políticas econômicas do Governo Provisório, que tinha como presidente Getúlio Vargas. No fim da década, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o desempenho do PIB piorou. A taxa de crescimento no período 1939-1942 foi de 0,4% ao ano, especialmente por conta do péssimo desempenho da agricultura.

As Tabelas 2 e 3 apresentam os dados da receita tributária a partir da consideração da base econômica dos impostos, referentes ao período 1929-1939. Estas tabelas apresentam os dados da receita tributária em valores em moeda corrente da época, e em percentuais.

No que se refere à evolução da receita tributária de Santa Catarina, até 1934 a principal fonte de receita dos estados era o Imposto de Exportação. Com a Constituição de 1934, o Imposto sobre Vendas e Consignações passa a ser a principal fonte de arrecadação destes entes federados.

Todavia, tanto o Imposto de Exportação quanto o Imposto sobre Vendas e Consignações são impostos que incidem sobre a venda de mercadorias e serviços.

Tabela 2 – Evolução Receita Tributária do Estado de Santa Catarina considerando a Base Econômica dos Tributos – 1929-1939 – Valores em Moeda Corrente

Conto de réis (1.000)

Ano	Valores em moeda corrente						
	Patrimônio	Renda	Vendas Mercadorias e Serviços	Vendas de Ativos	Outros	Taxas	Total
1929	3.250,00	-	9.150,00	2.000,00	250,00	95,20	14.750,00
1930*	-	-	-	-	-	-	-
1931	3.000,00	0	8.950,00	1.500,00	250,00	180,00	13.900,00
1932	3.400,00	0	9.000,00	1.700,00	280,00	407,00	14.800,00
1933	3.300,00	200,00	8.600,00	1.200,00	245,00	370,00	13.900,00
1934	3.340,00	198,00	9.100,00	1.250,00	295,00	340,00	14.500,00
1935	3.500,00	187,20	10.600,00	1.500,00	280,00	358,00	16.400,00
1936	3.500,00	-	12.600,00	1.800,00	255,00	317,00	18.500,00
1937	3.600,00	-	18.600,00	2.250,00	310,00	398,00	25.150,00
1938	3.800,00	-	25.700,00	3.100,00	405,00	520,00	33.500,00
1939	5.050,00	-	27.400,00	3.150,00	480,00	530,00	36.600,00

Fonte: Mensagens, Relatórios e Balanços Gerais do Estado de Santa Catarina. Elaboração da autora.

* Os dados referente ao ano 1930 não foram encontrados

Tabela 3 – Evolução Receita Tributária do Estado de Santa Catarina considerando a Base Econômica dos Tributos – 1929-1939 – Porcentagem

(%)

Ano	Porcentagem						
	Patrimônio	Renda	Vendas Mercadorias e Serviços	Vendas de Ativos	Outros	Taxas	Total
1929	22	-	62	13	2	1	100
1930*	-	-	-	-	-	-	-
1931	22	0	64	11	2	1	100
1932	23	0	61	11	2	3	100
1933	24	1	62	9	2	2	100
1934	23	1	63	9	2	2	100
1935	21	1	65	9	2	2	100
1936	19	-	68	10	1	2	100
1937	14	-	74	9	1	2	100
1938	11	-	77	9	1	2	100
1939	14	-	75	9	1	1	100

Fonte: Mensagens, Relatórios e Balanços Gerais do Estado de Santa Catarina. Elaboração da autora.

* Os dados referente ao ano 1930 não foram encontrados.

Desta forma, mesmo com a alteração da principal fonte de receita dos estados, sob a ótica da base econômica dos tributos, os impostos sobre vendas de mercadorias e serviços são os impostos que apresentaram maior importância na composição do total da receita tributária do estado de Santa Catarina durante todo o período 1929-1939.

Depois dos impostos que incidem sobre a venda de mercadorias e serviços, os impostos com maior participação no total da receita tributária do estado de Santa Catarina são os impostos que incidem sobre o patrimônio. No que se refere aos impostos sobre o patrimônio, merece destaque, no período 1929-1939, o Imposto Territorial. Estes impostos, porém, vão perdendo importância durante o período observado.

Na seqüência, os impostos sobre a venda de ativos são os terceiros com maior participação na composição da receita tributária de Santa Catarina, no período 1929-1939. Nesta categoria, merece destaque os Impostos sobre Transmissão de Propriedade. Todavia, deve-se ressaltar que tais impostos perdem importância ao longo do período.

Os impostos classificados como outros neste trabalho apresentaram uma pequena participação no total da receita tributária do estado.

Os impostos sobre renda apresentaram uma participação bastante insignificante no total da receita tributária catarinense. Sobre esta rubrica estava o Imposto sobre Capital hipotecário, o qual só foi registrado nos anos 1933, 1934 e 1935, sendo abolido em 1936.

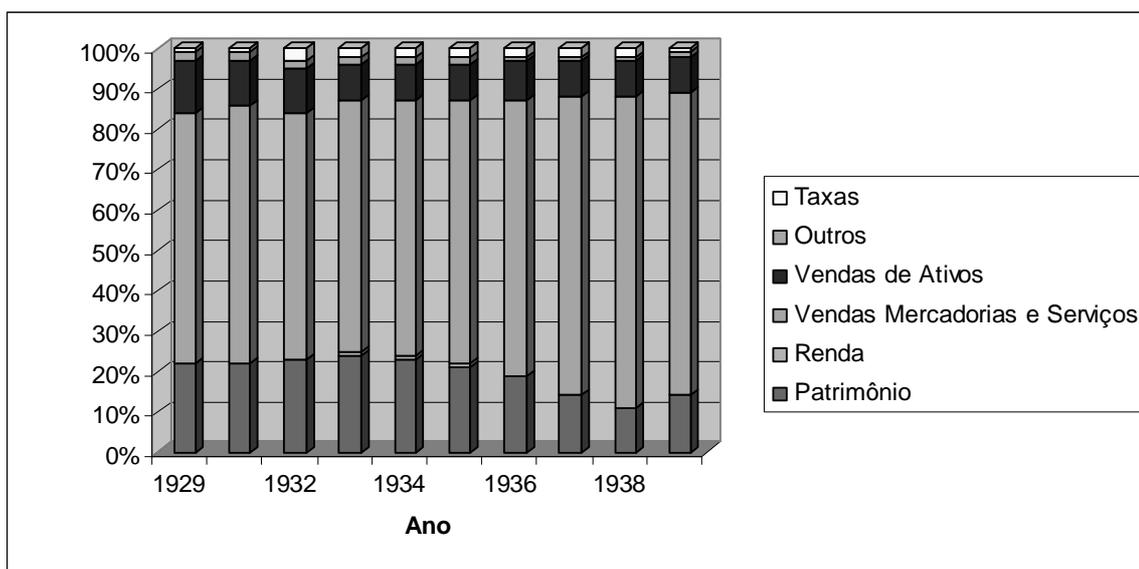
A análise da evolução da receita tributária do estado de Santa Catarina, considerando a base econômica dos tributos, fica clara a partir da observação do Gráfico 2, o qual foi elaborado a partir da Tabela 3.

Observa-se que, à exceção do ano de 1932, no qual a participação dos impostos sobre venda de mercadorias e serviços apresentou uma pequena redução em relação ao ano anterior, em todos os anos de 1929 até 1939 a participação dos impostos que incidem sobre vendas de mercadorias aumentou em relação ao total da receita tributária do estado. E, sem dúvida, estes impostos apresentam grande destaque, representando em média de 67% no total da receita tributária, sendo que no fim do período eles representavam 75% do total da receita tributária de Santa Catarina. Desta forma, verificou-se que os impostos sobre vendas de mercadorias e serviços cresceram em participação mesmo em períodos em que o PIB brasileiro piorava, como é o caso do período 1937-1939. Tal comportamento pode ser atribuído à mudança legal, visto que em 1937 foi promulgada a Constituição de 1937, a qual trouxe algumas modificações ao sistema tributário brasileiro.

No que trata dos impostos sobre o patrimônio, estes representam, em média, 19% do total da receita tributária do estado de Santa Catarina no período 1929-1939. Ao final deste

período esta participação, que era de 22% em 1929, representava apenas 14% do total da receita tributária do estado.

Gráfico 2 – Evolução Receita Tributária considerando a Base Econômica dos Tributos – 1929-1939



Fonte: Elaboração da autora a partir da Tabela 3.

Os impostos sobre vendas de ativos representavam em média 10% do total da receita tributária catarinense, no período 1929-1939, sendo observada uma pequena redução desta participação no período analisado.

Os impostos classificados como outros tiveram uma pequena participação, representando em média 1,6% da receita tributária total, no período estudado. Os impostos sobre a renda, só foram computados nos anos 1933, 1934 e 1935, representando, nestes anos, 1% do total da receita tributária de Santa Catarina.

As taxas representaram 1,8% do total da receita tributária catarinense, no período 1929-1939. Cabe aqui ressaltar que as taxas não apresentam base de cálculo. Desta forma, elas foram incluídas na análise por comporem o total da receita tributária.

4.5.2 Evolução da Receita Tributária do Estado de Santa Catarina – 1940-1963

Neste item serão apresentados os dados referentes à evolução da receita tributária do estado de Santa Catarina, considerando a base econômica dos tributos, no período 1940-1963.

No contexto da economia brasileira, 1940 marca uma importante alteração na forma de atuação do Estado, o qual passa da arena normativa da atividade econômica para a provisão de bens e serviços.

Após o desempenho ruim da economia no período 1939-1942, a taxa de crescimento do PIB recupera-se, alcançando 6,4% ao ano nos anos 1942-1945.

É importante ressaltar que em 1942, Mil-Réis foi substituído pelo Cruzeiro, o que acarretou um expressivo aumento da liquidez na economia.

Em 1946, sob o governo Dutra, o país adota um modelo de desenvolvimento industrial com crescente participação do governo, ainda que indireta.

No período 1945-1955, tem-se uma considerável expansão do PIB brasileiro. A taxa de investimento médio da economia se elevou, refletindo o avanço do processo de industrialização e a expansão dos investimentos públicos no setor de infra-estrutura.

Em 1956, Juscelino Kubitschek assume a presidência do país. O plano de governo de Juscelino priorizava a aceleração do desenvolvimento econômico. Ainda em 1956, é lançado o Plano de Metas, um plano que contemplava investimentos em setores apontados pelo governo como importantes para o desenvolvimento econômico.

O comportamento do PIB no período do governo JK foi bastante favorável. Após uma taxa de crescimento modesta de 2,9% em 1956, a economia brasileira cresceu, respectivamente, 7,7%, 10,8%, 9,8% e 9,4%, entre 1957 e 1960. Este período é também marcado por significativas mudanças estruturais.

Em 1961, o PIB cresceu 8,6%, embora estivesse acompanhado de significativa escalada do patamar inflacionário. Já em 1962 e 1963 a taxa de crescimento da economia apresenta queda.

No contexto da história econômica catarinense, o período que se inicia em meados da década de 1940 até 1962, apresenta-se como um período transitório para a fase da integração e consolidação da indústria catarinense, o qual é caracterizado pela diversificação e ampliação

da base produtiva. No entanto, a falta de energia, de recursos financeiros e de infra-estrutura adequada limitava o movimento de ampliação e diversificação da base produtiva catarinense.

As Tabelas 4 e 5 apresentam os dados da evolução da receita tributária de Santa Catarina, no período 1940-1963, levando em conta a base tributária. Estas tabelas apresentam os dados em valores expressos em moeda corrente da época, e em percentuais.

Analisando-se os dados referentes à evolução da receita tributária de Santa Catarina no período 1940-1963, apresentados nas Tabelas 4 e 5, observa-se que os impostos que incidem sobre vendas de mercadorias e serviços destacam-se na composição da receita tributária total, representando a maior parte deste total, assim como no período anterior. A participação destes impostos em relação ao total de receita cresce durante praticamente todo o período, à exceção do ano de 1963, e o principal imposto que tem como base a venda de mercadorias e serviços, no período 1940-1963 é o Imposto de Venda e Consignações.

No início do período 1940-1963, os impostos que incidem sobre o patrimônio eram os segundos em importância na composição da receita tributária total de Santa Catarina, graças, sobretudo, ao Imposto Territorial.

Todavia, a partir de 1950 os impostos que incidem sobre o patrimônio perdem importância em relação ao total da receita tributária catarinense, e dão lugar os impostos incidentes sobre vendas de ativos.

A partir de 1951, os impostos sobre vendas de ativos ganham importância na formação da receita tributária total especialmente pelo aumento relativo do Imposto sobre Transmissão de Propriedade “Causa Mortis” e do Imposto sobre Transmissão de Propriedade Imóvel “Inter Vivos”.

No entanto, cabe ressaltar que, apesar do exposto, tanto os impostos que incidem sobre o patrimônio, quanto os impostos que incidem sobre vendas de ativos foram perdendo importância na composição do total da receita tributária do estado de Santa Catarina no período 1940-1963, redução esta que já era observada no período anterior.

As taxas apresentam um aumento de importância na participação da receita tributária total de Santa Catarina no período 1940-1963, em relação ao período anterior, embora durante o período esta importância vá diminuindo. Todavia, a partir de 1961, especialmente em 1963, a participação das taxas no total na receita tributária catarinense aumenta substancialmente, devido às Taxas do Serviço de Trânsito.

Tabela 4 – Evolução Receita Tributária do Estado de Santa Catarina considerando a Base Econômica dos Tributos – 1940-1963 – Valores em Moeda Corrente

Ano	Valores correntes					
	Patrimônio	Renda	Vendas Mercadorias e Serviços	Vendas de Ativos	Taxas	Total
Conto de réis (1.000)						
1940	5.000,00	-	26.300,00	2.700,00	2.100,00	36.100,00
1941	5.100,00	-	30.000,00	3.500,00	2.600,00	41.200,00
Cruzeiro (1.000)						
1942	5.500,00	-	37.000,00	4.300,00	3.300,00	50.000,00
1943	5.500,00	-	45.400,00	5.500,00	3.400,00	60.000,00
1944	7.300,00	-	55.500,00	8.050,00	2.700,00	74.000,00
1945	7.500,00	-	65.100,00	7.900,00	2.600,00	83.000,00
1946	7.700,00	-	86.500,00	9.500,00	2.500,00	106.200,00
1947	8.500,00	-	122.500,00	7.500,00	4.900,00	144.000,00
1948	9.900,00	-	139.000,00	8.700,00	4.700,00	162.000,00
1949	10.300,00	-	150.000,00	9.400,00	4.700,00	174.400,00
1950	10.600,00	-	200.000,00	11.100,00	5.300,00	227.000,00
1951	10.900,00	-	258.000,00	17.800,00	3.700,00	290.400,00
1952	14.900,00	-	283.500,00	20.000,00	5.500,00	324.000,00
1953	15.190,00	-	390.000,00	24.600,00	6.110,00	436.000,00
1954	15.200,00	-	507.000,00	28.000,00	6.000,00	556.000,00
1955	16.100,00	-	700.000,00	33.800,00	7.400,00	757.300,00
1956	18.600,00	-	879.000,00	42.500,00	8.500,00	949.000,00
1957	24.100,00	-	1.131.000,00	58.700,00	19.000,00	1.233.000,00
1958	27.150,00	-	1.350.000,00	64.000,00	15.900,00	1.457.000,00
1959	35.807,00	-	1.825.000,00	74.500,00	25.900,00	1.961.000,00
1960*	-	-	-	-	-	-
1961	44.000,00	-	4.190.000,00	134.700,00	77.900,00	4.446.600,00
1962	2,50	-	6.930.000,00	134.500,00	430.000,00	7.495.000,00
1963	12,80	-	11.980.000,00	373.800,00	2.400.000,00	14.750.000,00

Fonte: Mensagens, Relatórios e Balanços Gerais do Estado de Santa Catarina. Elaboração da autora.

* Os dados referente ao ano 1960 não foram encontrados.

Tabela 5 – Evolução Receita Tributária do Estado de Santa Catarina considerando a Base Econômica dos Tributos – 1940-1963 - Porcentagem

Ano	Porcentagem					(%)
	Patrimônio	Renda	Vendas Mercadorias e Serviços	Vendas de Ativos	Taxas	Total
1940	14	-	73	7	6	100
1941	12	-	73	8	7	100
1942	11	-	74	9	6	100
1943	9	-	76	9	6	100
1944	1	-	75	11	4	100
1945	9	-	78	10	3	100
1946	7	-	81	9	2	100
1947	6	-	85	5	3	100
1948	6	-	86	5	3	100
1949	6	-	86	5	3	100
1950	5	-	88	5	2	100
1951	4	-	89	6	1	100
1952	5	-	88	6	2	100
1953	3	-	89	6	1	100
1954	3	-	91	5	1	100
1955	2	-	92	4	1	100
1956	2	-	93	4	1	100
1957	2	-	92	5	2	100
1958	2	-	93	4	1	100
1959	2	-	93	4	1	100
1960*	-	-	-	-	2	100
1961	1	-	94	3	2	100
1962	0	-	92	2	6	100
1963	0	-	81	3	16	100

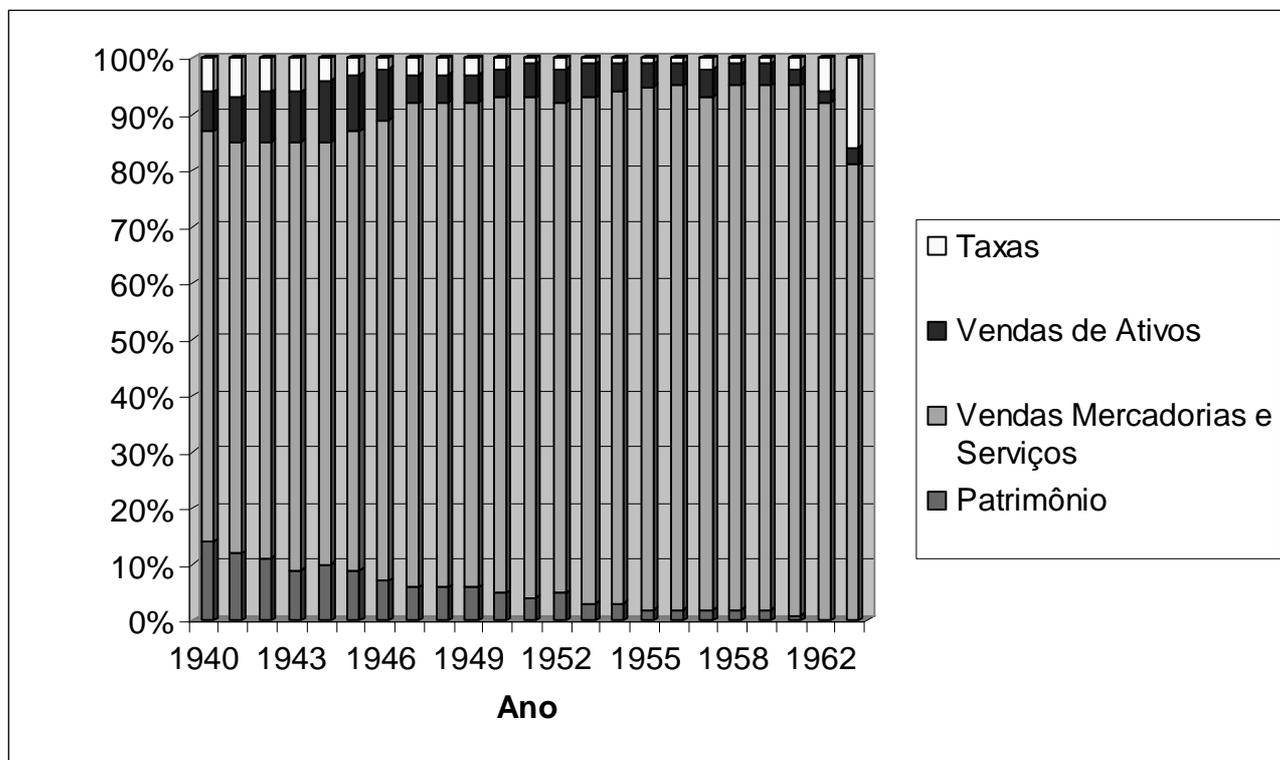
Fonte: Mensagens, Relatórios e Balanços Gerais do Estado de Santa Catarina. Elaboração da autora.

* Os dados referente ao ano 1960 não foram encontrados.

A partir do Gráfico 3, o qual foi elaborado a partir dos dados da Tabela 5, é possível analisar melhor a evolução da receita tributária do estado de Santa Catarina, considerando a base econômica dos tributos.

Fica evidente que os impostos que incidem sobre vendas de mercadorias e serviços tem a maior parte na composição da receita tributária total de Santa Catarina, representando em média 89% do total desta receita. Constatou-se que, entre 1940 e 1942, período em que o desempenho do produto brasileiro não foi muito bom (devido à eclosão de Segunda Guerra Mundial), a participação destes impostos na composição da receita tributária total manteve-se estável, em 73%.

Gráfico 3 – Evolução Receita Tributária considerando a Base Econômica dos Tributos – 1940-1963



Fonte: Elaboração da autora a partir da Tabela 5.

Além disso, observa-se claramente a perda de importância dos impostos que incidem sobre o patrimônio no período 1940-1963, os quais representavam 14% no início do período e passam a ter uma participação praticamente nula em 1963. Em média, a participação dos impostos sobre o patrimônio no total da receita foi de 5,5% no período analisado.

Assim como no caso dos impostos que tem como base o patrimônio, observa-se a perda de importância dos impostos que incidem sobre vendas de ativos na composição do total da receita tributária de Santa Catarina.

Os impostos sobre vendas de ativos representavam em média 6% do total da receita tributária catarinense no período 1940-1963.

No que se refere ao comportamento das taxas ao longo do período observado, constata-se que entre 1940 e 1961 as taxas apresentam considerável perda de participação na composição da receita tributária total do estado de Santa Catarina. Mas a partir deste último ano elas se recuperam e, em 1963, representavam 16% do total da receita, em detrimento dos impostos que incidem sobre vendas de mercadorias e serviços, que neste último ano

representaram 81% da receita tributária total. Em média, as taxas representaram 3,6% do total da receita tributária catarinense no período 1940-1963.

4.5.3 Evolução da Receita Tributária do Estado de Santa Catarina – 1964-2007

Por fim, nesta seção serão apresentados os dados que tratam sobre a evolução da receita tributária do estado de Santa Catarina, considerando a base econômica dos tributos, no período 1964-2007.

Durante 1963 e até o início de 1964, a economia brasileira viveu um período de estagnação combinado com inflação. O período de 1964 até 1967 foi um período de ajuste conjuntural e estrutural da economia. O governo lançou o Paeg, o Plano de Ação Econômica do Governo, além de ter promovido importantes reformas estruturais, entre elas a reforma tributária, a qual provocou um aumento da carga tributária brasileira.

Assim, atividade econômica se recuperou, ainda que o crescimento tenha se dado a taxas moderadas no período 1964-67, 4,2% ao ano.

Em 1968, a economia brasileira iniciou um período de crescimento acelerado, que durou até 1973, o qual ficou conhecido como “milagre econômico”. Neste período, o PIB cresceu a uma taxa média de 11% ao ano.

Nos anos 1979 e 1980, o crescimento da economia manteve com força, em média 8% ao ano. Todavia, já em 1981 tem-se início um longo período de estagnação econômica no Brasil que se estendeu até a década de 1990, e que caracterizou os anos 80 como a “década perdida”.

No período 1985-89, conhecido como “Nova República”, foram lançados três planos de estabilização, todavia todos eles foram malsucedidos. Neste período, o crescimento médio do PIB ficou em 4,3%,

No período 1990-1994 o crescimento médio do PIB foi baixo, correspondendo a 1,3% ao ano. Em 1994 o governo lança o Plano Real, o qual foi responsável pela estabilização da economia brasileira.

No período 1995-1998, o PIB apresentou um crescimento médio anual de 2,6%. A partir do início de 1999, o país começa um processo de retomada de crescimento e, já no ano 2000, a economia cresceu mais 4%.

Em 2001 a economia foi prejudicada por crises internas e externas, o que se refletiu em baixas taxas de crescimento do produto. No período 1999-2002 este crescimento foi de 2,1%.

Depois da desaceleração de 2003 o país se recuperou e cresceu 5,7%, 3,2% e 3,7% em 2004, em 2005 e em 2006. Já em 2007, o PIB cresceu 5,4%.

No contexto da economia catarinense, o período pós-1990 é caracterizado pela abertura comercial e financeira e pela desregulamentação da economia. Este período é também caracterizado pela redução da atuação do Estado e por mudanças estruturais significativas.

No que se refere ao sistema tributário brasileiro, em meados da década de 1960 foi promovida uma reforma, cujos objetivos eram solucionar o problema do déficit fiscal e estimular o crescimento econômico.

Esta reforma procurou também melhorar a qualidade do sistema tributário. O Brasil passou a ter um dos sistemas tributários mais modernos do mundo, na época, especialmente pela mudança da sistemática da arrecadação, que passou a priorizar a tributação sobre o valor agregado e não mais os impostos em cascata.

Nesse sentido, foi criado na esfera estadual, o ICM (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias) em substituição ao Imposto de Vendas e Consignações. O imposto criado passa a ser a principal fonte de receita dos estados.

Todavia, na década de 1970 o sistema tributário brasileiro começa a mostrar sinais de exaustão, além disso, estados e municípios começam a reagir quanto à falta de autonomia, originada com as reformas da década anterior.

Nesse contexto a Constituição de 1988 promove mudanças importantes para o sistema tributário do país. A Constituição promoveu o aumento do grau de autonomia fiscal dos estados e municípios e a descentralização dos recursos tributários.

Na esfera estadual uma alteração importante foi a criação do ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação), em substituição ao ICM.

Os dados que tratam sobre a evolução da receita tributária do estado de Santa Catarina, considerando a base econômica dos tributos, no período 1964-2007, são apresentados nas Tabelas 6 e 7.

No início do período 1964-2007, assim como no final do período anterior, os impostos que tem como base vendas de mercadorias e serviços perderam importância na composição da receita tributária total de Santa Catarina, em detrimento das taxas, embora ainda

representassem a maior parte daquela receita. A partir de 1967, como resultado da reforma do sistema tributário brasileiro que ocorreu na década de 1960, os impostos que incidem sobre vendas de mercadorias e serviços aumentaram consideravelmente sua participação na composição da receita tributária total. Observa-se uma pequena perda de participação, a partir do ano 2002, a qual está relacionada com o aumento de participação das taxas na formação da receita tributária catarinense. O principal imposto que tem como base vendas de serviços e mercadorias no período 1964-2007 é inicialmente o ICM, o qual é substituído pelo ICMS na década de 1980.

Os impostos que incidem sobre vendas de ativos, no período 1964-2007, são representados pelo Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis e pelo Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens e Direitos, e foram observados durante todo o período, apesar da pouca participação no total da receita tributária do estado.

No que se refere aos impostos que tem como base o patrimônio, estes passam a ser registrados apenas a partir de 1986, através de Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotivos. Entretanto, desde então estes impostos aumentaram sua participação na composição da receita tributária do estado de Santa Catarina.

Os impostos que incidem sobre a renda foram registrados no período entre 1989 e 1995, representados pelo Imposto Adicional sobre Lucros, Ganhos e Rendimentos de Capital. A partir de 2002 passa a ser computado novamente um imposto que tem como base a renda, desta vez é o Imposto Sobre Renda de Qualquer Natureza.

As taxas apresentaram expressiva participação na composição da receita tributária catarinense nos anos 1964-1966. Todavia durante quase todo o período estudado, esta participação foi bastante modesta, apesar da pequena recuperação a partir de 2002.

Tabela 6 – Evolução Receita Tributária do Estado de Santa Catarina considerando a Base Econômica dos Tributos – 1964-2007 – Valores em Moeda Corrente

Ano	Valores correntes					
	Patrimônio	Renda	Vendas Mercadorias e Serviços	Vendas de Ativos	Taxas	Total
Cruzeiro (1.000.000)						
1964	-	-	22.900,00	59,20	15.300,00	38.300,00
1965	-	-	37.300,00	93,40	24.100,00	61.500,00
1966	-	-	53.300,00	160,60	39.000,00	92.500,00
Cruzeiro Novo (1.000.000)						
1967	-	-	101,40	0,85	5,95	108,20
1968	-	-	158,20	1,50	7,90	168,50
1969	-	-	212,40	1,75	10,90	225,60
Cruzeiro (1.000.000)						
1970	-	-	333,70	2,07	16,90	353,10
1971	-	-	413,00	2,80	30,90	446,70
1972	-	-	575,10	4,30	39,20	618,60
1973	-	-	847,00	9,00	16,50	872,50
1974	-	-	1.225,00	14,20	21,80	1.261,00
1975	-	-	1.585,50	19,00	31,50	1.636,00
1976	-	-	2.255,50	29,00	46,50	2.331,00
1977	-	-	3.752,00	42,80	67,70	3.862,50
1978	-	-	5.900,00	68,00	101,00	6.069,00
1979	-	-	10.016,00	112,00	146,00	10.274,00
1980	-	-	21.935,00	231,00	224,00	22.390,00
1981	-	-	34.475,00	216,00	409,00	35.100,00
1982	-	-	89.500,00	713,30	933,00	91.150,00
1983	-	-	178.200,00	2.700,00	1.630,00	182.500,00
1984	-	-	617.100,00	6.550,00	4.300,00	627.000,00
1985	-	-	2.670.500,00	26.800,00	19.400,00	2.717.000,00
Cruzado (1.000.000)						
1986	186,00	-	8.480,00	105,00	65,00	8.837,00
1987	807,40	-	24.150,00	303,40	80,00	25.339,00
1988	2.554,00	-	154.000,00	1.775,00	436,90	158.500,00
Cruzado Novo (1.000.000)						
1989	32,00	10,10	2.900,00	6,45	19,40	3.000,00
Cruzeiro (1.000.000)						
1990	2.400,00	676,50	85.000,00	186,60	409,00	88.700,00
1991	10.284,00	2.170,00	360.000,00	662,00	1.910,00	375.000,00
1992	133.100,00	34.500,00	3.700.000,00	7.500,00	22.700,00	3.891.000,00
Cruzeiro Real (1.000.000)						
1993	2.546,00	288,20	76.700,00	171,70	871,60	80.500,00

(continua)

Fonte: Mensagens, Relatórios e Balanços Gerais do Estado de Santa Catarina. Elaboração da autora.

Tabela 6 – Evolução Receita Tributária do Estado de Santa Catarina considerando a Base Econômica dos Tributos – 1964-2007 – Valores em Moeda Corrente

(continuação)

Ano	Valores correntes					
	Patrimônio	Renda	Vendas Mercadorias e Serviços	Vendas de Ativos	Taxas	Total
Real (1.000.000,00)						
1994	31,50	0,00	894,00	2,10	5,80	933,00
1995	71,70	0,00	1.644,00	5,30	19,70	1.740,00
1996	86,50	-	1.873,50	6,05	1,95	1.968,00
1997	108,00	-	1.981,00	7,62	2,73	2.099,00
1998	128,00	-	1.963,00	6,53	2,60	2.100,00
1999	123,20	-	2.224,00	7,40	3,20	2.358,00
2000	165,30	-	2.693,50	7,06	68,50	2.950,00
2001	190,30	-	3.200,00	8,30	71,70	3.505,00
2002	232,00	148,30	3.370,00	11,45	92,90	3.853,00
2003	258,30	189,50	4.095,00	12,70	101,30	4.650,00
2004	302,40	212,00	5.175,00	17,20	110,50	5.800,00
2005	377,40	227,30	5.800,00	23,25	178,60	6.590,00
2006	460,00	332,90	6.000,00	24,80	206,80	7.064,00
2007	564,00	476,90	6.760,00	57,70	236,80	8.071,00

Fonte: Mensagens, Relatórios e Balanços Gerais do Estado de Santa Catarina. Elaboração da autora.

Tabela 7 – Evolução Receita Tributária do Estado de Santa Catarina considerando a Base Econômica dos Tributos – 1964-2007 - Porcentagem

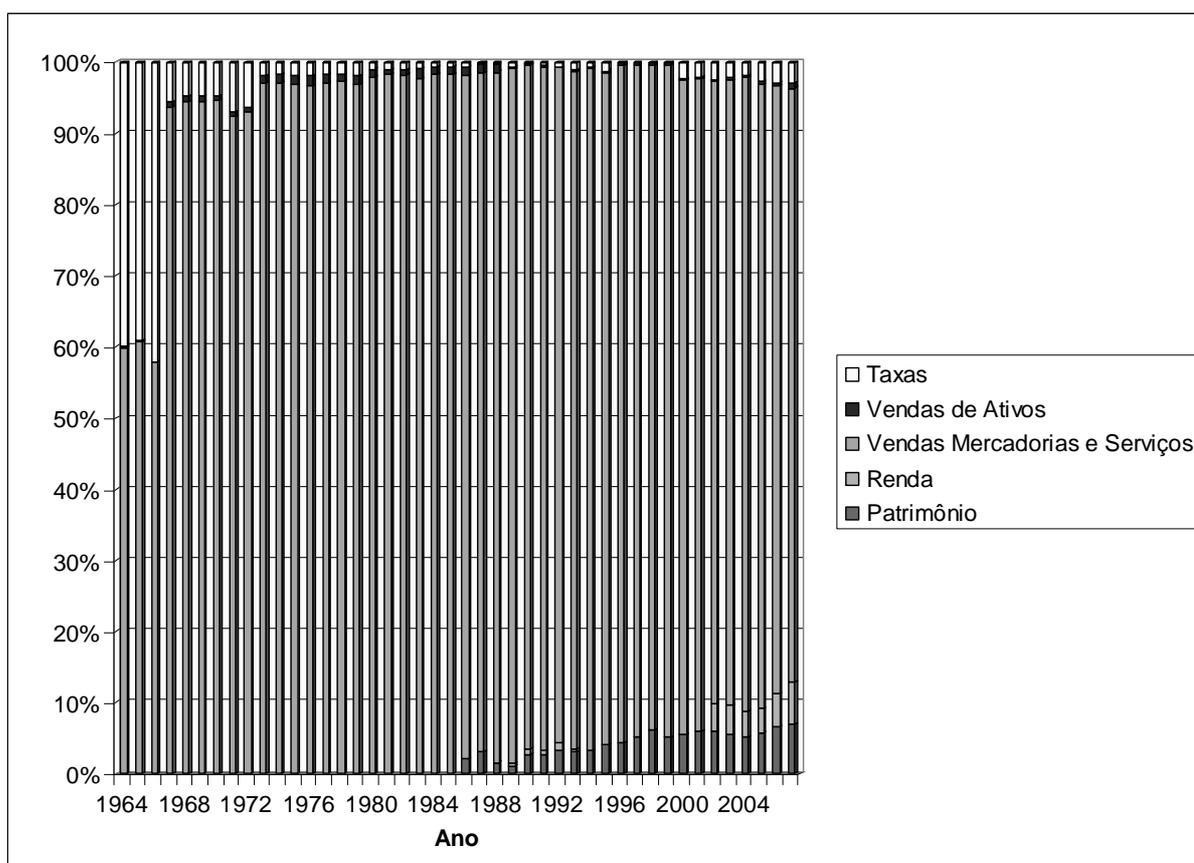
(%)

Ano	Porcentagem					
	Patrimônio	Renda	Vendas Mercadorias e Serviços	Vendas de Ativos	Taxas	Total
1964	-	-	60	0,2	40	100
1965	-	-	61	0,2	39	100
1966	-	-	58	0,2	42	100
1967	-	-	94	1	5	100
1968	-	-	94	1	5	100
1969	-	-	94	1	5	100
1970	-	-	95	1	5	100
1971	-	-	92	1	7	100
1972	-	-	93	1	6	100
1973	-	-	97	1	2	100
1974	-	-	97	1	2	100
1975	-	-	97	1	2	100
1976	-	-	97	1	2	100
1977	-	-	97	1	2	100
1978	-	-	97	1	2	100
1979	-	-	97	1	2	100
1980	-	-	98	1	1	100
1981	-	-	98	1	1	100
1982	-	-	98	1	1	100
1983	-	-	98	1	1	100
1984	-	-	98	1	1	100
1985	-	-	98	1	1	100
1986	2	-	96	1	1	100
1987	3	-	95	1	0	100
1988	2	-	97	1	0	100
1989	1	0,3	97	0,2	1	100
1990	2,7	0,8	96	0,2	0,3	100
1991	2,7	0,6	96	0,2	0,5	100
1992	3	1	95	0,2	0,6	100
1993	3	0,4	95	0,2	1,1	100
1994	3	0	96	0,2	0,6	100
1995	4	0	94	0,3	1,2	100
1996	4	-	95	0,3	0,1	100
1997	5	-	94	0,4	0,1	100
1998	6	-	93	0,3	0,1	100
1999	5	-	94	0,3	0,1	100
2000	6	-	91,3	0,2	2,3	100
2001	6	-	91,3	0,2	2	100
2002	6	4	87	0,3	2	100
2003	6	4	88	0,3	2	100
2004	5	4	89	0,3	2	100
2005	6	3	88	0,4	3	100
2006	7	5	85	0,4	3	100
2007	7	6	84	1	3	100

Fonte: Mensagens, Relatórios e Balanços Gerais do Estado de Santa Catarina. Elaboração da autora.

O Gráfico 4, elaborado a partir da Tabela 7, permite uma melhor visualização da evolução da receita tributária do estado de Santa Catarina, levando-se em conta a base econômica dos tributos.

Gráfico 4 – Evolução Receita Tributária considerando a Base Econômica dos Tributos – 1964-2007



Fonte: Elaboração da autora a partir da Tabela 7.

Fica evidente a perda de importância dos impostos sobre vendas de mercadorias e serviços no início do período analisado. Entre 1964 e 1966, os impostos sobre vendas de mercadorias e serviços representaram, em média, 60% da receita tributária catarinense, embora ainda representassem a maior parte desta. A partir daí, estes impostos aumentam sua participação e, entre 1966 e 2007, eles representaram, em média, 91% da receita tributária catarinense.

É notável também a elevada participação das taxas na composição da receita tributária total no início do período analisado, representando, em média, 40% desta receita entre 1964-1966. Após 1966, as taxas perdem, consideravelmente, importância e passam a representar, em média 1,9% do total da receita tributária catarinense.

Os impostos que incidem sobre vendas de ativos e mercadorias apresentaram uma pequena participação no total da receita tributária do estado de Santa Catarina, representando, em média, 0,6% desta ao longo do período 1964-2007.

Observa-se que os impostos sobre o patrimônio, a partir de 1986, quando passam a ser registrados, aumentam consideravelmente sua participação na composição da receita tributária catarinense. Assim, entre 1986 e 2007, estes impostos representaram, em média, 4,5% da receita tributária.

Por último, no que se refere aos impostos que incidem sobre a renda, no período 1989-1995 eles foram registrados, mas sua participação no total da receita tributária do estado era quase insignificante. A partir de 2002 observa-se um aumento desta participação, e os impostos sobre renda representam, em média, 4,3% do total da receita tributária catarinense.

CAPÍTULO V

CONCLUSÃO

A década de 1930 na economia brasileira é marcada como uma fase de enfrentamento e superação da crise que abalou o mundo a partir de 1929, com o *crack* da Bolsa de Valores de Nova York. Neste sentido merece destaque a intervenção do Estado na economia. As políticas econômicas promovidas pelo Governo Provisório, especialmente no que diz respeito ao café, suavizaram os efeitos da crise sobre o PIB brasileiro.

Na década de 1930 observou-se um grande avanço da indústria nacional embora, ao final da década, a participação dos setores não tradicionais no valor adicionado industrial era ainda pequena, em particular no caso dos bens duráveis de consumo e de bens de capital.

Em 1937, com a implantação do Estado Novo através do Golpe de Estado, fortaleceu-se a centralização do poder. Ocorreu uma alteração na forma de ação do Estado, o qual passou da área normativa da atividade econômica para a provisão de bens e serviços.

O ano de 1942 representou um ponto de inflexão do ponto de vista econômico no Brasil; neste ano acelerou-se o crescimento industrial, observou-se o acúmulo de reservas cambiais e a entrada de capitais privados norte-americanos.

A partir deste ano observou-se a elevação do patamar inflacionário na economia brasileira. Assim, o controle da inflação passou a ser a preocupação dos governos seguintes na formulação das políticas econômicas.

O período que vai do fim da Segunda Guerra até 1955 é marcado pela transição, na economia mundial, na direção dos princípios liberais acordados em Bretton Woods. No Brasil, as sucessivas crises do balanço de pagamentos nos primeiros anos após o fim da Guerra acarretaram o abandono do modelo liberal, inicialmente adotado, e deram lugar a um modelo de desenvolvimento industrial com crescente participação do estado. Neste contexto Dutra assume o governo e toma o controle inflacionário como o principal objetivo da política econômica. A política econômica interna do governo Dutra foi marcadamente ortodoxa até 1949.

Neste período observou-se um significativo avanço do processo de industrialização. Todavia, este avanço foi um efeito indireto das medidas adotadas para solucionar os problemas do balanço de pagamentos.

Em 1951, Getúlio Vargas retorna à Presidência da República. Os objetivos da política econômica do novo governo eram reduzir as despesas governamentais, aumentar a arrecadação e adotar políticas monetária e creditícia contracionistas. Contudo, em 1953, a conjuntura econômica estava dominada pelo colapso cambial do país. Assim, observou-se uma reorientação da política do governo, a qual foi dirigida para resolver os problemas cambial e fiscal.

Desta forma, o período 1945-1955 foi marcado por crescimento do PIB e por pressões inflacionárias. Como resultado do avanço da industrialização, a taxa de investimento médio da economia se elevou.

Em 1955 Juscelino Kubitschek foi eleito presidente da República e em seu plano de governo falava explicitamente em acelerar o desenvolvimento econômico do Brasil. Neste sentido, foi desenvolvido o Plano de Metas, um plano que contemplava investimentos em setores apontados pelo governo como importantes para o desenvolvimento econômico. Este período é também marcado por profundas mudanças estruturais na economia.

No que se refere ao crescimento do produto, o período 1956-1963 obteve sucesso inquestionável. Todavia em relação ao comportamento e evolução da inflação, das finanças públicas e das contas externas do Brasil este não foi um período nada favorável.

Entre 1964 e 1973 o país foi governado pelos militares. Assim, este período foi caracterizado pela homogeneidade política. O período de 1964 até 1967 foi um período de ajuste conjuntural e estrutural da economia, visando a superação da inflação, do desequilíbrio externo e da estagnação econômica. Uma das reformas importantes desse período foi a reforma tributária. Em meio à política de estabilização e às reformas promovidas pelo governo, a atividade econômica se recuperou e observou-se taxas moderadas de crescimento.

Em 1968, a economia brasileira iniciou um período de crescimento vigoroso, que durou até 1973, o qual ficou conhecido como “milagre econômico”. Neste período, o PIB cresceu a uma taxa média de 11% ao ano, liderado pelo setor de bens de consumo durável.

Em 1973, o primeiro choque do petróleo inaugurou uma longa fase de dificuldades para a economia brasileira. O período 1974-84 marca o auge do esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações (ISI), comandada pelo Estado.

Em 1984 a economia brasileira conseguiu se recuperar e atingira um crescimento razoável. Todavia, a inflação era um grande problema. Assim, durante a Nova República observou-se um conjunto de medidas malsucedidas para conter a inflação e recuperar a economia. Apesar de não conseguirem sucesso no combate à inflação, estes planos contribuíram para promover períodos de crescimento da economia.

A primeira metade dos anos 90 marca a posse do primeiro presidente eleito pelo voto direto, desde 1960. Neste sentido, Fernando Collor de Mello foi então eleito Presidente da República. As reformas propostas por Collor introduziram uma ruptura com o modelo brasileiro de crescimento com elevada participação do Estado e proteção tarifária. Neste período assistiu-se ao início do processo de abertura comercial e financeira, bem como do processo de privatização.

Em 1994 o governo lança o Plano Real, o qual foi responsável pela estabilização da economia brasileira e de pôr fim à crise hiperinflacionária. A diferença básica em relação aos planos anteriores é que o Real conseguiu acabar com a indexação da economia sem congelar os preços e também o fato de ter sido criada uma nova moeda, o Real.

A partir do início de 1999, o país iniciou um processo de retomada de crescimento. A partir de então, com exceção de 2003, ano que foi marcado pela desaceleração da economia, o país cresceu a taxas razoáveis.

No que se refere ao sistema tributário brasileiro, a primeira mudança importante ocorreu com a Constituição de 1934. Até a Constituição de 1934, imposto de exportação era a principal fonte de receita dos estados. A partir daí, os estados passaram a ter competência para decretar o imposto de vendas e consignações, o qual se tornou a principal fonte de receita estadual.

Já a Constituição de 1946 promoveu importantes mudanças no sistema tributário ao institucionalizar um sistema de transferências de impostos.

Na década de 1960 o sistema tributário brasileiro passou por uma reforma, a qual objetivou aumentar a capacidade de arrecadação do Estado para solucionar o problema do déficit fiscal e dotar a estrutura tributária dos meios necessários para apoiar e estimular o crescimento econômico. Procurou também aumentar a qualidade do sistema tributário e promover uma maior centralização de recursos. Com esta reforma, o Brasil passou a ter um dos sistemas tributários mais modernos do mundo, na época, especialmente pela prioridade à tributação sobre o valor agregado. Observou-se também uma racionalização do sistema tributário com a redução do número de tributos,

O país conviveu ao longo de sua história com momentos de centralização e descentralização política e fiscal. No final da década de 1970, com o agravamento da crise econômica e com o processo de redemocratização do Brasil, as esferas subnacionais começaram a lutar pela descentralização tributária. A Constituição de 1988 aprofundou o processo de descentralização fiscal que já havia iniciado no fim da década anterior.

Constatou-se, através da análise dos dados coletados neste trabalho, uma grande relação entre a receita tributária e o total de receita orçamentária do estado de Santa Catarina. Este resultado mostra a importância da arrecadação tributária para compor os recursos catarinenses. Torna-se evidente que as alterações feitas no arcabouço tributário, ao longo do período estudado, trouxeram conseqüências diretas à receita do estado.

A partir da análise da evolução da receita tributária do estado de Santa Catarina, considerando a base econômica dos impostos, conclui-se que os impostos que incidem sobre vendas de mercadorias e serviços são os impostos que apresentaram maior importância na composição da receita tributária catarinense, em todo o período estudado, 1929-2007. Além disso, com apenas algumas exceções, esta participação foi crescente ao longo do período.

O comportamento dos impostos que incidem sobre o patrimônio apresentaram alternância durante o período estudado. Até o início da década de 1940 estes impostos tinham uma participação considerável na composição da receita tributária de Santa Catarina, apesar de já mostrarem uma redução nesta participação. Em meados da década de 1960 a participação destes impostos já era quase insignificante no total da receita tributária, e eles inclusive deixaram de ser registrados. Mas a partir de 1986 os impostos que tem como base o patrimônio voltam a ganhar importância, embora não com a mesma relevância que tinham no início do período estudado.

No caso dos impostos que incidem sobre vendas de ativos, eles perderam participação na composição da receita tributária do estado de Santa Catarina durante todo o período analisado, sendo que ao final deste período essa participação é irrisória.

Os impostos que tem como base a renda não tiveram grande importância da composição da receita tributária catarinense no período estudado neste trabalho, além do que, foram computados apenas em alguns anos deste período.

Conclui-se que a evolução da receita tributária do estado de Santa Catarina, a partir da consideração da base econômica dos impostos, alterou-se ao longo do período em razão das mudanças no arcabouço tributário, tanto por criação e extinção de tributos quanto pela mudança das alíquotas dos já existentes ou por alterações na competência tributária.

Este trabalho teve como principal contribuição expandir e detalhar a série da receita do estado de Santa Catarina e abordar os dados a partir de um novo enfoque: a base econômica dos tributos. Cumpriu-se a função de apresentar os dados sobre a receita do estado, especialmente a receita tributária, contribuindo desta forma para organização dos dados sobre as finanças públicas catarinense.

Referências Bibliográficas

ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, Crescimento e Modernização Autoritária. In: ABREU, Marcelo de Paiva. **A Ordem do Progresso**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. Cap. 3, p. 73-104.

ALBUQUERQUE, Roberto C. A questão social: balanço de cinco décadas e agenda para o futuro. In: VELLOSO, João P. R.; ALBUQUERQUE, Roberto C. (coord.) **Cinco décadas de questão social e os grandes desafios do crescimento sustentado**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005. Pág. 63-177.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 3 Ed. Tradução: Mônica Rosemberg. São Paulo: Printice Hall 2004.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.416, 17 de julho de 1940**. Estabelece a codificação das normas financeiras para os Estados e Municípios. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 22 de setembro de 2008.

BRASIL. Tesouro Nacional. **Glossário**. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 11 out. 2008.

BRASIL. **Lei n. 4.320, 17 de março de 1964**. Estabelece normas de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 22 de setembro de 2008.

BRASIL, Márcia Nunes Burgugi. **Evolução das receitas, despesas e dívida pública de Santa Catarina: 1964 a 1999**. 2001. 63f. Monografia (Graduação em Economia). Departamento de Economia . Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CASTRO, Lavínia Barros de. Esperança, Frustração e Aprendizado: a História da Nova República. (1985-1989). In: GIAMBIAGI, Fabio. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier Editora, 2005a. Cap. 5, p. 116-140.

CASTRO Lavínia Barros de. Privatização, Abertura e Desindexação: A Primeira Metade dos Anos 1990 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, Fabio. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier Editora, 2005b. Cap. 6, p. 141-165.

CRUZ, Flávio da. **Contabilidade e movimentação patrimonial do setor público**. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 1988. 230p.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley. **Macroeconomia**. 5 Ed. Tradução e revisão Roberto Luis Troster. São Paulo: Makron, MacGraw-Hill, 1991.

ECONOMIA NET. **Teoria das Finanças Públicas**. Disponível em: <<http://economiabr.net>>. Acesso em: 26 abr. 2008.

GIAMBIAGI, Fabio. Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os Anos FHC (1995-2002). In: GIAMBIAGI, Fabio. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier Editora, 2005a. Cap. 7, p. 166-195.

GIAMBIAGI, Fabio. Rompendo com a Ruptura: O Governo Lula. (2003-2004). In: GIAMBIAGI, Fabio. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier Editora, 2005b. Cap. 8, p. 196-217.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. Cap. 16, p. 161-171

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. 2. ed. Florianópolis: Editora da Ufsc, 2007. 473 p.

HERMANN, Jennifer. Reformas, Endividamento Externo e o Milagre Econômico. (1964-1973). In: GIAMBIAGI, Fabio. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier Editora, 2005a. Cap. 3, p. 69-92.

HERMANN, Jennifer. Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: O II PND e a Crise da Dívida Externa. (1974-1984). In: GIAMBIAGI, Fabio. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier Editora, 2005b. Cap. 4, p. 93-115.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 3 Ed. Tradução: Maria José Cyhlar Monteiro. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1998.

MIGNONI, Tiago. **Evolução das Receitas, Despesas e Dívida Pública de Santa Catarina: 1931 a 1949**. 2006. 90f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Departamento de Economia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MOTA, Anildon J. **Evolução das receitas, despesas e dívida pública de Santa Catarina: 1950 a 1970**. 2002. Monografia. (Graduação em Ciências Econômicas). Departamento de Economia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MUSGRAVE, Richard Abel; MUSGRAVE, Peggy B. **Finanças públicas: teoria e prática.** Sao Paulo: Ed. Campus, 1980. 673p.

REZENDE, Fernando Antonio. **Finanças Públicas.** 2 Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. **Economia Brasileira Contemporânea.** 2 Ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SANTA CATARINA. **Balanço Financeiro exercício de 1952.** Apresentada a Assembléia Legislativa se Santa Catarina pelo Governador Irineu Bornhausen. Florianópolis: Imprensa Oficial, maio 1953.

SANTA CATARINA. **Balanço Financeiro exercício de 1953.** Apresentada a Assembléia Legislativa se Santa Catarina pelo Governador Irineu Bornhausen. Florianópolis: Imprensa Oficial, 08 mai. 1954.

SANTA CATARINA. **Balanço Financeiro exercício de 1959.** Apresentada a Assembléia Legislativa se Santa Catarina pelo Governador Heriberto Hülse. Florianópolis: Imprensa Oficial, 31 mai. 1960.

SANTA CATARINA. **Balanço Financeiro exercício de 1954.** Apresentada a Assembléia Legislativa se Santa Catarina pelo Governador Irineu Bornhausen. Florianópolis: Imprensa Oficial, 31 maio 1955

SANTA CATARINA. **Balanço Financeiro exercício de 1955.** Apresentada a Assembléia Legislativa se Santa Catarina pelo Governador Irineu Bornhausen. Florianópolis: Imprensa Oficial, 30 abril 1956.

SANTA CATARINA. **Balanço Financeiro exercício de 1961.** Apresentada a Assembléia Legislativa se Santa Catarina pelo Governador Celso Ramos. Florianópolis: Imprensa Oficial, mai. 1962

SANTA CATARINA. **Balanço Financeiro exercício de 1962.** Apresentada a Assembléia Legislativa se Santa Catarina pelo Governador Celso Ramos. Florianópolis: Imprensa Oficial, 14 mai. 1963

SANTA CATARINA. **Balanço Financeiro exercício de 1963.** Apresentada a Assembléia Legislativa se Santa Catarina pelo Governador Celso Ramos. Florianópolis: Imprensa Oficial, 14 mai. 1964

SANTA CATARINA. **Mensagem do exercício de 1929.** Apresentada a Assembléia Legislativa de Santa Catarina pelo General Dr. Antonio Vicente Bulcão Vianna, presidente da mesma Assembléia, no exercício do cargo de Presidente do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa Oficial, 22 jul. 1930.

SANTA CATARINA. **Mensagem do exercício de 1935**. Apresentada a Assembléia Legislativa de Santa Catarina pelo Governador Nerêu Ramos. Florianópolis: Imprensa Oficial, 16 jul. 1936.

SANTA CATARINA. **Mensagem do exercício de 1936**. Apresentada a Assembléia Legislativa de Santa Catarina pelo Governador Nerêu Ramos. Florianópolis: Imprensa Oficial, 16 jul. 1937.

SANTA CATARINA. **Mensagem do exercício de 1947**. Apresentada a Assembléia Legislativa de Santa Catarina pelo Governador Aderbal R. da Silva. Florianópolis: Imprensa Oficial, 15 abr. 1948.

SANTA CATARINA. **Mensagem do exercício de 1948**. Apresentada a Assembléia Legislativa de Santa Catarina pelo Governador José Boabaid. Florianópolis: Imprensa Oficial, 19 abr. 1949.

SANTA CATARINA. **Mensagem do exercício de 1949**. Apresentada a Assembléia Legislativa de Santa Catarina pelo Governador Aderbal R. da Silva. Florianópolis: Imprensa Oficial, 15 abr. 1950.

SANTA CATARINA. **Mensagem do exercício de 1950**. Apresentada a Assembléia Legislativa de Santa Catarina pelo Governador Irineu Bornhausen. Florianópolis: Imprensa Oficial, 15 abr. 1951.

SANTA CATARINA. **Mensagem do exercício de 1951**. Apresentada a Assembléia Legislativa de Santa Catarina pelo Governador Irineu Bornhausen. Florianópolis: Imprensa Oficial, 15 abr. 1952.

SANTA CATARINA. **Mensagem do exercício de 1956**. Apresentada a Assembléia Legislativa de Santa Catarina pelo Governador Jorge Lacerda. Florianópolis: Imprensa Oficial, 15 abr. 1957.

SANTA CATARINA. **Mensagem do exercício de 1957**. Apresentada a Assembléia Legislativa de Santa Catarina pelo Governador Jorge Lacerda. Florianópolis: Imprensa Oficial, 15 abr. 1958.

SANTA CATARINA. **Mensagem do exercício de 1958**. Apresentada a Assembléia Legislativa de Santa Catarina pelo Governador Heriberto Hülse. Florianópolis: Imprensa Oficial, 15 abr. 1959.

SANTA CATARINA. **Relatório do exercício de 1937**. Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República por Nerêu Ramos, interventor federal no estado de Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa Oficial, out. 1938.

SANTA CATARINA. **Relatório do exercício de 1938**. Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República por Nerêu Ramos, interventor federal no estado de Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa Oficial, out. 1939.

SANTA CATARINA. **Relatório do exercício de 1939**. Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República por Nerêu Ramos, interventor federal no estado de Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa Oficial, set. 1940.

SANTA CATARINA. **Relatório do exercício de 1940**. Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República por Nerêu Ramos, interventor federal no estado de Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa Oficial, out. 1941.

SANTA CATARINA. **Relatório do exercício de 1941**. Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República por Nerêu Ramos, interventor federal no estado de Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa Oficial, out. 1942.

SANTA CATARINA. **Relatório do exercício de 1942**. Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República por Nerêu Ramos, interventor federal no estado de Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa Oficial, out. 1943.

SANTA CATARINA. **Relatório do exercício de 1943**. Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República por Nerêu Ramos, interventor federal no estado de Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa Oficial, out. 1944.

SANTA CATARINA. Tribunal de Contas do Estado. **Balanco Geral de 2003**. Disponível em: <<http://www.tce.sc.gov.br>>. Acesso em: 01 out. 2008.

SANTA CATARINA. Tribunal de Contas do Estado. **Balanco Geral de 2004**. Disponível em: <<http://www.tce.sc.gov.br>>. Acesso em: 01 out. 2008.

SANTA CATARINA. Tribunal de Contas do Estado. **Balanco Geral de 2005**. Disponível em: <<http://www.tce.sc.gov.br>>. Acesso em: 01 out. 2008.

SANTA CATARINA. Tribunal de Contas do Estado. **Balanco Geral de 2006**. Disponível em: <<http://www.tce.sc.gov.br>>. Acesso em: 01 out. 2008.

SANTA CATARINA. Tribunal de Contas do Estado. **Balanco Geral de 2007**. Disponível em: <<http://www.tce.sc.gov.br>>. Acesso em: 01 out. 2008.

SILVA. Mauro Santos. **Teoria do federalismo fiscal: notas sobre as contribuições de Oates, Musgrave, Shah e Ter-Minassian**. Nova Economia – Belo Horizonte. Jan. -Abr. 2005. Disponível em: <<http://www.face.ufmg.br>>. Acesso em: 02 jun. 2008.

VIANNA, Sérgio Besserman; VILLELA, André. O pós-Guerra (1945-1955). In: GIAMBIAGI, Fabio. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier Editora, 2005. Cap. 1, p. 21-44.

VILLELA, André. Dos “Anos Dourados” de JK à Crise Não Resolvida (1956-1963). In: GIAMBIAGI, Fabio. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier Editora, 2005. Cap. 2, p. 45-68.

WIKIPÉDIA ENCICLOPÉDIA LIVRE. **Economia do Brasil**. História. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 20 abr. 2008.

WIKIPÉDIA ENCICLOPÉDIA LIVRE. **Economia do Brasil**. Indicadores Econômicos. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 01 out. 2008.

WIKIPÉDIA ENCICLOPÉDIA LIVRE. **História Econômica do Brasil**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 20 abr. 2008.

ANEXOS

Anexo A - Receita Orçamentária do Estado de Santa Catarina – 1929-1939

Especificação	1929 (Rs\$)	1931 (Rs\$)	1932 (Rs\$)	1933 (Rs\$)
Imposto sobre indústria e profissões	2.430:572\$000	2.375:317\$911	2.338:802\$320	2.526:625\$250
Imposto de importação para o interior	3.217:116\$000			
Imposto de exportação para o exterior	1.552:895\$000			
Imposto de exportação interior e exterior		4.327:927\$609	4.643:352\$806	3.749:890\$060
Imposto de trânsito	106:757\$000	100:542\$100	114:203\$900	115:705\$200
Imposto de expediente para o interior	135.016\$000			
Imposto de expediente para o exterior	7:546\$000			
Imposto de expediente para o interior e exterior		147:949\$502	161:195\$669	127:662\$300
Imposto de viação férrea	150:160\$000	-	-	-
Taxa judiciária	95:178\$000	178:836\$099	406:427\$133	370:029\$700
Emolumentos sobre títulos de terras	94:761\$000	1:808\$244	2:278\$500	773\$600
Imposto do sello de estampilhas	456:910\$000			
Imposto do sello por verba e desconto	139:390\$000			
Imposto do sello da taxa de diversão	67:037\$000			
Imposto do selo estadual		1.159:556\$731	1.018:541\$196	645:275\$500
Imposto de patente de bebidas e fumo	816:272\$000	781:802\$650	713:207\$500	700:721\$700
Imposto de heranças e legados		224:804\$765	702:154\$071	200:528\$300
Imposto de transmissão de propriedades	2.002:040\$000	1.253:942\$408	992:493\$443	1.002:583\$800
Imposto territorial	3.161:241\$000	2.998:173\$900	3.344:386\$750	3.283:654\$000
Imposto sobre vendas e consignações				
Imposto sobre capital hipotecário		-	-	199:522\$900
Imposto sobre movimento comercial e industrial	318:892\$000	279:897\$070	258:438\$100	881:260\$600
Taxa de viação terrestre	584:007\$000	560:648\$600	536:964\$200	516:513\$100
Imposto consumo s/ combustíveis de motor de explosão		-	-	-
Taxa de esgoto da capital	108:755\$000	110:928\$200	108:763\$600	109:762\$900
Taxa de consumo d'água da capital	224:963\$000	228:176\$200	217:176\$400	219:470\$800
Taxa de consumo de luz e energia elétrica		-	-	-
Renda da ponte "Hercilio Luz"	238:616\$000	236:592\$400	233:655\$400	225:513\$100
Renda da Penitenciária		-	-	2:186\$900
Dívida colonial e venda de terras	519:227\$000	9.417\$405	15:186\$623	32:991\$700
Renda da Imp. Oficial		-	-	-
Taxa de matrícula e outras da Faculdade de Direito				
Taxa de metragem	71:343\$000	2:295\$943	2:150\$463	8:175\$900
Rendas dos postos zootécnicos e est. de monta	435\$000			
Renda do Serviço De Expansão Agrícola e Pastoril		5:404\$450	9:989\$700	6:334\$400
Indenizações, restituições, dons gratuitos etc.	1.005:379\$000	426:165\$990	929:154\$017	1.137:206\$408
Benefício das loterias	556:187\$000	300:000\$000	280:000\$000	-
Aux. Do Governo Federal p/ nacionalização do ensino				
Multas diversas	165:907\$000	275:855\$420	264:262\$034	265:800\$560
Cobrança da dívida ativa	433:665\$000	978:123\$200	755:578\$701	846:251\$000
Taxa de câis	220:803\$000	181:660\$109	320:546\$925	347:927\$100
Imposto sobre exploração de jogos de azar				
Taxa de diversões		80:977\$400	64:262\$900	74:982\$000
Taxa de saúde				
Taxa de serviço de conservação de estradas				
Contribuição das Prefeituras para o Serv. de Estatística		-	-	7:931\$100
Total	19.274:996\$000	17.226:804\$306	18.433:172\$351	17.605:270\$378

(continua)

Anexo A – Receita Orçamentária do Estado de Santa Catarina – 1939-1949

(continuação)

Especificação	1934 (Rs\$)	1935 (Rs\$)	1936 (Rs\$)	1937 (Rs\$)
Imposto sobre indústria e profissões	2.570:050\$000	2.798:111\$400	2.436:663\$200	2.879:583\$800
Imposto de importação para o interior				
Imposto de exportação para o exterior				
Imposto de exportação interior e exterior	4.406:638\$800	5.273:687\$300	6.334:281\$100	8.327:561\$900
Imposto de trânsito	124:691\$100	96:095\$100	abolido	
Imposto de expediente para o interior				
Imposto de expediente para o exterior				
Imposto de expediente para o interior e exterior	169:613\$500	185:300\$200	254:328\$800	310:173\$700
Imposto de viação férrea	-	118:594\$100	abolido	
Taxa judiciária	339:813\$050	358:000\$400	316:412\$900	397:736\$800
Emolumentos sobre títulos de terras	17:527\$400	3:351\$800	3:933\$300	4:466\$200
Imposto do selo de estampilhas				
Imposto do selo por verba e desconto				
Imposto do selo da taxa de diversão				
Imposto do selo estadual	753:145\$600	807:607\$000	971:816\$300	1.117:589\$800
Imposto de patente de bebidas e fumo	687:280\$000	719:448\$300	491:021\$300	602:149\$000
Imposto de heranças e legados	186:036\$400	204:757\$000	163:202\$000	201:536\$700
Imposto de transmissão de propriedades	1.053:192\$000	1.280:438\$000	1.659:360\$100	2.038:921\$400
Imposto territorial	3.321:201\$000	3.475:663\$700	3.491:893\$200	3.591:802\$900
Imposto sobre vendas e consignações			3.306:581\$400	5.662:233\$600
Imposto sobre capital hipotecário	197:401\$900	187:180\$700	abolido	
Imposto sobre movimento comercial e industrial	679:112\$300	881:817\$200	abolido	
Taxa de viação terrestre	351:507\$800	366:622\$000	abolida	
Imposto consumo s/ combustíveis de motor de explosão	327:685\$900	448:234\$000	557:286\$100	1.195:446\$700
Taxa de esgoto da capital	110:170\$900	101:933\$300	98:628\$200	115:218\$400
Taxa de consumo d'água da capital	218:774\$800	200:119\$400	196:329\$200	225:540\$900
Taxa de consumo de luz e energia elétrica	-	207:845\$200	20:916\$900	10:927\$600
Renda da ponte "Hercilio Luz"	163:823\$100	173:337\$200	abolida	
Renda da Penitenciária	210\$000	5:157\$400	12.699\$300	9:741\$900
Dívida colonial e venda de terras	190:258:400	98:112\$300	44:440\$700	136:481\$500
Renda da Imp. Oficial	-	237.744\$900	216:460\$000	175:419\$100
Taxa de matrícula e outras da Faculdade de Direito		-	20:410\$900	28:806\$000
Taxa de metragem	10:452\$800	16:800\$800	13:769\$700	22:053\$400
Rendas dos postos zootechnicos e est. de monta				
Renda do Serviço De Expansão Agrícola e Pastoril	3:459\$100	7:203\$400	4:947\$400	3:308\$100
Indenizações, restituições, dons gratuitos etc.	869:367\$100	1.395:039\$632	2.362:959\$111	1.581:831\$400
Benefício das loterias	-	-	-	305:164\$000
Aux. Do Governo Federal p/ nacionalização do ensino			342:000\$000	342:000\$000
Multas diversas	238:802\$600	154:604\$100	192:596\$000	189:321\$300
Cobrança da dívida ativa	637:656\$100	774:111\$200	763:610\$400	824:295\$300
Taxa de câis	369:436\$400	370:613\$500	414:817\$600	436:152\$200
Imposto sobre exploração de jogos de azar		-	138:916\$700	203:000\$000
Taxa de diversões	96:353\$600	112:707\$800	-	-
Taxa de saúde		-	-	412:511\$500
Taxa de serviço de conservação de estradas		-	-	305:164\$000
Contribuição das Prefeituras para o Serv. de Estatística	-	-		
Total	18.093:663\$650	21.060:278\$332	24.850:282\$411	31.350:975\$100

Anexo A – Receita Orçamentária do Estado de Santa Catarina – 1929-1939 (continuação)

Especificação	1938 (Rs\$)	1939 (Rs\$)
Imposto sobre indústria e profissões	3.946:308\$500	5.225:274\$600
Imposto de importação para o interior		
Imposto de exportação para o exterior		
Imposto de exportação interior e exterior	6.870:149\$400	6.462:437\$900
Imposto de trânsito		
Imposto de expediente para o interior		
Imposto de expediente para o exterior		
Imposto de expediente para o interior e exterior	404:659\$400	477:339\$100
Imposto de viação férrea		
Taxa judiciária	520:479\$300	529:410\$200
Emolumentos sobre títulos de terras	2:857\$000	1:448\$300
Imposto do sello de estampilhas		
Imposto do sello por verba e desconto		
Imposto do sello da taxa de diversão		
Imposto do sêlo estadual	2.121:649\$400	2.561:472\$600
Imposto de patente de bebidas e fumo	691:055\$300	836:873\$300
Imposto de heranças e legados	334:639\$000	518:943\$900
Imposto de transmissão de propriedades	2.758:015\$300	2.605:706\$100
Imposto territorial	3.755:662\$700	5.039:994\$600
Imposto sobre vendas e consignações	12.045:404\$000	12.290:998\$600
Imposto sobre capital hipotecário		
Imposto sobre movimento comercial e industrial		
Taxa de viação terrestre		
Imposto consumo s/ combustíveis de motor de explosão	abolido	
Taxa de esgoto da capital	121:699\$300	125:533\$600
Taxa de consumo d'água da capital	246:797\$700	262:323\$900
Taxa de consumo de luz e energia elétrica	21:775\$100	549:867\$700
Renda da ponte "Hercilio Luz"		
Renda da Penitenciária	73:172\$100	211:183\$700
Dívida colonial e venda de terras	174:855\$100	63:490\$200
Renda da Imp. Oficial	259:152\$300	304:173\$100
Taxa de matrícula e outras da Faculdade de Direito	7:720\$000	-
Taxa de metragem	22:197\$500	11:426\$900
Rendas dos postos zootechnicos e est. de monta		
Renda do Serviço De Expansão Agrícola e Pastoril	2:542\$000	3:444\$300
Indenizações, restituições, dons gratuitos etc.	704:674\$300	1.038:378\$300
Beneficio das loterias	150:000\$000	-
Aux. Do Governo Federal p/ nacionalização do ensino	342:000\$000	-
Multas diversas	431:789\$800	409:862\$300
Cobrança da dívida ativa	1.335:480\$100	751:535\$600
Taxa de cáis	391:735\$400	422:143\$400
Imposto sobre exploração de jogos de azar	-	
Taxa de diversões	-	
Taxa de saúde	510:548\$400	705:244\$100
Taxa de serviço de conservação de estradas	abolido	
Contribuição das Prefeituras para o Serv. de Estatística		
Total	38.247:018\$400	41.408:506\$400

Fonte: Santa Catarina. Mensagens, Relatórios. Elaboração da autora

Anexo B – Receita Orçamentária do Estado de Santa Catarina – 1940-1963

Especificação	1940 (Rs\$)	1941 (Rs\$)	1942 (Cr\$)
RECEITA ORDINÁRIA			
Receita Tributária			
Imposto Territorial	5.028:122\$200	5.097:008\$200	5.381.496,40
Imposto sobre Transmissão de Propriedade "causa mortis"	475:374\$600	584:487\$200	507.732,10
Imposto sobre Transmissão de Propriedade Imóvel "inter-vivos"	2.235:928\$800	2.930:328\$300	3.787.516,30
Imposto sobre Transmissões de Propriedade			
Imposto de heranças e legados			
Imposto sobre Vendas e Consignações	12.604:114\$200	15.665:455\$200	20.702.331,60
Imposto sobre Exportação	4.456:758\$400	5.003:337\$100	5.439.261,10
Imposto sobre Indústrias e Profissões	5.505:861\$200	5.320:545\$200	5.898.136,70
Imposto do Selo	2.047:481\$700	2.159:785\$500	2.459.866,10
Imposto do Selo sobre o Papel			
Imposto sobre Tabacos e Derivados	567:151\$100	589:885\$700	626.288,80
Imposto sobre Bebidas Alcoólicas	1.131:193\$700	1.132:941\$700	1.225.894,50
Imposto de Minério			
Imposto sobre Transação e Inversão de Capitais			
Taxas do Serviço de Trânsito			
Taxa sobre Registro de Veículos			
Taxa do Serviço de Trânsito (Transporte)			
Taxa sobre Veículos Automotores Particulares Passageiros			
Taxa de Assistência e Segurança Social:			
Taxa de Saúde	699:629\$700	1.313:744\$900	1.816.403,20
Taxa de Educação e Saúde			
Taxa de Expediente	426:100\$200	481:148\$300	590.604,00
Taxa de Aposentadoria e Pensões dos Serv. da Justiça			
Taxa de Assistência à Indústria Local			
Taxas, Emolumentos e Custas Judiciárias:			
Taxas Judiciárias	486:509\$300	468:335\$800	513.007,50
Emolumentos sobre Títulos de Terras	1:817\$500	1:651\$700	12.402,20
Taxas de Fiscalizações e Serviços Diversos:			
Taxa de Metragem	9:337\$800	12:626\$700	14.886,90
Taxa de Cais	381:557\$500	438:976\$500	424.909,40
Taxa de Classificação do Fumo			
Taxa de Classificação da Farinha de Mandioca			
Taxa de Classificação de Produtos Vegetais			
Receita Patrimonial			
Renda Imobiliária (Renda dos Próprios Estaduais)	24:804\$800	33:192\$600	60.888,10
Renda de Capitais:			
Juros de Depósitos	142:820\$600	113:461\$100	236.393,60
Dividendos			
Receita Industrial			
Serviços Urbanos:			
Taxa de Esgotos da Capital	148:905\$200	157:644\$900	191.913,30
Taxa de Consumo de Água da Capital e de Lajes			462.986,80
Taxa de Consumo de Água da Capital	286:961\$300	318:253\$300	
Taxa de Consumo de Água de Lajes			
Taxa de Cons. Luz e Energia Elétrica da Capital e de Palhoça	828:575\$300	840:768\$900	736.496,40

(continua)

Anexo B – Receita Orçamentária do Estado de Santa Catarina – 1940-1963 (continuação)

Especificação	1940 (Rs\$)	1941 (Rs\$)	1942 (Cr\$)
Taxa de Consumo de Água			
Taxa de Consumo de Luz e Energia Elétrica			
Serviços de Consertos e Instalações Domiciliares			
<i>Renda de Estabelecimentos e Serviços Diversos:</i>			
Renda da Penitenciária do Estado	335:615\$100	468:658\$700	536.590,20
Renda da Imprensa Oficial do Estado	405:267\$700	412:402\$400	520.636,70
Renda do Serviço do Fomento da Produção Animal	2:909\$600	8:821\$600	43.574,00
Renda do Abrigo de Menores			4.157,80
Renda da Colonia Santana			
Renda dos Serv. de Beneficiamento do Leite			
Renda dos Serv. da Produção Vegetal			
Renda dos Serv. da Produção Animal			
Renda das Maternidades "Teresa Ramos" e "Darci Vargas"			
Renda das Maternidades "Teresa Ramos", "Darci Vargas" e "Carmela Dutra"			
Renda da Maternidade Marieta Konder Bornhausen			
Renda da Maternidades Teresa Ramos, Darci Vargas, Carmela Dutra e Marieta Konder Borhausen			
Renda do Hospital Nereu Ramos			
Renda do Acôrd - Serviço de Defesa Sanitária Ambiental			
Taxa de Aposentadoria			
Receita Diversas			
Receita de Combustíveis e Lubrificantes		1.646:726\$500	2.363.898,20
Cota-parte do Fundo Rodoviário Nacional			
Cota-parte do Fundo Federal de Eletrificação			
RECEITA EXTRAORDINÁRIA			
Alienação de Bens Patrimoniais	38:176\$400	77:409\$700	94.183,50
Dívida Colonial e Venda de Terras			
Cobrança da Dívida Ativa	681:087\$600	675:700\$900	823.148,40
Receita de Indenizações e Restituições	307:514\$000	285:983\$100	387.669,00
Cont. como Indenização da Ind. e Com. p/ Manutenção Escolas			
Renda da Diretoria de Obras Públicas			
Renda da Loteria			
<i>Contribuições dos Municípios:</i>			
Contribuição das Prefeituras ao Dep. das Municipalidades	311:000\$000	383:573\$000	370.017,70
Contribuição das Prefeituras para diversos fins	473:558\$200	601:741\$900	658.336,70
Multas	386:364\$400	320:363\$300	363.766,80
Multas Diversas e Descontos por Infrações regulamentares			
Multas do Departamento de Engenharia Sanitária			
Venda de Prédios			40.000,00
Taxa do Plano de Obras			
Adiantamento c/ empréstimo letras do Tesouro			
C/ Empréstimo Lei 1.938 de 4/12/1958			
Bônus da Lei 528, de 10 de setembro de 1951			
Empréstimo Obrigações Tesouro do Estado			
Empréstimos Letras do Tesouro Nacional			
Taxa de Investimentos			
Caixa Econômica de SC c/ empréstimo - Lei nº 757/ 6/10/ 1952			
Total	40.430:498\$100	47.544:959\$900	57.295.394,00

(continua)

Anexo B – Receita Orçamentária do Estado de Santa Catarina – 1940-1963 (continuação)

Especificação	1943 (Cr\$)	1944 (Cr\$)	1945 (Cr\$)
RECEITA ORDINÁRIA			
Receita Tributária			
Imposto Territorial	5.519.146,90	7.248.655,10	7.427.530,40
Imposto sobre Transmissão de Propriedade "causa mortis"	672.418,00		
Imposto sobre Transmissão de Propriedade Imóvel "inter-vivos"	4.773.710,80		
Imposto sobre Transmissões de Propriedade		6.612.993,30	6.871.515,70
Imposto de heranças e legados		1.431.421,70	1.018.073,50
Imposto sobre Vendas e Consignações	27.876.389,30	38.346.014,40	44.512.634,30
Imposto sobre Exportação	6.443.208,40	4.372.999,80	6.696.241,60
Imposto sobre Indústrias e Profissões	6.577.146,50	7.537.357,10	8.410.987,00
Imposto do Selo	2.489.216,20	3.024.411,80	2.983.275,80
Imposto do Selo sobre o Papel			
Imposto sobre Tabacos e Derivados	666.476,60	744.242,70	832.524,40
Imposto sobre Bebidas Alcoólicas	1.326.853,60	1.463.577,20	1.690.435,20
Imposto de Minério			
Imposto sobre Transação e Inversão de Capitais			
<i>Taxas do Serviço de Trânsito</i>			
Taxa sobre Registro de Veículos			
Taxa do Serviço de Trânsito (Transporte)			
Taxa sobre Veículos Automotores Particulares Passageiros			
<i>Taxa de Assistência e Segurança Social:</i>			
Taxa de Saúde	1.923.018,10	2.032.418,60	1.922.545,60
Taxa de Educação e Saúde			
Taxa de Expediente	545.605,50	25.355,90	126.296,50
Taxa de Aposentadoria e Pensões dos Serv. da Justiça			
Taxa de Assistência à Indústria Local			
<i>Taxas, Emolumentos e Custas Judiciárias:</i>			
Taxas Judiciárias	549.245,10	647.870,80	561.847,90
Emolumentos sobre Títulos de Terras	3.409,20	11.861,30	4.482,40
<i>Taxas de Fiscalizações e Serviços Diversos:</i>			
Taxa de Metragem	14.185,50	13.531,20	13.151,50
Taxa de Cais	379.800,30	-	-
Taxa de Classificação do Fumo	-	-	-
Taxa de Classificação da Farinha de Mandioca	-	-	-
Taxa de Classificação de Produtos Vegetais			
Receita Patrimonial			
Renda Imobiliária (Renda dos Próprios Estaduais)	51.443,90	163.127,40	191.583,00
<i>Renda de Capitais:</i>			
Juros de Depósitos	417.759,30	768.056,00	880.093,10
Dividendos			
Receita Industrial			
<i>Serviços Urbanos:</i>			
Taxa de Esgotos da Capital	209.734,00	186.789,90	163.588,70
Taxa de Consumo de Água da Capital e de Lajes	452.017,60		
Taxa de Consumo de Água da Capital		371.723,60	285.990,00
Taxa de Consumo de Água de Lajes		110.556,70	118.322,70
Taxa de Cons.Luz e Energia Elétrica da Capital e de Palhoça	792.566,90	943.424,40	947.900,60

ERROR: syntaxerror
OFFENDING COMMAND: --nostringval--

STACK: